

REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA
ANO 68 - NÚMERO 1 - JANEIRO / FEVEREIRO / MARÇO DE 2016

ciência & Cultura

Temas e Tendências

VIGILÂNCIA

S U M Á R I O

3 EDITORIAL

4 TENDÊNCIAS

BIODIVERSIDADE, BIOPROSPECÇÃO
E INOVAÇÃO NO BRASIL
Vanderlan da S. Bolzani

BRASIL

6 DESASTRE AMBIENTAL INCENTIVA MONITORAMENTO ALTERNATIVO DE CIÊNCIA ABERTA

8 PRIVACIDADE EM DISPUTA NO BRASIL: MARCO CIVIL DA INTERNET, DADOS PESSOAIS E O "PL ESPÃO"

10 A VIDA UNIVERSITÁRIA APÓS OS 70 ANOS

12 DIFICULDADE DE IDENTIFICAR E INVESTIR EM PESSOAS COM ALTAS HABILIDADES PODE MINAR O TALENTO NATO

MUNDO

14 RELAÇÕES PERIGOSAS: AUMENTO DE TEMPERATURA E DOENÇAS NEGLIGENCIADAS

16 DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NA TV BRITÂNICA

18 SERVIÇOS ALTERNATIVOS DE TRANSPORTE E LOCAÇÃO DE IMÓVEIS AUMENTAM OPÇÕES DE CONSUMO

NÚCLEO TEMÁTICO: VIGILÂNCIA

ARTIGOS



20 Apresentação Vigiar e resistir: a constituição de práticas e saberes em torno da informação

Marta M. Kanashiro

25 As apostas de Snowden: desafios para entendimento de vigilância hoje

David Lyon

34 Rastrear, classificar, performar

Fernanda Bruno

39 Abertura e controle na governamentalidade algorítmica

Henrique Parra

43 Viver de pôquer: como o jogo profissional ajuda a entender a exposição de si e o trabalho não remunerado nas redes sociais

Rafael Evangelista

49 O que podem as máscaras? Visibilidades e vigilância nos movimentos em rede

Luciana S. Guilhon Albuquerque
Rosa Pedro
Ulisses dos Anjos Carvalho

A & E

54 PANORAMA DAS PESQUISAS EM CIÊNCIA, SAÚDE E ESPIRITUALIDADE Alexander Moreira-Almeida Giancarlo Lucchetti

CULTURA

58 AUDIOVISUAL O novo cinema de Pernambuco

60 ESPORTES Somos todos indígenas

Assessoria de Imprensa JMPI 2015



Jogos Mundiais Indígenas
reuniram 23 etnias brasileiras
e 23 delegações estrangeiras

62 LITERATURA 40 anos sem Agatha Christie

63 TELEVISÃO Febre culinária

Divulgação GNT



Novos formatos para velhas
receitas

66 POESIA BRUNA PIANTINO

E X P E D I E N T E

Ciência&Cultura

<http://cienciaecultura.bvs.br>

CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria Fernandes, André Tosi Furtado, Carlos Vogt, Celso Pinto de Melo,
Dora Fix Ventura, Francisco Cesar de Sá Barreto, Hernan Chaimovich Guralnik,
Ima Célia Guimarães Vieira, Isaac Roitman, João Lucas Marques Barbosa, Luiz Eugênio de Mello,
Marcelo Marcos Morales, Phillipe Navaux, Regina Pekelman Markus

EDITOR CHEFE

Marcelo Knobel

EDITORAS EXECUTIVAS

Wanda Jorge; Germana Barata

EDITORA ASSISTENTE

Patrícia Mariuzzo

EQUIPE DE REPORTAGEM

Chris Bueno,
Esdras Matheus Magadan,
Juliana Passos, Leonor Assad, Livia Botin,
Paula Gomes, Ricardo Manini, Sarah Schmidt,
Vera Regina Toledo Camargo,
Victoria Flório

CAPA

João Baptista da Costa Aguiar

DIAGRAMAÇÃO

Carla Castilho | Estúdio
Luis Paulo Silva (tratamento de imagens)

REVISÃO

Daisy Silva de Lara

CONSULTORES

Literatura

Alcir Pécora, Carlos Vogt, Paulo Franchetti

CONTATOS

Redação: cienciaecultura@sbpcnet.org.br

DIRETORIA DA SBPC

PRESIDENTE

Helena Bonciani Nader

VICE-PRESIDENTES

Ildeu de Castro Moreira
Vanderlan da Silva Bolzani

SECRETÁRIA-GERAL

Cláudia Masini d'Avila Levy

SECRETÁRIOS

Ana Maria Bonetti
Maíra Baumgarten Corrêa
Paulo Roberto Petersen Hoffman

PRIMEIRO TESOUREIRO

Walter Colli

SEGUNDO TESOUREIRO

José Antonio Aleixo da Silva

Revista *Ciência e Cultura*

ISSN 0009-6725

O

controle fiscalizador e aliciador de órgãos de poder sobre a vida das pessoas superou qualquer previsão já feita sobre programas de vigilância. Dados produzidos a partir do uso principalmente da internet, alimentam bases de dados que monitoram, comercializam e incentivam nossos hábitos. A *Ciência e Cultura*, em seu Núcleo Temático coordenado pela socióloga Marta M. Kanashiro, da Unicamp, traz o complexo e ainda pouco debatido tema da vigilância de informações. Em “Tendências” a farmacêutica Vanderlan da S. Bolzani trata da importância do investimento no potencial da biodiversidade brasileira. E, ainda sob o impacto da tragédia de Mariana (MG), “Brasil” traz a iniciativa de um grupo de voluntários que produz e disponibiliza livremente dados de impactos ambientais. Mostra também que acadêmicos aposentados compulsoriamente continuam em plena atividade junto às instituições científicas. O Marco Civil da Internet e pessoas com habilidades acima da média são outros assuntos da seção.

“Mundo” destaca que o aumento da temperatura da Terra também impulsiona o aumento das doenças negligenciadas. A seção aborda, ainda, um interessante programa de divulgação científica e mudanças em prestação de serviços urbanos com o uso de novas tecnologias.

Em “Artigos & Ensaios” uma análise de como a religiosidade interfere na ciência da saúde. E, fechando esta primeira edição de 2016, boas novidades sobre o cinema pernambucano, a celebração dos jogos mundiais indígenas, os 40 anos da morte de Agatha Christie, a febre dos programas culinários na TV e a poesia de Bruna Piantino.

Boa leitura!

MARCELO KNOBEL
Editor-chefe
Janeiro de 2016

BIODIVERSIDADE, BIOPROSPECÇÃO E INOVAÇÃO NO BRASIL

Vanderlan da S. Bolzani

A química de produtos naturais sempre teve papel relevante para o desenvolvimento de fármacos, cosméticos, fragrâncias, e outros bioprodutos, dado a diversidade estrutural e grupos funcionais presentes em milhares de substâncias que compõem a biodiversidade terrestre. Este imenso laboratório químico altamente sofisticado também desempenha um papel importante na conservação e no uso sustentável da diversidade biológica, especialmente por que são essas substâncias essenciais aos processos biológicos de regulação celular, comunicação química e defesa. Sob este aspecto, a biodiversidade brasileira, incluída entre as maiores do planeta é ainda pouco explorada, sendo que bioprodutos de grande impacto, capazes de gerar riqueza e contribuir para a balança econômica nacional ainda estão no plano dos desejos.

Os países desenvolvidos, mesmo não sendo grandes detentores da biodiversidade terrestre, nunca tiveram dúvidas sobre a riqueza molecular escondida na natureza, exemplo disto é a quantidade de medicamentos no mercado mundial, inspirados nos produtos naturais, como antitumorais, ou fármacos para o tratamento de doenças cardíacas ou

do sistema nervoso central (SNC) ou da diabetes, antiinflamatórios, antivirais etc. A indústria de cosméticos e fragrâncias comercializa uma quantidade significativa de produtos baseados em inovações a partir de substâncias naturais, exemplo recente é um derivado semissintético produzido a partir de ácido jasmônico, extraído do óleo de jasmim e utilizado em creme anti-idade e muitos outros produtos imprescindíveis para a melhora da qualidade de vida humana. Isso tem contribuído para a economia de países detentores das inovações oriundas da biodiversidade que, em muitos casos, está geograficamente situada além de suas fronteiras.

O Brasil, detentor de uma das maiores riquezas naturais do planeta, não pode se orgulhar de uma bioeconomia vigorosa e baseada em inovações a partir da sua rica biodiversidade – uma fábrica natural sofisticada de substâncias de classes diversas e estruturas químicas inusitadas que teria, se bem aproveitada, um potencial enorme para inovações radicais e incrementais para os setores de fármacos, cosméticos, fragrâncias, agroquímicos e suplementos alimentares.

Nos últimos 15 anos, muitas discussões, tanto do lado acadêmico quanto empresarial, foram levantadas, conver-

gindo a um mesmo consenso: o atraso em inovações a partir de produtos naturais e derivados oriundos da nossa rica biodiversidade deveu-se, em parte, aos entraves burocráticos causados pela edição, em 2000, da Medida Provisória (MP) 2050, reeditada como MP-2186 – 16/2001, pelo governo federal, referente ao acesso ao patrimônio genético, aos saberes tradicionais, proteção e à repartição de benefícios. Naquela época, a MP foi a resposta do governo ao apelo de setores significativos da sociedade frente às denúncias levantadas na época, devido ao contrato firmado entre uma multinacional e o Centro de Pesquisa da Amazônia, julgado inapropriado na equidade das partes envolvidas, em prejuízo do lado brasileiro!

Como pesquisadora, atuando na área da química de produtos naturais há 40 anos, vivenciei os problemas que a MP causou aos pesquisadores que atuam na química de produtos naturais, farmácia, farmacologia e áreas correlatas durante esse tempo. Sempre fui defensora de uma lei que fosse capaz de proteger nossas riquezas naturais – um legado que, além de ser motivo de orgulho para o país, deve ser defendido. No entanto, uma lei que dificultava as pesquisas sobre nossa diversidade

biológica e química, atrasando a geração de conhecimento sobre os nossos biomas e organismos, me levou a participar ativamente de várias discussões em Brasília e escrever vários textos, especialmente quando o programa Biota, de mapeamento da biodiversidade paulista, foi lançado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) em 1998. Nessa ocasião juntamente com colegas das três universidades públicas paulistas (Unesp, USP e Unicamp), do Instituto de Botânica (IBt) e da Universidade Federal do Ceará (UFC) iniciamos o projeto temático *Bioprospecção de plantas do Cerrado e da Mata Atlântica do estado de São Paulo*.

Diante das limitações da pesquisa de bioprospecção, ou dos entraves decorrentes da MP, após a sanção da Lei nº 13.123, em 20 de maio de 2015, pela presidente Dilma Rousseff, não me via capaz de emitir comentários que, mesmo com pontos ainda controversos, beneficia os cientistas e principalmente setores industriais que exploram produtos a partir da biodiversidade. Mas, diante de fatos históricos e da situação atual, é possível perceber que a Lei de Acesso à Biodiversidade não é o maior entrave para que o setor industrial desenvolva inovação com ativos da biodiversidade. É preciso que as inúmeras discussões e seminários acadêmicos e empresariais sobre bioeconomia possam incentivar os setores acadêmicos, governamentais e empresariais a montarem uma agenda para inovação industrial baseada em produtos naturais e derivados a partir da nossa biodiversidade.

As primeiras descobertas de bioprodutos da biodiversidade brasileira datam

de 1533, quando os portugueses aqui chegaram. Os novos conquistadores, na busca por espécies de plantas para exploração econômica, descobriram a *Caesalpinia echinata*, o pau-Brasil, uma fonte de corante vermelho (brasílica, brasilidina) valiosa, o primeiro exemplo de produtos naturais de valor agregado mas que não trouxe qualquer impacto econômico ao país, restando-nos apenas herdar o nome Brasil para a terra recém-descoberta. Inúmeros outros exemplos dariam algumas páginas escritas, mas destaco a *Chondrodendron tomentosa*, Menispermaceae. Uma das espécies de curares conhecidas da Amazônia. A tubocurarina, um dos alcaloides isolados desta espécie usada pelos indígenas, inspirou o desenvolvimento de uma classe de coadjuvantes anestésicos: o derivado sintético Atracurium (®Tracurium) é outro exemplo que mostra que o país não logrou divisa econômica. Nos anos 1960, pesquisas realizadas pelo professor Sergio Ferreira sobre venenos da cobra *Bothrops jararaca*, resultou no peptídeo bradiquinina, um inibidor da enzima conversora da angiotensina. O Captopril, um medicamento mundialmente consagrado, foi planejado por um sofisticado estudo de química medicinal a partir da bradiquinina.

Voltando aos dias atuais, especialmente depois da sanção da Lei de Acesso ao Patrimônio Genético, pela presidente Dilma, tenho participado de vários seminários, onde a discussão gira em torno da bioeconomia e, portanto, do potencial econômico que a nossa rica biodiversidade pode render ao país e do entusiasmo mostrado por pesquisadores e gestores

sobre a inovação com base na biodiversidade brasileira. Tendo me dedicado à pesquisa sobre os produtos naturais, não tenho qualquer dúvida sobre o valor científico desta área para promover inovação tecnológica e riqueza econômica e social. No entanto, a industrialização de bioprodutos a partir de moléculas extraídas da biodiversidade é, como toda inovação, um processo complexo e de risco. Na explosão de biodiversidade, como bem comentou em várias matérias o jornalista Marcelo Coelho, há uma tarefa árdua de pesquisa e garimpo visando a viabilização de produtos. A natureza é uma fonte de inspiração, mas como reproduzir, em escala comercial, moléculas de alta complexidade? Como domesticar plantas nativas pouco investigadas, como as dos ambientes tropicais e equatoriais? São questões importantes e, muito embora o setor industrial brasileiro venha se modernizando, incorporando pesquisa em seus portfólios, estas pesquisas ainda são muito tímidas e o setor não é afeito ao risco. Com isso, temos contabilizadas, nos últimos 30 anos, ainda poucas inovações oriundas da rica diversidade biológica brasileira, mesmo com o avanço científico alcançado pelo país – na química, farmacologia, química farmacêutica e biologia molecular – e com todos os esforços do lado empresarial. Nossa biodiversidade segue sendo um desafio instigante para os que acreditam na bioeconomia como força propulsora da indústria nacional.

Vanderlan da S. Bolzani é professora titular do Instituto de Química da Universidade Estadual Paulista (Unesp), vice-presidente da SBPC e membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC).



Dante Pavan/Giaia

Camada de rejeitos com 40cm de espessura depositada até 5m acima do Rio Gualaxo em Monsenhor Horta (MG) sofre erosão e é levado pela chuva para dentro do rio

MARIANA

Desastre ambiental incentiva monitoramento alternativo de ciência aberta

Fazer uma análise independente dos impactos ambientais do desastre em Mariana, Minas Gerais, esse é o objetivo do Grupo Independente de Avaliação do Impacto Ambiental (Giaia), uma proposta dentro do conceito de ciência aberta. “Todos os resultados são disponibilizados em tempo real. Assim, toda a sociedade colabora na discussão. Os nossos resultados geram mais perguntas que respostas, mas é exatamente assim o caminho científico”,

explica a bióloga e pesquisadora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Viviane Schuch, uma das coordenadoras do Giaia. Os resultados parciais do trabalho do grupo podem ser acessados no site criado pelo grupo (<http://giaia.eco.br>). Para facilitar a disseminação dos materiais nas comunidades internacionais, todos os documentos e textos foram traduzidos para o inglês. “Os nossos resultados são preliminares e pontuais, foram gerados a partir de

uma investigação científica ampla e interdisciplinar”, conta a bióloga. É difícil contabilizar exatamente o número de colaboradores envolvidos na iniciativa, uma vez que a proposta é aberta e participativa, lembra Viviane, e, portanto, fluida. Mas ela estima que nos grupos de trabalho consolidados já sejam 100 pesquisadores diretamente envolvidos, ligados a várias instituições do país, dentre elas as universidades de São Paulo (USP) e de Brasília (UnB), as universidades federais de São Carlos (UFSCar) e de Alagoas (Ufal).

DA INDIGNAÇÃO PARA AÇÃO Ao contrário das análises sobre a presença de metais pesados feitas por órgãos do governo como o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e Agência Nacional das Águas (ANA), os resultados parciais apurados e disponibilizados pelo grupo apontam índices de manganês e arsênio acima do preconizado pela legislação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) 357 que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes. Nas medições feitas em dezembro em Governador Valadares, por exemplo, a concentração de arsênio estava quatro vezes acima do permitido. Os parâmetros alumínio e ferro dissolvido, selênio total, cádmio total, lítio total, ní-

quel total e zinco total estavam em conformidade com a legislação. Já análises físico-químicas do Rio Doce e afluentes sob influência dos rejeitos provenientes no rompimento da barragem de Fundão concluíram elevada turbidez da água, causada pela grande quantidade de partículas em suspensão. A turbidez limita a penetração de luz usada pelas algas para fotossíntese, o que afeta a cadeia alimentar.

Os trabalhos realizados até agora contaram com voluntários das comunidades afetadas pelo desastre. “Dentro da nossa proposta científica cidadã, toda a sociedade, principalmente a diretamente atingida pelo desastre, pode participar com depoimentos, coleta de dados e amostras, discussão e multiplicação dos resultados e economia solidária”, afirma Viviane. “O envolvimento da comunidade nas atividades científicas é fundamental para expandir a nossa capacidade de coleta de dados; ampliar, disseminar e valorizar o conhecimento científico; valorizar e empoderar o cidadão, além de ampliar o pensamento crítico e gerar insumos políticos para um possível debate posterior das consequências do desastre”, enfatiza.

Para Wilson Jardim, químico ambiental da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) a iniciativa é um exercício de cidadania que deve servir de exemplo. “No entanto, é importante que o pessoal engajado nestas atividades, as quais exigem

um mínimo de conhecimento técnico, seja devidamente treinado. O grande erro de um leigo é que ele ‘percebe e avalia’ o ambiente de modo heurístico, subjetivo, o que muitas vezes não condiz com a realidade”. Para padronizar as coletas, o site do Giaia disponibiliza protocolos para recolher amostras para análises de microrganismos do solo, análises isotópicas e para testes de ecotoxicidade.

FINANCIAMENTO Numa primeira fase de *crowdfunding* (verba coletiva captada via internet), o Giaia arrecadou R\$90 mil. Segundo Viviane Schuch, o dinheiro será utilizado principalmente para financiar as expedições de coleta de amostras e a remessa das mesmas para os pesquisadores associados. Certamente esse é um dos grandes desafios para a continuidade do trabalho do grupo porque, a despeito de contar com mão de obra voluntária, a pesquisa científica envolve custos. Para se ter uma ideia de valores, em 24 de maio de 2010, logo após o derramamento de óleo da Deepwater Horizon Oil, no Golfo do México, a British Petroleum (BP) assumiu o compromisso de repassar até US\$ 500 milhões no período de 10 anos para financiar um programa de investigação independente para estudar o impacto ambiental do vazamento de óleo no Golfo do México. Os recursos têm sido repassados para instituições co-

mo a Louisiana State University, Instituto de Oceanografia da Flórida e para o Instituto do Golfo Norte, um consórcio liderado pela Mississippi State University. Os resultados das pesquisas são divulgados na internet no âmbito da Iniciativa de Pesquisa para o Golfo do México (GoMRI). O Giaia teve uma origem bem diferente do GoMRI. O grupo nasceu a partir da mobilização de um grupo de biólogos da USP no Facebook, pouco tempo depois do rompimento das barragens de Fundão e Santarém, no dia 5 de novembro de 2015. Nesse dia a lama dos reservatórios invadiu o distrito de Bento Rodrigues, na cidade histórica de Mariana (MG), causou ao menos 17 mortes e levou milhões de metros cúbicos de rejeitos da extração de minérios de ferro da mineradora Samarco a percorrerem cerca de 650 quilômetros, na bacia do rio Doce, até chegar ao mar, no Espírito Santo. Diante de informações conflitantes o grupo passou a ser uma opção para gerar informações de forma independente. Até o momento, o Giaia firmou parcerias com o Ministério Público e outras instituições e agora se concentra em sua estruturação, consolidação dos grupos de trabalho e criação de um ambiente de colaboração científica-cidadã. “O Giaia é um enorme desafio”, finaliza Viviane.

Patrícia Mariuzzo
Germana Barata

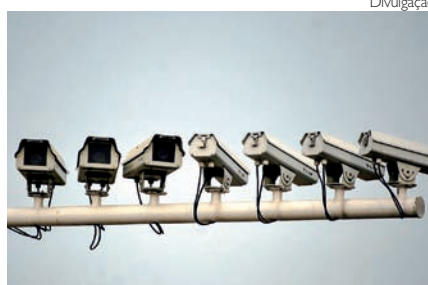
SEGURANÇA DIGITAL

Privacidade em disputa no Brasil: Marco Civil da Internet, dados pessoais e o “PL Espião”

Em uma quarta-feira nublada, na Vila Mariana, em São Paulo, um grupo de ativistas, pesquisadores e jornalistas participavam de uma oficina sobre segurança digital. Mais precisamente, o grupo se reuniu no simbólico espaço do Centro Brasileiro de Análises e Planejamento (Cebap) para discutir e entender melhor o funcionamento técnico da web e conhecer ferramentas que permitam uma navegação mais segura: como criar senhas mais fortes, não ser rastreado por mecanismos comerciais ou evitar que cada email tenha seu conteúdo facilmente acessado. O encontro, organizado pela Oficina Antivigilância, Conectas, Tactical Tech, com o apoio da Rede Latino-Americana de Estudos Sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade (Lavits), destacou que os dados de navegação são todos registrados e dizem muito sobre cada usuário. Quando o assunto é lidar com fontes que precisam ser protegidas e trabalhar com dados sensíveis, saber navegar de forma segura é essencial.



Jünger-Telkman



Divulgação

Privacidade e vigilância em confronto

Ainda não há uma legislação no país que regulamente o direito de proteção aos dados pessoais dos cidadãos. O tema vem sendo discutido em muitos países e deve permanecer na pauta ao longo do ano. Por ora, o Brasil tem algumas garantias resguardadas na Lei do Marco Civil da Internet (MCI). Mas ativistas e especialistas em direitos digitais alertam que tais garantias estão ameaçadas pelo Projeto de Lei 215, de 2015, do deputado Hildo Rocha (PMDB-MA), apelidado de “PL Espião”.

O projeto nasceu com a ideia de aumentar o rigor das penas para crimes contra a honra cometidos pela internet – com foco nas redes sociais. Mas, ao longo do processo, ele foi aglutinando uma

série de pontos, tramitando com mais dois projetos apresentados – PL 1547/2015 e PL 1589/2015 – e se tornou alvo de críticas. “O Marco Civil mal completou um ano e já querem alterá-lo. É um infanticídio”, analisa o advogado e pesquisador do Grupo de Políticas Públicas para o Acesso à Informação da Universidade de São Paulo (USP), Bruno Bioni. Uma das seções mais criticadas do PL 215/2015 dizia respeito ao acesso a dados pessoais e registros de navegação. Ocorre que o provedor de acesso à internet identifica a conexão do usuário em qualquer site, registrando o horário, dia e endereço de origem. Os provedores de serviços na internet, sejam os de email ou de conta na rede social, também fazem esse registro, inclusive do conteúdo criado. “Na Constituição, temos a questão da proteção do sigilo das comunicações. O Marco Civil reforça essa proteção e esse sigilo só pode ser quebrado por uma ordem judicial”, explica a fundadora da Coding Rights, Joana Varon, que também é coordenadora do projeto Oficina Antivigilância. O problema é que as primeiras versões do PL 215/2015 pediam o fim dessa proteção. Ou seja, qualquer autoridade competente poderia acessar dados pessoais, se assim julgasse necessário, sem ordem judicial. Essa questão mudou nas

versões mais recentes do projeto, após pressão popular e campanha realizada nas redes sociais em setembro e outubro de 2015. O PL 215 foi aprovado na Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça da Câmara dos Deputados. “De lá deve ir para o plenário e então segue o trâmite normal legislativo (Senado e Presidência). Até lá, muita coisa pode mudar e acontecer”, explica Bioni.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO O “PL Espião” traz outros pontos questionáveis, segundo Bruno Bioni. Um deles diz respeito aos dados cadastrais. O PL 215 tenta alargar a noção do que seriam esses dados, como qualificação pessoal, endereço e filiação, incluindo informações como telefone, CPF e conta de email. “O PL torna obrigatório o cadastro dos usuários para a sua navegação na internet. O texto fala que os provedores terão que tomar as medidas necessárias para cumprir essas normas. O que vai acontecer na prática é que os provedores vão ter que institucionalizar um cadastro dos usuários para navegar na internet”, prevê Bioni. Para cada acesso a um site seria preciso preencher um formulário com todos esses dados para que o provedor pudesse oferecer acesso sem ordem judicial para as autoridades competentes, analisa o pesquisador.

Outra questão que também preocupa os especialistas em direito digital quanto ao PL 215 é o chamado “direito ao esquecimento”, o qual prevê a completa remoção e indisponibilização de um conteúdo, em vez de sua desindexação nos buscadores, em caso de solicitação daqueles que alegarem ter sua honra ferida ou que julguem terem sido associados a algum crime do qual tenham sido absolvidos. Neste caso, especialistas acreditam que a exclusão de informação pela via do “direito ao esquecimento” esbarra no “direito à informação”. Segundo nota divulgada no site da Oficina Antivigilância, o receio é o de que “os poderosos possam usar essa lei para apagar a história e perseguir defensores de direitos humanos”. No artigo “Projeto de Lei 215/2015, infanticídio aos recém-nascidos direitos digitais no Brasil”, publicado no site Digital Rights, Latin America and The Caribbean, Bioni lembra que no caso de direito ao esquecimento sempre é preciso um exame casuístico a respeito da utilidade da informação para que não se estrangule o direito à informação. Ele argumenta que o PL 215/2015 atropela esse debate, uma vez que o único critério estabelecido é a existência de uma suposta informação ofensiva à honra. “Não se elenca, por exemplo, outros critérios como o valor

histórico e público da informação a excepcionar a aplicação do direito ao esquecimento”.

O Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI) também se posicionou contrário ao PL 215. De acordo com o professor da Escola de Comunicação da UFRJ, Marcos Dantas, membro do CGI, o projeto fere os princípios que norteiam o comitê e revoga pontos-chaves do MCI, especialmente os que asseguram a livre expressão do pensamento na internet e o devido processo judicial em caso de supostas violações de direitos individuais ou empresariais. “Cabe sublinhar que o MCI é, hoje, uma referência internacional em legislação regulatória da internet: está sendo estudado e tende a ser adotado, nos seus princípios, em muitos outros países. O Brasil está na vanguarda mundial nessa questão. O PL 215 é um retrocesso que nos envergonha, como brasileiros”, lamenta Dantas.

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS Em meio a esse cenário, a definição de uma legislação específica sobre o uso de dados pessoais é relevante. O Marco Civil, inclusive, faz referência a uma futura lei de proteção de dados pessoais. Para Joana Varon existem, pelo menos, três projetos de proteção de dados pessoais em discussão no Brasil: um na Câmara dos

Deputados, outro no Senado e outro no Ministério da Justiça. “A última versão que vi do da Câmara é muito pobre, é incorporado por agências de publicidade”, analisa Joana.

Até o momento, o texto provavelmente mais conhecido sobre a proteção de dados pessoais é o anteprojeto de lei apresentado pelo Ministério da Justiça, no último dia 20 de outubro e é fruto de cinco anos de discussão, incluindo a incorporação de sugestões pós consulta pública. Em sua mais recente versão, o texto destaca que a lei tem como objetivos assegurar o livre desenvolvimento da personalidade, além da liberdade, intimidade e privacidade. Bruno Bioni avalia positivamente a nova versão, mas avalia que há disparidade regulatória entre o setor privado, mais avançado, e o setor estatal. “Ainda se fala de um órgão competente fiscalizador, mas não diz qual seria o arranjo dele”, explica. Teme-se que a medida regulatória punitiva possa prejudicar a liberdade de expressão ao inibir opiniões críticas. Não por outro motivo, documentos e recomendações internacionais indicam que tais atos ilícitos deveriam ser deslocados para a esfera civil”, propõe Bruno Bioni.

Sarah Schmidt

APOSENTADORIA

A vida universitária após os 70 anos

O prolongamento da carreira dentro da universidade não é exclusividade de alguns professores. O número de docentes que continua atuando com idade superior a 65 anos é de 14.232 em um total de 71,2 mil, de acordo com o último censo divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) e realizado em 2013. Na faixa dos 60 aos 64 anos são 20.548 em exercício. Na Universidade de São Paulo (USP), o número de professores cadastrados no programa Sênior é de 611. Um cálculo realizado pela universidade prevê que em 2017, 40% dos seus professores estarão aptos a se aposentar.

Em 8 de setembro, aos 87 anos, José Goldemberg assumiu a presidências da maior financiadora estadual de pesquisa do país, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Ao longo de sua carreira, o físico assumiu diversos cargos administrativos como a presidência da Companhia Energética de São Paulo (CESP); da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e cargos públicos como secretário de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente, da Presidência da República. Após mais de seis décadas de atuação na universidade não lhe falta inspiração. “Sou cientista. Vivo preocupado com novos desafios”,

diz. A maior disponibilidade tecnológica e o melhor preparo dos alunos, na visão de Goldemberg, também tem ajudado o avanço das pesquisas e o aprendizado dele, que se sente aluno dos seus estudantes quando o assunto é domínio de tecnologia.

Goldemberg não gosta de falar em aposentadoria e conta que, desde cedo, já tinha para si que jamais iria se aposentar. Para ele, a lei que obriga docentes a se aposentarem aos 70 anos é muito antiga e de quando a expectativa de vida dos brasileiros estava muito abaixo da idade. Ele vê como positiva a possibilidade de ampliação para 75 anos, que já pode ser aplicada aos ministros do Superior Tribunal Federal (STF), como idade compulsória para aposentadoria. Atualmente, ele tem sete orientandos, é co-presidente do International Institute For Applied Systems Analysis (IIASA), na Áustria, coordena três projetos de pesquisa e um de desenvolvimento, é revisor de vários periódicos e membro do conselho de outros e autor de 22 artigos apenas nos últimos 5 anos.

INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE Aos 77 anos o físico Sérgio Mascarenhas, hoje com 87 anos, recebeu o diagnóstico de que estava com hidrocefalia, um acúmulo de líquido dentro do crânio que pode causar danos ao cérebro, e que seria necessário realizar um exame de perfuração para medir a pres-



Leandro Negro

Goldemberg assumiu a presidência da Fapesp aos 87 anos

são intracraniana. Incomodado com a ideia de realizar um exame tão invasivo, mas o único disponível para que pudesse responder à situação da doença, ele passou a imaginar uma forma alternativa de exame.

Os primeiros experimentos foram feitos com um balão de aniversário, pedido ao seu neto, inflado dentro de um crânio emprestado da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Com sensores de medição nas duas partes, ele verificou que os números de pressão na bexiga e no crânio coincidiam. A ideia partiu da observação de uma atividade já corriqueira para os engenheiros que é identificar a vibração interna de pilastras de concreto sem ter que furar a construção. O teste simples correu como o esperado e a ideia foi levada para o laboratório. Atualmente o sistema está na fase de protótipo e segue sendo desenvolvido pelo Instituto de

ênica, da educação e do ideal de que uma sociedade melhor é construída por meio de um trabalho em equipe.

PLENA ATIVIDADE Depois de atender ao pedido de entrevista, Myriam Krasilchik, docente da Faculdade de Educação da USP, confessa que resolveu fazer os cálculos de quantos anos lecionava após os 70, e já se passaram 13. Seu curso de método do ensino superior continua a ser bastante procurado por alunos de diferentes unidades. Além do prazer da vida universitária e o contato rico com colegas, professores, alunos, Myriam também é motivada por querer “continuar contribuindo com o resultado da minha vivência para o aperfeiçoamento da educação”.

A docente diz que há fases e em cada uma delas é possível contribuir de uma maneira diferente. Ao longo de sua carreira foi conhecendo toda a

Estudos Avançados (IEA) da USP em São Carlos.

O *insight* de Mascarenhas veio três anos antes dele se aposentar compulsoriamente pela universidade. “Aposentar-se é um ato de conformação”, define. Para ele, é possível se aposentar de um emprego, mas impossível aposentar-se da ci-

universidade ao iniciar a participação em comissões, depois foi diretora da Faculdade de Educação, vice-reitora e, após os 70, foi presidente da comissão de planejamento da USP Leste. Aposentado desde 1995, o professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA) Pascoalino Magnavita mantém o vínculo com a universidade em meio a uma agenda lotada, entre aulas, exposições e viagens. O engenheiro civil e doutor em arquitetura, possui uma bolsa de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em seu nível mais alto, ministra aulas e orientações. O contato com alunos mais jovens e a troca de experiências mantêm seu ânimo com a academia. Assim como considera estimulante a experiência e criatividade dos alunos, ele também considera fundamental e igualmente prazeroso passar uma visão de mundo diferente para os que fogem ao senso comum. “Acho estimulante estar na universidade, onde a gente não ensina o que sabe, mas sim o que pesquisa e estimula os estudantes a pensar diferente”. E completa, “Apesar das diferentes sociedades – vivi na sociedade da disciplina e eles vivem na sociedade do controle –, penso de forma jovem, meu pensamento é contemporâneo”, diz.

Juliana Passos

INTELIGÊNCIA

Dificuldade de identificar e investir em pessoas com altas habilidades pode minar o talento nato

Sucesso de bilheteria, o filme *Quem quer ser um milionário* (2008), adaptação do livro do diplomata indiano Vikas Swarup, conta a história de um jovem pobre de Mumbai que tem o curso de sua vida transformado pelo desempenho surpreendente em um programa de auditório. Muitas outras pessoas, excepcionalmente inteligentes, ficaram famosas pela participação destacada nesse tipo de programa, como o brasileiro Ricardo Tadeu de Soares, nos anos 1980, e o norte-americano Christopher Langan, em 2008. Soares, que em 1992 entrou para o livro dos records como o advogado mais jovem do mundo (aos 16 anos), é o presidente da cervejaria subsidiária AB InBev, no México, desde 2013. Langan, mesmo considerado o homem mais inteligente dos Estados Unidos, não chegou a concluir o ensino superior e, atualmente, faz pesquisa sem filiação a instituições universitárias. Ambos tidos como pessoas fora dos padrões, Soares e Langan trilham diferentes caminhos, e foram confrontados com



O talentoso personagem Jamal Malik sai da vida nas favelas para se tornar milionário

desafios e oportunidades. O brasileiro teve apoio familiar, frequentou ambientes acadêmicos excepcionais ao longo da vida e é considerado um homem de sucesso. Langan teve uma infância muito pobre, pouco suporte familiar e uma base escolar ruim, ou seja, menos condições para desenvolver suas habilidades. Sua pesquisa não é reconhecida, apesar de seus talentos intelectuais. Malcom Gladwell, autor do *bestseller Fora de série* (2008), trata exatamente dessas pessoas fora dos padrões, sejam homens de negócio, estrelas do rock ou gênios da ciência. Segundo dados da Associação Nacional para Crianças Superdotadas nos EUA, entre 6%

e 10% da população de estudantes daquele país é de alunos com altas habilidades/superdotação, o que representa entre 3 e 5 milhões de pessoas (2013-2014). Para os norte-americanos, os dados significam que ajudar as crianças com altas habilidades/superdotação é uma questão de desenvolvimento nacional. No Brasil, a especialista em educação especial, presidente do Conselho Brasileiro para Superdotação (ConBraSD), Suzana Graciela Pérez Barrera Pérez, estima que há mais de 2,5 milhões de alunos com altas habilidades/superdotação matriculados nas escolas públicas e privadas da educação básica.

Divulgação

IDENTIFICANDO ALTAS HABILIDADES

A educação especial não é uma modalidade elitista, mas que visa atender ao público tanto de alunos com altas habilidades/superdotação quanto de portadores de deficiência e transtornos de desenvolvimento, cada um dentro de suas necessidades específicas. Em setembro de 2015, foi aprovado o projeto de lei para dispor sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento aos alunos com altas habilidades ou superdotação na educação básica e superior. Porém, segundo a ConBraSD, o projeto não prevê como será feita a identificação dos alunos e corre o risco do esvaziamento de cadastro – assim como aconteceu com o censo escolar que já registrava os alunos com altas habilidades/superdotação desde 1996 –, caso os professores continuem sem a formação adequada para lidar com a questão. Para valorizar esses talentos especiais é preciso saber identificar as crianças com altas habilidades/superdotação. De acordo com pesquisa publicada em 2013 pelo Departamento de Educação de Newfoundland e Labrador, no Canadá, não há um critério único para incluir ou excluir indivíduos dentro do conceito de superdotação que pode ser evidenciada em muitos domínios como o linguístico, o lógico-matemático, o espacial, o musical, o interpessoal, o

tecnológico, nos esportes e até na relação com os animais. A maneira como professores podem entender, identificar e lidar com crianças com altas habilidades, ou superdotadas, envolve critérios múltiplos de observação das habilidades cognitivas, como aptidão e criatividade, das realizações dos alunos e da opinião de pais, professores e colegas sobre o desempenho dessas crianças.

ATENDIMENTO Tanto os alunos com altas habilidades/superdotação, como seus familiares e professores têm o direito de serem atendidos no Brasil. Inclusive, a legislação prevê que o atendimento dos alunos seja feito em salas com recursos multifuncionais. Para Suzana, a política pública para atender aos alunos com AH/SD é somente na área educacional. Há dispositivos que preveem o atendimento: LDB, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e, teoricamente, deveria existir um núcleo de atividades de altas habilidades/superdotação (NAAH/S) em cada capital brasileira. Ela conta que esses núcleos, criados em 2005 pelo Ministério da Educação (MEC), com recursos da Unesco e em parceria com as secretarias de educação dos estados, “funcionam de forma muito irregular, dependendo

de interesse e apoio de cada secretaria”. Os NAAH/S fariam a identificação e, em alguns deles, também o atendimento educacional e capacitação de professores. Instituições privadas e filantrópicas também realizam atendimento a esses alunos, mas o número ainda é pequeno. Suzana Pérez esclarece que “a escola deveria trabalhar com os alunos de forma diferenciada, mas não o faz porque há poucos profissionais capacitados, visto que nas formações que o MEC oferece para professores de educação especial raramente são oferecidos conteúdos relativos a altas habilidades/superdotação”. Além disso, os professores de aula regular desconhecem o tema e há muitos mitos e crenças populares equivocadas e isso faz com que as crianças sequer sejam identificadas. “Por isso, eles continuam invisíveis e excluídos da educação”, lamenta a especialista. Suzana acredita que vincular altas habilidades/superdotação e sucesso é um mito constatado por diversos autores. “A habilidade acima da média tem um componente genético, mas também um componente ambiental. Ninguém desenvolve o potencial se não tiver oportunidade de desenvolvê-lo”.

Victoria Flório

MUN

Rafael Neddermeyer/Acervo Fotos Públicas

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Relações perigosas: aumento de temperatura e doenças negligenciadas

Ainda é cedo para avaliar os resultados da Conferência do Clima de Paris (COP 21), que aconteceu em dezembro de 2015, mas um de seus pontos positivos foi que, pela primeira vez, os representantes dos 195 países reunidos no evento concordaram que é preciso conter o aumento da temperatura média do planeta. Embora as medidas para alcançar esse objetivo ainda não sejam suficientemente contundentes, trata-se de um ponto de partida importante para combater o aquecimento global. Embora ainda não seja consenso na comunidade científica, um dos sinais que reforçam sua existência é a relação entre o aquecimento global e as doenças tropicais negligenciadas (DTN).

Em 2015, a Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou um relatório sobre o assunto – *Investing to overcome the global impact of neglected tropical diseases*, alertando para a relação perigosa entre aquecimento global e doenças tropicais negligenciadas: com o aumento da temperatura, a zona de clima tropical do planeta deve se expandir, ampliando também as áreas acometidas por doenças



Mosquito *Aedes aegypti* é responsável pela transmissão de vírus que causam três doenças que ameaçam a eclosão de epidemias no Brasil: dengue, zika e chikungunya

tropicais como a malária e a dengue. De acordo com o documento, a mudança climática deverá aumentar a propagação de várias DTNs, notadamente a dengue, cujo vetor, o mosquito *Aedes aegypti*, tem ciclo de vida diretamente influenciado pela temperatura, precipitação e umidade relativa do ar. De fato, nos últimos anos, a doença tem aparecido fora da zona tropical do planeta.

Em 2014, a China enfrentou um dos piores surtos de dengue da sua história, com mais de 40 mil casos registrados. Em 2010, os Estados Unidos também tiveram casos da doença, como na Flórida, onde não havia registros desde 1934. Houve casos também nos estados da Califórnia e do Texas, sem caracterizar, no entanto, um surto. De acordo com Mariana Jorge de Miranda, pesquisadora da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), vários estudos apontam que

a intensificação de casos de doenças tropicais como malária e dengue está relacionada a processos migratórios, grandes aglomerações humanas e, possivelmente, o aumento da temperatura média do planeta.

REEMERGENTE De acordo com Expedito Luna, professor do Departamento de Medicina Social da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, doenças infecciosas emergentes e reemergentes são aquelas cuja incidência em humanos vem aumentando nas últimas duas décadas ou ameaça aumentar num futuro próximo. Em artigo publicado em 2002, na *Revista Brasileira de Epidemiologia*, ele afirma que existem dois focos de atenção em relação a essas doenças: o surgimento ou identificação de novos problemas de saúde e novos agentes infecciosos e a mudança no comportamento epidemiológico de doenças já conhecidas,



incluindo a introdução de agentes já conhecidos em novas populações de hospedeiros suscetíveis.

Segundo a OMS, a incidência dos casos de dengue aumentou 30 vezes nos últimos 50 anos. A infecção é considerada a principal doença reemergente nos países tropicais e subtropicais. Também é considerada um importante problema de saúde pública no Paquistão, Arábia Saudita e Iêmen, com repetidos surtos em centros urbanos e propagação nas zonas rurais. Na Europa a transmissão local do vírus foi relatada pela primeira vez na Croácia e na França, em 2010. Dois anos depois um surto na ilha da Madeira, Portugal, resultou em mais de 2.200 casos da doença. Segundo estimativas da organização para saúde ligada à Organização das Nações Unidas (ONU) os investimentos anuais teriam que ser de US\$ 510 milhões por ano, até 2030, para controlar a população de vetores que transmitem a dengue.

Mas como determinar a influência do aumento da temperatura na disseminação da dengue para além da zona tropical do planeta? Ainda não há certezas sobre isso. Para Miranda, já existem modelos matemáticos para prever as consequências do aumento da temperatura sobre a malária, por exemplo. Eles indicam que um clima um pouco mais quente pode aumentar o risco de transmissão dessa doença, especialmente em

regiões onde o controle da também chamada maleita ainda é instável. Por outro lado, nas áreas com maior acesso a serviços de saúde de qualidade, os efeitos do aquecimento global seriam menores. “É preciso considerar a complexidade dos processos ambiente-doença antes de afirmar que a expansão da malária, assim como de outras doenças vetoriais, está sendo causada diretamente pelo aquecimento global”, afirma a geógrafa que desenvolve estudos em geografia médica e da saúde e climatologia médica.

Miranda destaca que, já em 2008, o relatório organizado pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), em colaboração com o Ministério da Saúde e a Fundação Osvaldo Cruz, salientava que aspectos sociodemográficos, como migrações e densidade populacional, e fatores como o estado imunológico das populações e a efetividade dos sistemas de saúde e dos programas de controle e prevenção de doenças, vão determinar a velocidade de disseminação e o impacto da dengue em determinada região. “Paralelamente aos pro-

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SAÚDE

A OMS considera as mudanças climáticas a maior ameaça à saúde mundial do século XXI. De acordo com a organização, o aquecimento global será a causa de 250 mil mortes adicionais por ano até 2030. Ondas de calor mais intensas e incêndios; aumento da prevalência de doenças causadas por alimentos e água contaminados e de doenças transmitidas por vetores; aumento da probabilidade de desnutrição resultante da redução da produção de alimentos em regiões pobres e perda da capacidade de trabalho em populações vulneráveis são os principais riscos para a saúde. Riscos incertos, mas potencialmente mais graves incluem: colapso em sistemas alimentares, conflitos violentos associados a escassez de recursos e movimentos de população, e exacerbação da pobreza, minando a saúde. No geral, as alterações climáticas deverão aumentar as desigualdades na saúde entre as populações. Em um evento paralelo à COP21, a OMS defendeu que a proteção da saúde é possível e deve ser uma prioridade para os investimentos dos fundos de adaptação às alterações climáticas. Além de ter impacto imediato sobre a vida das pessoas, esses investimentos devem fortalecer a resiliência de longo prazo em relação às consequências do aquecimento global.

MUN

cessos de mudanças do clima, vêm se acelerando a globalização (...), as mudanças que alteram ecossistemas, reduzem a biodiversidade e que resultam na acumulação de substâncias tóxicas no ambiente e, ao mesmo tempo, temos um processo de precarização de sistemas de governo, reduzindo investimentos em saúde, aumentando a dependência de mercados e aumentando as desigualdades sociais. Os riscos associados às mudanças climáticas globais não podem ser avaliados em separado desse contexto”, aponta o documento.

Para a pesquisadora, a possibilidade de retorno dessas doenças se dá em contextos históricos diferentes daquelas do século XIX. Ela enfatiza que o setor de saúde deve trabalhar para reduzir as vulnerabilidades sociais, para construir “um mundo mais justo e mais saudável”, finaliza.

Leonor Assad

Venilton Cuchler/ANP/Arquivo Fotos Públicas



Combate aos focos de procriação do mosquito é a principal medida para conter epidemias

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Programa britânico traz de gatos à astrofísica

Você sabe o que seu gato faz quando não está por perto? Conhece seus hábitos e costumes? Foram essas as perguntas que o documentário *A vida secreta dos gatos*, do programa de divulgação de ciência da rede de televisão pública do Reino Unido, Horizon BBC, buscou responder. Produzido em parceria com os cientistas do Royal Veterinary College, o documentário de 2013 alcançou enorme sucesso. Mas será que programas como esse, sobre a vida dos animais domésticos, por exemplo, são mesmo divulgação científica? Para o atual editor chefe do Horizon, Steve Crabtree, sim. “Das pesquisas de Mary Higby Schweitzer sobre o DNA dos fósseis de dinossauros ao mundo secreto dos gatos, buscamos explorar o universo da ciência com suas particularidades”, afirmou ele em entrevista. A série *Horizon* estreou na televisão britânica em 1964 com o documentário sobre o teorema de Buckminster Fuller

(*The world of Buckminster Fuller*) e, desde então, já produziu mais de mil episódios. No início, seu formato era a entrevista, mas, a partir dos anos 1990, adotou o documentário, inserindo uma pergunta desafio que mobiliza os pesquisadores e jornalistas. Para Crabtree, além das mudanças de estilo e narrativa, o programa acompanhou as diferentes concepções e visões sobre ciência. “Os documentários dos anos 1960 tinham um tom entusiasta e confiante no desenvolvimento científico. Mas, nas décadas seguintes, começaram a aparecer programas mais críticos, que passaram a apontar, por exemplo, os impactos negativos da tecnologia no meio ambiente”. Ainda segundo o editor, programas como o *Horizon* são necessários na sociedade democrática pois, além de informar, as séries sobre ciência, se benfeitas, problematizam e provocam a curiosidade e o envolvimento das pessoas com o tema. “Mais do que o fato, nos interessa contar uma boa história. Ela não precisa ser simplória e pobre, ao contrário. Misturamos depoimentos de especialistas com imagens sobre suas pesquisas em desenvolvimento”, completou.



Notícias do Mundo

Grande parte da comunidade científica britânica, no entanto, acusa o programa de não citar devidamente as fontes de pesquisa e ignorar os passos de uma descoberta científica. Ao ser questionado, Crabtree afirmou: “Evidente que estamos mais interessados em mobilizar o telespectador para a curiosidade do que compreender a dinâmica da produção científica, o que não significa que não realizamos um programa com certo rigor aos padrões próprios da ciência, por exemplo, procuramos em todo documentário apresentar diferentes visões sobre o tema abordado”, diz ele.

RECEITA DE SUCESSO Não é fácil nem barato produzir esses documentários. *A vida secreta dos gatos*, por exemplo, custou cerca de 300 mil libras. Ao longo do ano, a equipe de produção faz cerca de 12 documentários de aproximadamente 50 minutos sobre três grandes temáticas: comportamento, medicina e saúde e astrofísica, sendo dos dois últimos os temas mais pedidos. Segundo o editor chefe, “os programas da *Horizon* têm grande repercussão pelo mundo - atualmente os programas de maior audiência, com exceção de *A vida secreta dos gatos*, são



Reprodução

Documentário acompanhou 50 gatos durante uma semana, por 24 horas. O programa teve mais de três milhões de acessos

os sobre astrofísica”. Crabtree possui uma equipe de oito pessoas, entre pesquisadores e editores, além disso pode usar os jornalistas do Departamento de Ciência da BBC, que totalizam mais de trinta profissionais. “Procuramos investigar um tema a partir de uma pesquisa atual. Então, convidamos os pesquisadores envolvidos e, juntamente com a nossa equipe, realizamos um documentário sobre aquele assunto, apontando as pesquisas que estão sendo realizadas e os primeiros resultados”. Além do *Horizon*, a BBC possui um Departamento de Jornalismo dedicado a pesquisar, apurar e produzir matérias sobre ciência - “é um andar inteiro do



Divulgação/BBC

Steve Crabtree no Brasil em 2014, no festival internacional VerCiência

prédio reservado só para eles, com as melhores condições que um jornalista da área de divulgação da ciência poderia desejar”, conta Crabtree.

Lívia Botin



TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Serviços alternativos de transporte e locação de imóveis aumentam opções de consumo

Na década de 1930, a cidade de Nova York criou a obrigatoriedade de licenças para taxistas. Cerca de 12 mil licenças foram expedidas. Em 2010, a cidade era 1 milhão de habitantes maior, mas o número de licenças cresceu pouco – para 13 mil. Durante 80 anos, a oferta de táxis não cresceu como a demanda.

Esse descompasso entre demanda e oferta, visível nas ruas, fez com que muitos habitantes passassem a oferecer o serviço com seus próprios carros por meio do aplicativo Uber, criado em 2009. O Uber não diz que faz o serviço de táxi, mas a similaridade é grande. Em pouco tempo, o número de carros com esse serviço praticamente dobrou, chegando a 25 mil.

Os taxistas sentiram no bolso o aumento da oferta, já que encontrar passageiros ficou mais difícil. O dono da maior cooperativa de táxi da cidade, com mais de 860 licenças, assinou um pedido de falência. Em 2015, em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Londres e outras houve protestos, alguns violentos, de taxistas contra o aplicativo.

Para os passageiros, o Uber ajuda a encontrar transporte a um preço mais acessível. Por meio do aplicativo, eles podem ler pequenos comentários sobre motoristas específicos e, assim, contratar quem oferece um serviço de qualidade.

“É impossível que os taxistas e donos de cooperativas de táxi proibam o Uber para sempre”, afirma o economista e professor da Fundação Getúlio Vargas Roberto Kanter. “O que pode acontecer são as cooperativas passarem a ter um serviço melhor, com maior qualidade, e assim conseguirem manter uma fatia desses consumidores”, explica.

Dentre os grupos que ganham com o Uber e serviços similares estão os que investiram para que o aplicativo fosse desenvolvido e funcionasse bem. Entre eles, estão o Google, o site de busca chinês Baidu e o banco de investimentos Goldman Sachs. A cada corrida realizada por meio do aplicativo, uma parte do pagamento vai para esses investidores. Na prática, portanto, o Uber transfere dinheiro dos donos das cooperativas de táxis para os investidores da plataforma, grandes conglomerados que têm negócios em diversas áreas da economia.

“O investidor está atrás de rentabilidade”, diz Kanter. “Eles apostam em uma inovação, e quem não inova, no caso os proprietários de cooperativas, tende a perder dinheiro”. O mesmo se passa com o AirBNB, um site e aplicativo por meio do

qual é possível alugar apartamentos ou quartos em outras cidades por um preço mais em conta do que em hotéis. Criado em agosto de 2008, o AirBNB foi inspirado no site CouchSurfing, no qual é possível conseguir um lugar para dormir em diversas cidades sem ter que pagar por isso. Apesar da gratuidade da estadia, o site também é bancado por grandes investidores e não é uma organização sem fins lucrativos.

Apesar de alguns protestos dos proprietários de redes hoteleiras em função de seu surgimento, como a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (Abih), a repercussão esteve longe de ser tão violenta como a dos taxistas em relação ao Uber. A razão talvez seja que o impacto do AirBNB sobre os hotéis foi muito menor do que o ocorrido no mercado dos táxis. O AirBNB tem hoje cerca de um milhão de quartos e apartamentos para serem alugados em diversos países. O número de quartos de hotéis no mundo é de 21 milhões.

De acordo com artigo da socióloga norte-americana Juliet Schor de 2015, “o único ponto novo dessa nova economia do compartilhamento é que ela mobiliza a tecnologia, os mercados e a ‘sabedoria das multidões’ para fazer com que estranhos se encontrem”.

Ricardo Manini

VIGILÂNCIA

VIGILÂNCIA

COORDENAÇÃO
MARTA M. KANASHIRO

DAVID LYON
FERNANDA BRUNO
HENRIQUE PARRA
RAFAEL EVANGELISTA
LUCIANA S. GUILHON ALBUQUERQUE
ROSA PEDRO
ULISSES DOS ANJOS CARVALHO

APRESENTAÇÃO

VIGIAR E RESISTIR: A CONSTITUIÇÃO DE PRÁTICAS E SABERES EM TORNO DA INFORMAÇÃO

Marta M. Kanashiro

Os estudos e pesquisas que tratam sobre vigilância de pessoas, de dados e monitoramento têm sido realizados por diferentes áreas do saber e abordando aspectos diversos. Aproximadamente nos últimos vinte anos, alguns desses trabalhos vêm sendo reunidos numa área interdisciplinar conhecida como estudos de vigilância (*surveillance studies*), em especial em países da América do Norte e da Europa(1).

Abordando a constituição dessa área, Gary T. Marx (2), afirma que os estudos de vigilância não se voltam exclusivamente para questões urbanas, por exemplo, ou outros assuntos das ciências sociais tidos como clássicos, como estudos de gênero ou questões étnicas. Da mesma forma, esses estudos também não se baseiam numa perspectiva disciplinar, teórica ou metodológica únicas. Ainda na tentativa de definir essa área, o autor indica que eles compartilham com as pesquisas sobre tecnologia e sociedade o interesse pelos impactos sociais, econômicos e culturais daquelas tecnologias que se voltam para a informação, e dedicam-se a compreender um conjunto de ações e comportamentos que lidam com informações sobre indivíduos ou grupos.

Assim, apesar dos esforços para delimitar a área e reunir pesquisas sob o nome estudos de vigilância, há muitos trabalhos dispersos em áreas como comunicação, ciências sociais, arquitetura e urbanismo, geografia, direito, história, ciência da informação, psicologia, criminologia, filosofia, artes, computação. A Rede Latino-americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade (Lavits) (3), fundada em 2009, espelha em seu nome exatamente a tentativa de abrir o intercâmbio entre pesquisas dispersas que tematizam direta ou indiretamente a vigilância, mas sem aderir exclusivamente ao

nome estudos de vigilância, como é o caso do Surveillance Studies Centre (Canadá) que influenciou sua criação.

Independente da nomeação da área, e dos exemplos que buscam não se restringir a determinadas definições, é certo que os estudos que tratam do tema vigilância são emergentes, encontram-se hoje em franca expansão, e precisam ser reunidos e dialogar entre si. Numa concepção ampliada, eles podem ser compreendidos como aqueles que têm problematizado as práticas de captura contínua e rotineira de dados, processamento, armazenamento, análise, cruzamento, apropriação e gerenciamento de informações. Dedicam-se a analisar discursos e práticas que atravessam a construção e utilização de tecnologias que permitem essas ações e que incluem também o controle de acesso, a vigilância, o monitoramento e a identificação de pessoas, a construção de bancos de dados e perfis sobre a população.

De forma geral, as tecnologias de informação e comunicação (TICs) e o aumento da capacidade computacional figuram como centrais nesses estudos. Assim, as câmeras para monitoramento, os controles de acesso (incluindo a biometria ou não), as etiquetas RFID (identificação por rádio frequência) (4) (e a internet das coisas), utilização da internet para as mais variadas finalidades, o uso de celulares, de *smartphones*, de dispositivos de geolocalização, e a constituição e exploração do *big data* são objetos recorrentes das pesquisas. No entanto, ainda que se observe essa recorrência, o estudo de determinadas tecnologias não é definidor exclusivo desse campo que volta-se para pensar, em especial (mas não somente), as transformações contemporâneas que incluem as mudanças no capitalismo, nas racionalidades governamentais, no exercício do poder, nos modos de ver, de pensar, de sentir, de conhecer. Assim, esses

estudos procuram refletir sobre a contemporaneidade, mirando as transformações atravessadas por e constituidoras dessas tecnologias, mas sem recair no determinismo tecnológico ou na afirmação de que a tecnologia é razão ou causa explicativa suficiente para as mudanças.

Quando Gary T. Marx afirma que os estudos de vigilância não se voltam exclusivamente para determinados temas, é exatamente porque eles podem ser mesclados com os mais variados assuntos que, nas ciências sociais, são considerados clássicos. Por exemplo, os estudos de gênero podem ser contemplados em pesquisas que se desdobrem também sobre o uso de TICs, as constituições de bancos de dados, de perfis e as mudanças no capitalismo, na cultura. No mesmo sentido, há inúmeros estudos que se mesclam, dentre muitos outros temas, com cidades, segurança, trabalho, lazer, consumo, saúde, democracia, cidadania, legislação, público e privado, privacidade, movimentos sociais, resistência, poder, estética etc.

O debate político e acadêmico sobre o tema foi impulsionado, nos últimos anos, por alguns acontecimentos (que também alteraram a própria forma como se realiza a vigilância) como o ataque ao World Trade Center, em 2001 e, a partir de então, o recrudescimento e reelaboração das práticas e discursos da vigilância. Nessa mesma década, assistimos ainda a expansão e consolidação do uso de redes sociais e de empresas como Google e Facebook; a reformulação de termos de privacidade e condições de uso de serviços baseados na internet (apontando uma nova relação de acesso e utilização de informações de usuários por parte de empresas); a ampliação de ferramentas de marketing e de comércio eletrônico; o acirramento das tensões em torno de propriedade intelectual, direito autoral, acesso e compartilhamento de informação. Na década seguinte, a organização Wikileaks vazou uma série de documentos confidenciais e, em seguida, Edward Snowden tornou públicas as informações sobre programas de vigilância dos Estados Unidos e as formas de atuação da Agência Nacional de Segurança estadunidense em conexão com empresas de internet e telefonia.

Esses acontecimentos que impulsionaram as pesquisas apontam a centralidade da informação e as tensões e disputas que a atravessam (e que incluem acesso, vigilância e propriedade) e sua intensificação nos últimos anos. Esses processos tornaram-se mais claros com os casos emblemáticos de Julian Assange e Edward Snowden, os quais, ao mesmo tempo, podem ser vistos apenas como a precipitação de muitos aspectos já anunciados por estudiosos – quer sejam aqueles que compreendem a contemporaneidade como “sociedade da informação” (5), como “sociedade de vigilância” (6), ou “sociedade de controle” (7) entre muitas possibilidades.

A captura da informação, armazenamento, cruzamento e recombinção de dados são movimentos que atravessam as comunicações e inúmeras práticas cotidianas, a constituição de saberes, a criação de conhecimento, os processos de invenção, e os modos de produção.

São aspectos que estão no cerne das tensões e disputas contemporâneas, envolvendo muitos atores diferentes. A transformação da informação em valor e motor de acumulação das sociedades contemporâneas, ou a centralidade da informação (8) na atualidade nos leva a compreender a informação como questão tática e estratégica crucial para as mais diversas esferas.

Nesse panorama, um caminho que nos permite compreender uma parte das tensões e conexões entre os atores é seguir a trilha apontada por Foucault (9). Vale retomar que, para o filósofo, na passagem da soberania (na Idade Média) para a disciplina e para o biopoder (a partir do século XVIII), o direito à morte – realizado pelo soberano – foi deslocado para um poder que gerencia a vida, e tornou-se uma administração eficaz dos corpos e uma gestão calculada da vida pelo Estado. As taxas de nascimento e morte, as taxas de saúde, longevidade aparecem como uma série de intervenções regulatórias e controles de Estado que atravessam o corpo, caracterizando o que Foucault chamou de biopolítica da população. “A estatística como a ciência do Estado” estava ligada à captura e detenção de informações sobre as pessoas por parte do Estado e seus técnicos, e por parte das instituições disciplinares como hospitais, escolas, exércitos e prisões.

Quando hoje nos voltamos para a centralidade da informação, podemos notar que a capacidade de coletar dados, arquivar, monitorar, entender, reconhecer, identificar e classificar já não é mais uma prerrogativa do Estado (10). Redes sociais como Facebook, corporações como Google, empresas de telefonia, têm uma capacidade de coleta de informações que atravessa uma dimensão da vida não capturada pelos mecanismos de Estado durante a era industrial.

Enquanto o Estado herdou sua coleta de informações das instituições disciplinares (no exercício da biopolítica), voltando-se para dimensões e esferas da vida como saúde, ensino, segurança, punição e defesa nacional, o mercado das TICs voltou-se para uma captura de dados que pode incluir todos esses aspectos, somando um nível de informações que não se relaciona mais à figura identitária do indivíduo, mas a uma dimensão fragmentada dos dados que habita as visões de mundo, as dúvidas e incertezas, os desejos e as aspirações muitas vezes ainda não realizados.

Haggerty e Ericsson (11) ajudam a compreender melhor essa dimensão fragmentada, a partir da ideia de *data double* (duplo de dados) que se refere a uma operação realizada pela computação e pela internet. Nela o corpo humano passa a ter uma composição híbrida, na medida em que aos olhos desses sistemas ele é desmembrado em informações, e então reagrupado em diferentes configurações por meio de uma série de fluxos de dados. O resultado é um corpo “*decorporealized*” ou um “duplo de dados” (*data double*) de pura virtualidade.

Em suma, esses sistemas não estão olhando para o indivíduo, mas para o fluxo de dados e de metadados (12). A perfilização que

**ESSES SISTEMAS
NÃO ESTÃO
OLHANDO PARA
O INDIVÍDUO
MAS PARA O
FLUXO DE DADOS
E DE METADADOS**

é realizada a partir disso opera fragmentos, por exemplo, para realização de marketing. Nesse caso, o que interessa é o fragmento que revela a potencialidade de realização de determinado consumo. Como lembra Fernanda Bruno, a partir de autores como Didier Bigo e Oscar Gandy (13).

Certamente o Estado também investe na captura dessa dimensão dos rastros fragmentados (o risco potencial apontado pelos dados), amparando-se na defesa nacional e na segurança, ou em questões estratégicas e comerciais, para se apropriar dessas informações, mas realiza seu monitoramento e requer informações das empresas de comunicação e telefonia (como nos mostrou Snowden), para reunir rastros e reconstituir o indivíduo passível de punição ou encarceramento (dada sua herança disciplinar), e para obter informações que podem ser politicamente ou comercialmente vantajosas, como nos lembram Assange e Schmidt (14). Trata-se de uma coleta que precisa recorrer aos canais de prospecção de dados das empresas de comunicação e telefonia, mas que se volta para objetivos que, muitas vezes, se ligam ao indivíduo, à nação, à soberania, à competição comercial e à algo que ainda reconhecemos como um todo, talvez mais objetivo. Nesse sentido, ainda que os mecanismos disciplinares e do biopoder estejam ativos, o exercício do poder ocorre de maneira mais incisiva pela via do controle que imprime as táticas, estratégias e que constitui os saberes de nossa época.

A partir dessa perspectiva, a captura de informações realizada pelo mercado libertou-se do indivíduo e das fronteiras, e apenas joga com esses velhos limites. Joga, por exemplo, ao reativar a figura individual que concorda com termos de acesso, de serviço e de privacidade, ao reafirmar essa figura do direito que pouco lhe interessa, ao estimular a constituição identitária e a figura egóica das redes sociais, ao mesmo tempo em que opera a diluição do indivíduo e da identidade, para extração de valor, para troca de informações que são apenas fragmentos de desejos ou aspirações, pura subjetividade, virtualidade, potencialidade. Aos olhos dos sistemas o que emerge como objeto é o dividual e não mais o indivíduo.

Ainda que sejam apontadas aqui duas perspectivas para a captura de dados, essa divisão deve ser compreendida como um esforço de desconstrução de algo muito mais complexo, para tornar visíveis os elementos mobilizados a partir de um determinado ângulo, as tensões e conexões entre diferentes atores e as formas como são equacionadas. O cenário caracterizado pelo amálgama entre o Estado e o mercado embaralham as peças desse jogo que Edward Snowden desvelou. Nesse caso, os dados que a Agência Nacional de Segurança acessou, sem conhecimento dos usuários, foram capturados por empresas de serviço de internet e de telefonia como a Verizon, Microsoft, Yahoo, AOL, Facebook, Google, Apple, Skype, dentre outras (15).

A essa altura é importante sublinhar o surgimento de novas formas de resistência e a contestação do que foi exposto. Por um lado, ela pode ser observada em organizações que debatem e atuam sobre

o direito à privacidade; e nos movimentos que buscam problematizar os mesmos dispositivos e sistemas que servem à captura de dados, a partir de sua reapropriação. São muitas as possibilidades emergentes, mas em muitos casos esse movimento de reapropriação passa pela cultura do faça você mesmo, em geral, mencionada como DIY (sigla em inglês para *do it yourself*), pela utilização de software e hardware livres, pela proliferação de laboratórios experimentais em rede (16), por propostas de desviar a função original de determinada tecnologia e pela ideia da contravigilância.

Ainda destacando essas possibilidades de resistência, vale mencionar que questões relativas à privacidade têm sido discutidas por grupos ativistas que realizam oficinas para fazer proliferar o uso de ferramentas que protejam a privacidade dos usuários, como as que possibilitam navegação anônima e troca de mensagens criptografadas. Tanto os laboratórios experimentais como as oficinas surgem nesse cenário como produtores de conhecimento e de novas alternativas e possibilidades de relacionamento com as tecnologias, em especial de informação e comunicação. Apesar disso, no Brasil, ainda é muito incomum que ocorram no ambiente acadêmico (17), em especial, porque a forma como está estruturado esse espaço restringe a incorporação de formas diversas de produção do conhecimento.

Reconhecendo a importância dessa produção, que inclui ainda artistas que problematizam o tema, a Rede Lavits, mencionada anteriormente, tem buscado, promover o intercâmbio de conhecimento e o diálogo entre as produções que ocorrem no meio acadêmico, entre artistas e ativistas. Assim, como dito antes, a rede soma à tentativa de não se restringir a definições de área do saber, a ampliação das vozes e saberes visíveis no debate.

Essas experiências caminham na contramão de falsas e simplistas opções que advogam, por exemplo, a não utilização de redes sociais ou de determinados serviços de email que praticariam uma vigilância de dados mais pesada e não respeitariam a privacidade. Isso porque não há fora desse modo de prospecção de informações, não é possível nos ausentarmos dos sistemas de comunicação e todos estamos incluídos, ainda que não utilizemos determinados serviços. David Golumbia (2015), pesquisador de novas mídias e professor na Universidade da Virgínia (Estados Unidos), em seu texto *Crowdforging: when what I share is yours* (18) aponta como exemplos dessa lógica a constituição de um banco de dados genético da população da Islândia, que acaba envolvendo mesmo aqueles que não tiveram seus dados genéticos mapeados. Isso porque o mapeamento de parte da população islandesa pode guiar valores de planos de saúde para todos, “premiando” com descontos aqueles mapeados ou, melhor dizendo, “punindo” com valores maiores aqueles não mapeados. Isso ocorre no Brasil, por exemplo, com seguros de carros que diferenciam aqueles usuários que aceitam instalar no carro um localizador (que rastreia por geolocalização o carro e pode extrair daí inúmeras informações) e aqueles que não aceitam.

**A CAPTURA DE
INFORMAÇÕES
REALIZADA
PELO MERCADO
LIBERTOU-SE DO
INDIVÍDUO E DAS
FRONTEIRAS**

Algo similar – em termos de inserção nesse sistema, mesmo sem aderir a algumas opções – serve para aqueles que não utilizam serviços de email do Google, mas que se comunicam com usuários desse serviço. Afinal, basta isso para que o Google possa coletar informações. O termo *crowdforcing* realça, dentre outros, esse sentido de pressão coletiva que torna falsa a opção de estar fora de um determinado sistema.

As formas de resistência e construção de alternativas são muitas, indo desde o uso de câmeras de celulares para denúncia, até os laboratórios experimentais, sendo mais ricas e frutíferas aquelas que buscam as respostas sem se deslocar de onde já estamos inseridos. É a partir da reapropriação da tecnologia e da construção e proliferação de saberes que se pode propor alternativas e não negando a tecnologia ou falsamente se ausentando de alguns sistemas de comunicação.

Este Núcleo Temático da revista *Ciência e Cultura* foi elaborado com o intuito de trazer algumas abordagens sobre o tema da vigilância, mas sem a pretensão de trazer um panorama completo da área. O sociólogo David Lyon, que desde 1992 trabalha com o tema da vigilância na contemporaneidade e com uma série de temas correlatos, como privacidade, transparência, direitos e é coordenador do Surveillance Studies Centre (Canadá), problematiza em seu artigo aspectos da vigilância que se tornaram visíveis a partir das revelações de Edward Snowden. Dentre eles, o artigo explora a indeterminação do limiar entre “vigilância de massa” sobre uma ampla gama de metadados e a “vigilância orientada” que distingue determinadas pessoas em meio às informações, e o uso indiscriminado de “metadados” que coloca em primeiro plano a definição de “dados pessoais”. O autor busca apontar a vigilância também como resultado de uma racionalidade que se expressa em procedimentos burocráticos (e cotidianos) e mais do que o resultado de um potencial tecnológico, observa-a a partir de suas vinculações com uma gestão de riscos e da segurança e com uma clusterização do consumidor no marketing.

Considerando as revelações de Snowden como um marco importante no cenário da vigilância, Lyon ainda problematiza o que já existia em termos de pesquisa quando esse caso emblemático veio à tona, balizando e avaliando as contribuições e o alcance das pesquisas realizadas no campo dos estudos de vigilância até então. Além disso, o autor ainda aponta os desafios para pesquisa e a direção que novas contribuições podem tomar após Snowden.

A seguir, o artigo de Fernanda Bruno se volta para os rastreadores de dados presentes na navegação na internet, na utilização de cartões de créditos e outros sistemas digitais para explorar como funcionam os processos de coleta, categorização e perfilização (*profiling*). Para isso, a autora pesquisou empresas que se dedicam exclusivamente à coleta de dados pessoais na internet e à construção de categorias em bancos de dados e de perfis, com intuito de explorar potenciais desejos e capacidade de consumo ou intenções de voto. A autora vislumbra nesse cenário a constituição de saberes que buscam legitimar-se com base na afirmação da objetividade da coleta de dados e na atribuição do estatuto de evidência aos rastros digitais, elevando a categorização e a construção de perfis ao patamar de ferramenta ideal para revelar verdades, prever e antecipar futuros. Mineração de dados (*data*

mining) e perfilização e *profiling* funcionam assim como os *precogs* de Philip K. Dick em *Minority report* (1956), prevendo o futuro e deslocando-o para o presente não apenas tornam mais provável o que é antecipado, como limitam outros futuros e alternativas possíveis.

Henrique Parra também problematiza a antecipação do futuro e a prospecção de dados, mas o faz a partir da tensão presente na atualidade entre abertura e controle. Nesse cenário, o enorme fluxo informacional (ou *big data*) encontra-se no centro da disputa entre o aumento do dinamismo da economia, a capacidade de inovação e desenvolvimento da ciência e da tecnologia (que muitas vezes pressupõe a abertura de informações) e a apropriação e fechamento das informações pela via dos sistemas de propriedade intelectual. Esse mesmo fluxo é central tanto para a participação cidadã e para a avaliação das ações estatais, como para o exercício do controle social e de uma lógica securitária. Por meio de três eixos que se relacionam com a economia e o modo de produção de riquezas, com a ciência e o modo de produção do conhecimento, com o Estado e a capacidade de gestão, controle e cidadania, o autor traz para o primeiro plano os pontos de contato e tensão entre diferentes atores no embate acerca da informação hoje, ao mesmo tempo que problematiza questões contemporâneas cruciais sobre: participação, transparência, acesso à informação e controle social. Parra ainda faz emergir em seu artigo tanto a racionalidade política, ao explorar questões relativas à governamentalidade, como as demandas que esse cenário de vigilância da informação apresenta no que concerne à privacidade, ao anonimato.

A extração de valor das informações, por meio de sofisticados mecanismos de vigilância e análise dos dados, é retomada no artigo de Rafael Evangelista a partir de uma pesquisa sobre sites de pôquer. O instigante objeto de pesquisa permite trazer a tona de forma mais explícita os paradoxos, ambiguidades e confusões de fronteira (entre lazer e trabalho) que delineiam esses ambientes de extração de valor. Ao mesmo tempo que esses espaços e a atividade de jogar pôquer se define como local de lazer, também é um ambiente de trabalho mas na perspectiva, cada vez mais comum na atualidade, que descarta relações salariais e direitos trabalhistas. As práticas de mineração de dados, constituição de perfis, antecipação de cenários futuros e auto-exposição encontram-se, nesse artigo, no centro de decisões de investimento e apostas caracterizando uma espécie de vigilância mercantil, mas acionada dentro dos sentidos de diversão e jogo.

Finalmente, Rosa Pedro, Luciana Albuquerque e Ulisses dos Anjos Carvalho discutem algumas das possibilidades de resistência e anonimato da atualidade que podem ser analisadas na relação entre as redes e as ruas. Se, por um lado, grupos hackerativistas exploram as possibilidades de resistência pela via do anonimato nas redes (tendo como exemplo o grupo Anonymous), outros grupos o fazem pela via do anonimato nas ruas com o uso de máscaras (como fazem os Black Blocs). Não está em questão no artigo a validade ou uma avaliação da atuação desses grupos, mas sim a análise dos sentidos de visibilidade e invisibilidade hoje, temas fundamentais quando se trata de problematizar a vigilância hoje.

Os artigos deste dossiê apontam, em conjunto, para alguns dos principais aspectos e elementos que vêm sendo problematizados quando o tema é vigilância de informações. Incluindo diferentes abordagens teóricas e perspectivas analíticas, os artigos procuram explorar desde os modos de funcionamento, constituição de práticas e saberes, tensões e conflitos, exercício da vigilância ou das formas de captura de informação até a constituição de novas formas de resistência: todos temas fundamentais na contemporaneidade.

Marta M. Kanashiro é socióloga, pesquisadora e professora do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Universidade Estadual de Campinas (Labjor/Unicamp) e líder de pesquisa da Rede Lavits junto ao CNPq. Em 2015, realizou uma pesquisa de pós-doutorado junto ao Surveillance Studies Centre (Canadá).

NOTAS E REFERÊNCIAS

1. Uma publicação bastante representativa dessa área é a *Surveillance and Society*, uma revista científica publicada em acesso aberto, desde 2002: <http://library.queensu.ca/ojs/index.php/surveillance-and-society>. Dentre os vários livros e artigos sobre o tema, um panorama geral sobre as pesquisas que têm sido realizadas pode ser encontrado no *Routledge handbook of surveillance studies* Lyon, D.; Ball, K., Haggerty, K (org.), Nova Iorque e Abingdon: Routledge, 2012. O livro reúne 51 pesquisadores atuando na área, em países como Brasil, Canadá, Estados Unidos, México, Austrália, Israel, Alemanha, Finlândia, França, Holanda e Reino Unido. O Surveillance Studies Centre, do Departamento de Sociologia, na Universidade de Queen's (Canadá) representa, por sua vez, um esforço institucional de reunião das pesquisas sobre o tema <http://www.sscqueens.org/>
2. Marx, G. T. "'Your papers please': personal and professional encounters with surveillance". In: *Routledge handbook of surveillance studies*. Lyon, D.; Ball, K., Haggerty, K (org.), Nova Iorque e Abingdon: Routledge, 2012.
3. <http://www.lavits.org>
4. RFID é a sigla em inglês para identificação por rádio frequência. As etiquetas ou *tags* RFID respondem a sinais de rádio enviados por uma base transmissora e podem ter diferentes usos, como localização de animais, implantes humanos (para uso médico ou hospitalar, existem implantes que contêm toda a informação de um paciente que pode ser lida por um médico), em automóveis (para serem localizados), em etiquetas de produtos, medicamentos e livros de bibliotecas para serem administrados, ou em celulares, para *check in* em aviões e hotéis, ou para a compra de produtos pelo celular. Existem *smart cards* que possuem RFID. Neste caso, a leitura de informações do cartão pode ser feita sem contato físico do cartão com a máquina leitora, bastando a aproximação do cartão do equipamento.
5. Castells, M. "A era da informação: economia, sociedade e cultura". In: *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. vol. 1
6. Lyon, D. *Surveillance as social sorting: privacy, risk, and digital discrimination*. Psychology Press, 2003.
7. Deleuze, G. "Post-scriptum das sociedades de controle". In: *Conversações*. Rio de Janeiro, Editora 34, 2000.
8. Santos, L.G. "A informação após a virada cibernética". In: *Revolução tecnológica, internet e socialismo*. São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
9. Foucault, M. *Vigiar e punir, história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 2000. Foucault, M. *História da sexualidade 1: A vontade de saber. História da sexualidade*. (14a ed.) Rio de Janeiro: Graal, 2001. Foucault, M. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2002. Foucault, M. *Segurança, território e população*. Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2006.
10. É importante notar que a história da criação dos documentos de identidade ajudam a trazer a tona o entrelaçamento entre processos de identificação e de captura de informação sobre a população com o exercício da cidadania, a possibilidade do voto, o uso de sistemas públicos de saúde e de educação. Nesse sentido, é importante afastar aqui qualquer tipo de análise que recaia sobre usos positivos ou negativos, maléficos ou benéficos seja da estatística das populações, dos processos de identificação, ou das possibilidades de coleta de informação. Distante de uma análise que seja maniqueísta, tecnofóbica ou tecnofílica, o objetivo aqui é vislumbrar a construção das relações de poder.
11. Haggerty, K.; Ericsson, V. "The surveillant assemblage". In: *British Journal of Sociology*. Vol. 51, no. 4, december, 2000. p. 605-622.
12. Kanashiro, M.; Bruno, F.; Evangelista, R.; Firmino, R. "Máquina da privacidade". In: *Revista Rua*, no. 19. Volume 2, 2013. Disponível online <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/lerArtigo.rua?pdf=1&id=211>
13. Bigo, D. (2009) e Gandy, O. (2002) *Apud Bruno, F. Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2013.
14. Assange, J.; Schmidt, E. *Quando o Google encontrou o Wikileaks*. São Paulo: Boitempo, 2015.
15. Destaca-se aqui que os usos das TICs não são únicos, e que os mesmos serviços de empresas de internet podem ser reelaborados pelos usuários. Também várias formas de resistência e construção coletiva de propostas e alternativas têm se dado exatamente vinculadas à utilização das TICs. Ainda assim, a perspectiva aqui assumida tem como intuito perscrutar o *modus operandi* que tensiona esse cenário no sentido de contruir um movimento dominante, muitas vezes ligado à criação de oligopólios e de um modo de produção do capitalismo informacional.
16. Fonseca (2014) atribui a denominação "laboratórios experimentais em rede" para uma série de experiências diferentes que abrigam laboratórios comunitários, a cultura DIY (makerspaces), a cultura do conserto e da gambiarra, os hacklabs (laboratórios de cultura hacker), os fablabs (laboratórios de fabricação digital), os medialabs (laboratórios de mídia), a cultura do empreendedorismo e da inovação, a cultura do *open science*, dentre outros. Fonseca, F. S. "Redelabs: laboratórios experimentais em rede" / Felipe Schmidt Fonseca. - Campinas, SP : [Dissertação Unicamp], 2014.
17. É importante destacar aqui que existem exceções nas quais esses laboratórios são desenvolvidos em universidades, como é o caso do Medialab da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Labics da Universidade Federal do Espírito Santo.
18. Golumbia, D. *Crowdforcing: when what I share is yours*, [online] 2015 (disponível online <http://www.uncomputing.org/?p=1658>)

AS APOSTAS DE SNOWDEN: DESAFIOS PARA ENTENDIMENTO DE VIGILÂNCIA HOJE*

David Lyon

“1984 é um livro importante, mas não devemos nos limitar à imaginação do autor. O tempo demonstrou que o mundo é muito mais imprevisível e perigoso do que isso” (1) (Edward Snowden)

As revelações sobre a vigilância em massa, feitas por Edward Snowden, oferecem inúmeros *insights* sobre a funcionamento interno da Agência de Segurança Nacional (NSA). Uma das primeiras coisas que se destacaram em termos de notícias foi que a chamada vigilância em massa é realizada sobre as “pessoas dos EUA” assim como sobre os “estrangeiros”, que podem incluir aliados próximos. Enquanto alguns detalhes são instigantemente incompletos, a maior parte do grande volume de arquivos e a ampla gama de áreas a que se referem são nada menos que incompreensíveis. E embora as revelações tenham começado a gotejar em junho de 2013, elas continuam a ser lançadas, e consequentemente qualquer comentário está aberto a uma nova alteração.

Além disso, o impacto do vazamento das denúncias de Snowden está agora, [em 2015], sendo sentido mais profundamente em um nível político nacional, e em mais de um contexto. Primeiro, o Freedom Act – aprovado em 2 de junho de 2015, e recuperado com alterações de alguns aspectos do Patriot Act pós 11 de setembro – abrange fundamentalmente a maior parte da coleta de metadados de telefones de cidadãos estadunidenses. Em segundo lugar, em 11 de junho, um importante relatório encomendado pelo governo sobre medidas contra o terrorismo – intitulado *Uma questão de confiança*, de autoria de David Anderson – solicitou restrições na Agência de Espionagem do Reino Unido (GCHQ). Em particular, isso é altamente crítico do sistema de supervisão das agências de inteligência existentes. Nada disso teria sido possível sem Snowden.

Tanto o que pode ser apreendido a partir dos documentos divulgados, quanto o que pode ser visto de seus impactos diretos fornecem a base para revisões sérias de algumas suposições sobre a vigilância no século XXI. Para dar um exemplo, o próprio termo “vigilância” pode exigir algumas novas qualificações. O que se sabe sobre as práticas da NSA levanta questões sobre a suposta clara distinção entre “vigilância de massa” e “vigilância orientada”, e o uso indiscriminado de “metadados” que coloca em primeiro plano debates de longa data sobre como definir “dados pessoais” (ou “informações pessoalmente identificáveis”). O que vale para o “sujeito” da vigilância aplica-se à “privacidade” também. Cada qual requer alguma reflexão séria.

Sobre essas questões, vistas como controversas pelos próprios defensores das práticas da NSA, existem ainda poucas opiniões equilibradas. Se os dados são procurados em uma base de “massa”, a partir de vastas faixas de uma dada população, com vistas a identificar algoritmicamente através de correlações quem poderia ser uma “pessoa de interesse”, o ponto em que a “vigilância de massa” se torna “vigilância orientada” tem, na melhor das hipóteses, um limiar indeterminado. E se o tipo de dado obtido for, de fato, metadado, como o endereço IP, a duração de chamada, os amigos que foram contatados? – então eles compreendem exatamente os tipos de informação que um detetive pode procurar: quem falou com quem, quando e por quanto tempo? Apesar dos protestos contrários, é difícil negar que tais metadados sejam estritamente “pessoais”, especialmente agora que o Freedom Act dos EUA limita explicitamente essa coleta.

Que as atividades da NSA e suas agências parceiras ao redor do mundo são controversas está bastante claro nos esforços do governo em mais de um país para usar o termo *bulk collection* (coleta de massa) de dados em vez de “vigilância em massa” (2). Em um caso, em 2000, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos concluiu que até mesmo o armazenamento de dados relacionados à “vida privada” de um indivíduo se enquadra na aplicação do artigo 8.1 da Convenção Europeia dos Direitos Humanos (3). Mas os debates sobre isso são ferozes em países como o Reino Unido e Estados Unidos. Este artigo argumenta que a coleta e análise de metadados, incluindo conteúdo das comunicações, é melhor pensado como “vigilância de massa”, mesmo que, como mencionado acima, a localização de “suspeitos” seja o objetivo principal.

Estudos de vigilância, o campo multidisciplinar de pesquisa dedicado à compreensão, no contexto contemporâneo, de práticas tais como monitoramento, rastreamento e identificação, está bem posicionado para responder aos novos desafios colocados pelos arquivos de Snowden. No entanto, o caso aqui é que, enquanto alguns desafios são diretos, para a nossa compreensão de aspectos substantivos dos processos de vigilância, outros são indiretos. Ainda que não se pretenda fazer aqui uma análise exaustiva, sugere-se que os estudos de vigilância podem fazer contribuições significativas para considerar cada tipo de desafio.

Os próprios comentários de Snowden acerca de Orwell seguem também nessa direção. Levando em conta que, para muitas pessoas, o espectro do *big brother* ainda é o que alimenta a imaginação sobre a vigilância em massa, existe a necessidade de colocar o conto distópico e preventivo de Orwell no contexto. Para Snowden, isso é principalmente um questão tecnológica; “exóticos” microfones escondidos em arbustos e a tela que pode nos observar deu lugar a webcams e microfones em rede em telefones celulares. Mas enquanto Orwell não pode ser culpado por não prever as consequências da chamada revolução da informação, vale a pena recordar que, como Max Weber ou Hannah Arendt (4), Orwell também viu a vigilância em parte como um resultado de uma racionalidade implacável expressa em procedimentos burocráticos. Essa condição cultural limitante sem dúvida ajuda a explicar por que a vigilância é, em certo sentido, retrolimentada. Mas mais do

que isso é necessário para indicar, em especial, a diferença que é feita através do digital.

A convicção de Snowden é que, devido à vigilância, “(...) o mundo de hoje é muito mais imprevisível e perigoso” do que Orwell poderia ter adivinhado. Isso representa também um verdadeiro desafio lançado por Snowden, não só para atualizar nossa compreensão de novas tecnologias, mas também para colocar todo e qualquer sistema tecnológico, em seus devidos contextos social, político-econômico e cultural. O uso de metadados, por exemplo, não é um simples resultado do potencial tecnológico, como a expansão exponencial da capacidade de armazenamento, mas de abordagens específicas como a gestão de risco nas indústrias de segurança e de clusterização do consumidor no marketing, cada um dos quais tem aumentado em importância em contextos onde a globalização – entendida como o neoliberalismo – reina.

A seguir, três tipos de desafios são identificados e discutidos. O primeiro, “pesquisa negligenciada” em um sentido histórico: por que as revelações de Snowden causaram respostas tão chocantes e indignadas, como se fosse a primeira vez que ouvíamos algo sobre vigilância em larga escala no início do século XXI ou mesmo no final do século XX? O segundo tem mais a ver com desafios substanciais e atuais que emergiram das próprias revelações. Eu o nomeei “déficit de investigação”. Indico algumas áreas que exigem alguma reavaliação séria para nossa compreensão da vigilância hoje. O terceiro, “direção de pesquisa”, apontamentos para o futuro, sugere que o contexto mais amplo das revelações Snowden é o destino da internet. Vigilância nunca deveria ser pensada como uma dimensão discreta do mundo moderno. Hoje, ela não pode ser entendida sem investigar informações e seu canal corrente, a internet. Finalmente, eu retorno para as questões de como repensar a “vigilância” e a “privacidade” hoje.

Essas, então, são as apostas Snowden. As revelações têm sido mantidas vivas nas manchetes, exatamente porque muita coisa está “em jogo”, não apenas para os estudos de vigilância ou para o futuro da internet, mas de forma mais significativa, para a privacidade, os direitos humanos, as liberdades civis, para a liberdade e a justiça.

PESQUISA NEGLIGENCIADA As revelações de Snowden continuam a ser manchete e vários eventos diplomáticos importantes foram provocados por eles. Angela Merkel, chanceler da Alemanha, e Dilma Rousseff, a presidente brasileira, por exemplo, expressaram que estavam chocadas com a descoberta que suas conversas feitas por telefone celular foram monitoradas (5). Da mesma forma, populações fora dos EUA reagiram negativamente ao descobrir que a NSA tem sido ativa de formas inesperadas no seu território nacional. No Canadá, por exemplo, foi divulgado que a NSA tinha se estabelecido na capital, Ottawa, a fim de monitorar o G8, a reunião do G20 em junho de 2010 (6).

Em termos gerais, pelo menos três elementos das práticas de vigilância tornaram-se notadamente evidentes durante e após 2013. Primeiro, os governos se envolveram em vigilância em massa sobre os seus próprios cidadãos. A NSA trabalha em estreita colaboração com o “Five Eyes”, Austrália, Canadá, Nova Zelândia e Reino

Unido, e suas atividades também são replicadas em muitos outros países. Segundo, corporações partilham seus “próprios” dados com o governo, para benefício mútuo. Isso acontece em especial com empresas de internet que, conscientemente ou não, tornam-se co-niventes com o governo para fornecer dados pessoais. Terceiro, os cidadãos comuns também participam através de suas interações – especialmente no uso de redes sociais e de telefonia celular. Sem necessariamente estarmos cientes disso, todos nós fornecemos dados para a NSA e suas agências cognatas, apenas entrando em contato com os outros por via eletrônica (7).

Apesar das revelações grandiosas, deve ser dito que havia pouco que fosse completamente novo sobre os três elementos de vigilância mencionados aqui. A importação maciça das divulgações feitas por Snowden assentada sobre um estoque substancial de provas claras apontando para a realidade presente e vindoura da vigilância de massa, foi o fato indubitavelmente novo. Quando as notícias surgiram pela primeira vez no jornal *The Guardian*, em 5 de junho de 2013, vários fatores foram surpreendentes. Verizon, a gigante das telecomunicações, foi obrigada pela NSA a dar informações sobre todas as ligações telefônicas dentro dos EUA e entre os EUA e outros países, entre abril e julho daquele ano. Espionagem secreta e doméstica, em uma escala espantosa, estava acontecendo sob a presidência de Obama (8). Mas o alvoroço internacional contra as realidades reveladas sobre a vigilância em massa deu a impressão que os cidadãos estavam bastante inconscientes e despreparados para o que eles estavam ouvindo.

Isso sugere que a vigilância não estava de fato no radar da maioria dos cidadãos comuns. Mas ainda assim, para aqueles envolvidos no exame de vigilância e na proposição de respostas legais, técnicas e políticas, a sensação de inconsciência dessa realidade pode ter vindo como uma espécie de decepção; é fácil superestimar a recepção de nosso próprio trabalho. Além disso, a maioria das respostas se preocupavam com o ataque à privacidade, interpretado como um problema pessoal – entendido como individual –, que demonstra pouco entendimento sobre as formas que a vigilância também funciona como classificação social, visando principalmente grupos populacionais antes de indivíduos, ou sobre como a privacidade diz respeito também a questões relativas a direitos humanos e justiça social. A principal exceção ao foco individualizante sobre a privacidade está entre aqueles cuja preocupação é que a privacidade das comunicações tenha sido flagrantemente violada, o que traz, em especial, questões importantes sobre a confiança.

O debate popular e na mídia sobre Snowden se concentrou, muito frequentemente, em estado de vigilância, principalmente como uma ameaça para os indivíduos, exceto quando o desafio a uma internet livre e aberta foi reconhecido. Além disso, as evidências mostram que o poder arbitrário é usado contra todos os cidadãos quando a vigilância em massa é praticada. Como um bom número de advogados têm argumentado, já há algum tempo (9-11), a privacidade não é apenas uma questão individual. Vigilância e privacidade podem ser consideradas ao longo de um espectro de relações,

desde a mônada até a multidão. Por definição, a vigilância em massa significa que toda e qualquer pessoa pode ser apanhada na rede de vigilância e quanto maior a escala de vigilância, mais provável é que falsos positivos surjam na busca de “pessoas de interesse”. Essas questões são trazidas abaixo.

Apesar de duas décadas de crescimento dos estudos de vigilância, parece haver pouca compreensão pública sobre como a vigilância é praticada hoje. Os tipos de práticas descobertas por Snowden são aquelas que têm um longa história, não apenas nos anais de coleta da inteligência e das agências nacionais de segurança, mas em esferas que vão desde o policiamento e a administração pública, até o marketing de consumo. Isso deveria ser salutar para aqueles envolvidos no estudo acadêmico da vigilância e, na verdade, para qualquer um que se preocupa com liberdade, democracia e justiça no século XXI (para uma crítica sem tabus ver 12). Vale a pena rever brevemente esse desenvolvimento.

Na década de 1980, os interessados no estudo da vigilância estavam preocupados principalmente, por um lado, com a vigilância do Estado (13-14), e por outro, com a vigilância no local de trabalho (15-16). Mais amplamente, a vigilância a serviço do “controle social” foi discutida em relação ao policiamento e à gestão de infratores (17-18), e essa dimensão já foi objeto de fusão, em parte, com questões de “segurança nacional”. No entanto, pesquisa sobre vigilância sobre o consumidor – e suas ligações com os sistemas de administração pública também estavam disponíveis nessa época (ver o trabalho pioneiro de Rule em 19), mas a vigilância sobre o consumidor não seria reconhecida como parte da corrente principal dos desenvolvimentos da vigilância até os anos 1990 (ver principalmente Gandy em 20). Sem exceção, esses autores salientaram o impacto da informatização sobre os rumos que essas formas existentes de vigilância, incluindo câmeras públicas de vídeo, iriam se desenvolver.

Na década de 1990, no entanto, o termo “sociedade da vigilância” estava muito mais em uso como um termo que indicava que as formas que antes pareciam estar restritas às atividades de governo, relativas ao policiamento ou ao trabalho foi transportado para a vida cotidiana (21). Este termo, de forma alguma minimizava a importância da vigilância de Estado, mas indicava que a vigilância sistemática de muitos tipos poderia ser esperada simplesmente como resultado da realização de assuntos diários. Cada vez mais, a vigilância tornou-se visível através de câmeras onipresentes em vias públicas e locais, tais como centros comerciais, no uso de cartões de crédito e, progressivamente, cartões de fidelidade, além de, em alguns aspectos rudimentares, por meio de interações online que se expandiram após o desenvolvimento da World Wide Web, em 1994, e a subsequente comercialização da internet, a partir de 1995.

No início de 2000, ocorreram dois eventos que moldaram decisivamente a direção da vigilância, embora as potenciais conexões

entre eles não se tornaram públicas até 2010. Um deles foram os ataques de 11 de setembro de 2001, e também os atentados em Londres de 7 de julho de 2005, e em Madrid, que consequentemente impulsionaram muito a vigilância relacionada com a segurança, pelo menos, no norte global. Curiosamente, as atividades do Departamento de Segurança Interna (DHS), formado às pressas, recebeu algumas sugestões do Gerenciamento de Relações com o Consumidor (CRM) na formulação do programa anti-terrorista Total Information Awareness (TIA) (7). O outro foi o aparecimento definitivo das mídias sociais, simbolizadas pela invenção do Facebook em 2004, que rapidamente se estabeleceu como a principal dimensão da internet, facilitando simultaneamente novos níveis de vigilância do consumidor (para não mencionar a vigilância social Marwick, ver 22-23), agora baseada na auto-expressão de preferências e gostos. Na posse do presidente Obama, em 2009, o Departamento de Segurança Interna desenvolveu um Centro de Monitoramento de Redes Sociais para buscar “itens de interesse” (24).

Em certo sentido, então, as revelações de Snowden podem estar funcionando como uma chamada para que públicos ainda inconscientes acordem para a vigilância em massa dos cidadãos comuns, que já raiou. Se já não fosse clara, depois de 11/9 a lógica da já intensificada “segurança nacional” (25) tornou-se proeminente, assim como o uso de análise de dados (agora geralmente referidos como *big data*, ver 26). O programa TIA era dependente de um amplo banco de dados utilizando “novos algoritmos para mineração, combinando e refinando os dados” (27) que incluía o uso da máquina bancária, rastros de cartão de crédito, cookies de navegação na internet, arquivos médicos – qualquer coisa, de fato, que pudesse produzir correlações interessantes, que pudessem indicar relações significativas entre os registros. Os arquivos que Snowden publicizou estão exatamente entre os métodos utilizados pela NSA para sua vigilância tanto nacional e internacional.

Sem dúvida, Snowden está certo em levantar questões sobre privacidade, liberdades civis, incluindo a liberdade de expressão, de comunicação e de reunião de pessoas – e direitos humanos na relação para as quais suas descobertas sobre a NSA e suas agências cognatas foram expostas em todo o mundo. Mas o que muitos estudos de vigilância, ao longo das últimas duas décadas, têm mostrado é que questões mais profundas são levantadas e que desafiam muitas suposições convencionais sobre as sociedades contemporâneas, suas atuais formas de poder, suas políticas e os seus processos e instituições democráticas. Conforme a análise apresentada acima mostra, esta não é apenas uma questão de poder burocrático eletronicamente aprimorado indo para cima de cidadãos desafortunados. Ele também tem a ver com a forma como os cidadãos se envolvem com o cotidiano, na comunicação, interação e troca, muito do que ocorre com dispositivos digitais. Discutivelmente, então, isso também é

**PARECE HAVER
POUCA
COMPREENSÃO
PÚBLICA
SOBRE COMO A
VIGILÂNCIA É
PRATICADA HOJE**

uma questão de uma cultura de vigilância (28), na qual uma crescente proporção da população mundial vive e na qual, por inúmeras razões, muitos estão se acostumando.

Bem como as mais fundamentais questões socioculturais suscitadas pelas descobertas de Snowden, as questões chave da vigilância contemporânea também podem ser discernidas através da consideração de algumas das principais tendências que têm se tornado cada vez mais evidentes por volta da última década (e que na seção seguinte, vamos explorar como alguns delas se cruzam com três questões centrais e específicas de Snowden). Além do crescimento exponencial da vigilância, como isso tem se tornado crescentemente um modo básico de prática organizacional, muitas outras tendências significativas podem ser identificadas (29-30).

Como mencionado anteriormente, a segurança está se tornando um fator-chave da vigilância, não só em nível “nacional”, mas também em tipos gerais de policiamento, segurança urbana e em locais de trabalho, sistemas de trânsito e escolas (31). Essa é, obviamente, uma questão chave e repleta de problemas básicos de definição, que também se relacionam a seu status como uma racionalidade política amplamente utilizada para uma série de medidas controversas. O tipo de “segurança nacional” que pede aumento da vigilância, sem dúvida, tem pouco em comum com os tipos de segurança – de coisas como escassez, medo, até mesmo a liberdade – que muitos podem pensar que beneficiaria suas comunidades e famílias. Além disso, na prática, muitas tentativas atuais de obter a segurança nacional parecem colocar em perigo as liberdades civis e os direitos humanos básicos para a prática democrática (32).

Ao mesmo tempo, deve-se reconhecer que não apenas “segurança”, mas também alguns motivos muito mais mundanos são significativos no desenvolvimento de vigilância hoje. Um deles é a “eficiência”, que incentiva o uso de políticas de redução de custos e soluções de tecnologia intensiva; e o outro é a “conveniência” que domina grande parte do apelo do marketing para os consumidores. Sob tais motivos tão ordinários a vigilância se expande em ritmo acelerado, como as tecnologias de produção de provas (como Josh Lauer os chama) que são adotadas por razões que são rotineiras e cotidianas.

“Segurança”, por outro lado, ainda é um motivo superior entre esses “condutores”. Para o filósofo Giorgio Agamben, a segurança como um motivo oculto da vigilância contemporânea pode estar superando não só a democracia, mas a própria política (33) e essa percepção pode pelo menos servir como um teorema a ser explorado. Ao mesmo tempo, esta tendência deve ser vista ao lado de outra, o entrelaçamento – e, em alguns aspectos, a integração – de órgãos públicos e agências privadas. O governamental e o corporativo sempre trabalharam em conjunto nos tempos modernos, mas a ideia de que eles habitam essencialmente esferas diferentes, com diferentes encargos, está atualmente se desfazendo. Como revelou Snowden, empresas de telefonia como a Verizon e empresas de internet tais como a Microsoft trabalham em conjunto com as agências estatais, como a NSA, em formas que ainda não foram totalmente compreendidas.

Várias outras tendências importantes também merecem menção, mesmo que apenas para marcar o quão significativas (29). Vigilância móvel e baseada em localização está se expandindo, o que significa que as coordenadas de tempo e espaço das nossas vidas são cada vez mais monitoradas. A vigilância é cada vez mais incorporada em ambientes do cotidiano, tais como edifícios, veículos e residências. Máquinas reconhecem proprietários e usuários através do deslizamento do cartão ou da ativação de voz. O corpo humano é a própria fonte de dados de vigilância, com registros de DNA, impressões digitais, reconhecimento facial, todos vistos como sendo meios confiáveis de identificação e verificação. Além disso, todas essas tendências estão sendo rapidamente globalizadas, o que é em si mesma uma tendência de importação da vigilância. Como mencionado acima, vigilância social através de sites de redes sociais está aumentando, um tópico que nós retomaremos abaixo. E, em tudo isso, torna-se cada vez mais difícil saber exatamente o que conta como “dados pessoais”. Placas de veículos, presença em fotos de grupo postadas em mídias sociais e, claro, metadados tornam difícil a definição.

Todo o ponto de vista acima surge como desafio para os estudos de vigilância, em particular, e para todo e qualquer cidadão de democracias liberais contemporâneas em geral. Há, contudo, algumas perguntas mais específicas para as quais eu agora chamo a atenção. Estas são áreas que, depois de Snowden, somos obrigados a dizer que a atual pesquisa sobre vigilância simplesmente ainda não sabe o suficiente.

DÉFICIT DE PESQUISA Se o problema histórico é a aparente indiferença às pesquisas sobre a vigilância, permitindo uma sensação de surpresa, em vez de expectativa sóbria, então o problema contemporâneo é que a pesquisa atual ainda não alcançou alguns desenvolvimentos vitais da vigilância. Em cada caso – infraestruturas digitais, redes profissionais e práticas das mídias sociais – a dificuldade de identificar o objeto da pesquisa é agravada pela linguagem enganosa, suposições dúbias e teoria inadequada. Não há nenhuma conspiração aqui, apenas um nevoeiro analítico que tem que ser limpo antes que os contornos de cada situação possam ser vistos de forma mais acentuada.

A primeira questão é aquela que pode ser vista de forma mais dramática em relação à computação em nuvem (névoa de novo?) e a transferência eletrônica de dados de um lugar a outro. A metáfora da nuvem, originada dos diagramas, destina-se a demonstrar como as informações são movimentadas (34). A impressão dada – reforçada através do marketing da nuvem – é de que, de alguma forma, os dados voam levemente através do éter, quando de fato os canais reais são cabos de fibra óptica. Existe um elemento geográfico material para a nuvem que desmente a imagem afável, macia e flutuante. Esse elemento geográfico e material é crucial para as configurações do poder. Parte disso tem a ver com o papel de liderança dos EUA, através da NSA. Como Andrew Clemente mostra, arquivos de dados enviados pela Universidade de Toronto para o governo de Ontário (a alguns quarteirões de distância, também em Toronto) realmente viajam por cabos

de fibra ótica em um padrão de *boomerang* para tratamento e troca de dados nos EUA, antes de chegarem ao seu destino no Canadá (35). Eles, assim, viajam, embora em um regime de dados completamente diferente do Canadá. Mas novas configurações de poder também são geradas pela capacidade de acessar dados digitais, o que depende da cooperação entre os países participantes, a fim de adotar um posicionamento geral do funcionamento da internet.

Os programas da NSA usam esses cabos para coletar (Upstream, Quantuminsert – ver também versões comerciais tais como programas para hackear, 36) e para interceptar (Tempora) dados. Interceptadores são colocados estrategicamente ao longo das rotas de cabos, uma prática realizada por muitos países, como mostra o trabalho de Snowden, e através de acordos de segurança da Global Crossing com empresas privadas, muitos dos cabos de fibra ótica do mundo ficam acessíveis para os EUA (37). Vigilância mais direcionada ocorre usando sistemas como Xkeyscore, que está ligado ao programa Prisma. Xkeyscore também armazena o material em *caches* de dados espalhados ao redor do mundo em locais específicos (38). O Prisma, por sua vez, depende dos dados do consumidor obtidos de empresas de internet através de redes sociais e plataformas em nuvem (como o Dropbox, ver 39).

A segunda questão é que é difícil definir exatamente quem está realizando vigilância. Embora o termo vigilância de “Estado” seja comum na linguagem cotidiana, aqueles que substituem funcionários do “Estado” são muitos e variados, e isso decorre do ponto acima sobre a indefinição entre os setores público e privado. A própria posição de Snowden antes de sua partida com os documentos ilustra isso. Ele trabalhou para a Booz Allen Hamilton, cuja expertise foi subcontratada pela NSA. Didier Bigo (40-43) já há algum tempo chamou a atenção para as formas em que “os profissionais de segurança” agora formam uma rede internacional, operando em diferentes países, mas com ampla cooperação. Esses agentes da inteligência, especialistas técnicos, polícia (tanto públicos, quanto privados), consultores e outros – cuja gênese reside na cooperação internacional contra o terrorismo pós-11/9 –, agora se expandiram em uma rede claramente discernível de considerável influência.

É importante ressaltar que as distinções mais velhas se decompõem conforme essa rede de “gestores da inquietação” (como as chama Bigo) se desenvolve. Eles conectam órgãos públicos e privados, segurança interna e externa, interesses nacionais e internacionais e assim por diante. Este desenvolvimento cresce junto com a digitalização da segurança e da vigilância de tal forma que, paradoxalmente, a segurança “nacional” não é mais “nacional” “(...) na sua aquisição ou até mesmo na sua análise de dados (...)”, que ajudam a borrar “(...) as linhas do que é nacional, bem como os limites entre a aplicação da lei e inteligência” (44). Esse problema está relacionado com outro, mencionado acima, sobre a incerteza de quem realmente exerce a vigilância, embora o ponto adicional aqui seja uma afiliação frouxa de organizações profissionais que podem ser identificadas. Eles trabalham juntos, aprendendo uns com os outros e desenvolvem os seus próprios protocolos, justificativas e práticas de vigilância.

Como mostram os exemplos dos Estados Unidos, práticas de vigilância semelhantes ocorrem em todos os domínios, seja na DHS, CIA, FBI ou a NSA (ou, para essa questão, no GCHQ do Reino Unido ou no CSEC do Canadá). Esses “acrônimos” de organizações policiais e de inteligência também contam com organizações similares e subcontratadas que também exibirão atividades técnicas, estatísticas e político-econômicas semelhantes (41). Ambos, policiamento e as agências de inteligência, têm conexões militares que também influenciam as suas práticas, assim como o tráfego é bidirecional: a manipulação da informação é fundamental para cada um, de tal forma que o policiamento se torna mais pesado (45) e também mais flexionado pelo método militar (46). Em todos os casos, também é claro que tais organizações não apenas reagem à percepção de ameaças para a segurança nacional ou a atos criminosos. Elas constroem ativamente as populações-alvo e refinam as razões para fazê-lo-. Este é o lugar onde as ligações comerciais com empresas de tecnologia também se tornam centralmente significativas, em conjunto com atores governamentais. Políticas influenciam e são influenciadas por abordagens e práticas técnicas e corporativas. Em nível organizacional e de rede, então, essas relações são múltiplas e complexas.

A terceira questão “déficit de pesquisa” tem a ver com os tecidos que conectam essas redes organizacionais e suas práticas com os temas de vigilância ou, mais propriamente, com populações-alvo. A internet e, acima de tudo, as mídias sociais, são cruciais aqui, embora o uso do celular seja uma outra dimensão vinculada a mesma questão. É importante lembrar que mídia social é um fenômeno do século XXI, de proveniência bem recente. No entanto, tem crescido a uma velocidade espantosa e com alcance global tão incrível que é agora um dos aspectos dominantes da utilização da internet. Enquanto muita pesquisa social significativa tem sido realizada nessa área – particularmente com a ajuda de instituições como Oxford Internet Institute, no Reino Unido, ou o programa Pew Internet and American Life –, compreender como os usuários de mídias sociais operam em relação a práticas e conceitos relativos a vigilância e privacidade ainda é um subcampo incipiente e uma prioridade vital de investigação (47-49).

Em um quadro histórico mais amplo, pode parecer estranho que os usuários de mídias sociais permitam a circulação livre, ampla e promíscua de dados pessoais online, tornando-os vulneráveis à intensa vigilância tanto das corporações que buscam os seus dados para fins de marketing, como pelo policiamento e pelas agências de inteligência. Tal disposição e submissão certamente teriam intrigado e incomodado um Orwell, sintonizado como ele era com o uso de novas tecnologias para conseguir subserviência popular ao Estado. Mas existe uma sensação forte de que a situação de hoje é decididamente pós-orwelliana. Não apenas as tecnologias de vigilância foram extremamente atualizadas, mas as práticas de vigilância são comuns a todas as organizações, o que equivale a “regimes” de vigilância (50) e, como já referido anteriormente, uma cultura de vigilância. Dentro de tal cultura, a vigilância não é apenas uma forma de entretenimento, mas também algo encontrado na vida cotidiana

e na qual muitos, conscientemente e ativamente, envolvem-se. Vidas são vividas, em parte, online.

A questão de pesquisa que se apresenta aqui é o impacto, a longo prazo, das revelações Snowden e suas consequências futuras no sentido de informar e, talvez, reorientar as práticas de usuários de mídias sociais. Isso envolve análises cuidadosas de como os usuários percebem as situações em que se encontram e as práticas que eles desenvolvem online. Por exemplo, pesquisadores do Pew descobriram que os usuários de redes sociais não estão dispostos a discutir sobre Snowden online – e offline também – preferindo ambientes mais seguros, como uma mesa de jantar para tal conversa (51). Assim este é um desafio para a pesquisa de políticas e de defesa que esteja disposta a ir além dos entendimentos convencionais de vigilância e, principalmente, de privacidade (52).

Isso também envolve novas investigações sobre o potencial de comunicação da internet para problematização e resistência a formas de vigilância consideradas excessivas, desnecessárias ou ilegais. Por um lado, numerosas ONGs e grupos de lobby e pressão relacionados com a internet formaram um movimento social diferente para exigir a responsabilização por e transparência sobre as práticas de vigilância expostas por Snowden (53). Por outro lado, o engajamento cotidiano dos usuários com as mídias sociais pode ser reflexivamente informado pelo conhecimento crescente de como a vigilância funciona no mundo após Snowden. Conceitos como “exposição” (54) encontram novo significado crítico para a compreensão de como, quanto, e sob quais circunstâncias os usuários revelam dados pessoais para os outros.

Essas questões levam a um questionamento mais geral sobre o futuro da pesquisa sobre vigilância relacionada com internet, que, como argumento na próxima seção, cresceu em importância para se firmar hoje como uma área-chave – no sentido de que isso informa muitas outras áreas – nas pesquisas sobre vigilância.

DIREÇÃO DE PESQUISA

Liberdade na internet – a capacidade de usar a rede sem constrangimentos institucionais, de controle estatal ou social, e sem medo difuso – é fundamental para a concretização da [sua] promessa. Convertendo a internet em um sistema de vigilância esvazia-se então seu principal potencial. (55)

Qualquer campo de estudo, incluindo o de vigilância, é obrigado a avaliar, de tempos em tempos, os principais campos de força que moldam o objeto de análise. Hoje, a internet está ligada à vigilância em diversos níveis e, portanto, merece uma atenção especial. Esta seção argumenta que a direção dos estudos de vigilância deveria ser fortemente flexionada por questões da informação e da internet. Os tipos de vigilância desenvolvidos ao longo de várias décadas são fortemente dependentes do digital e, cada vez mais, no que é agora rotulado como *big data* – mas também se estendem para além disso. Como Greenwald indica, as revelações Snowden levantam

como questão-chave o futuro da internet. Embora seja verdade que as sociedades modernas têm sido “sociedades da informação” – e, portanto, “sociedades da vigilância” – desde seu princípio (56), hoje, informação e seus canais centrais tornaram-se uma arena sem precedentes de luta política, centrada na vigilância. Isso sugere que tanto analiticamente, em termos de direção de pesquisa, como politicamente, em termos de prática e política, internet e vigilância estão vinculadas em uma relação mutuamente informante.

O uso da internet para a vigilância não é novo, mas o seu alcance nunca foi tão grande. Para muitos, como Greenwald e o próprio Snowden, esta é uma grande traição da onda inicial de otimismo sobre o potencial democrático com o qual a internet nasceu. O esperado benefício humano é pré comercialização da internet, mas versões disso também foram tecidas em muitas aspirações corporativas no Vale do Silício e em outros lugares a partir dos anos 1990. Alguns escritores populares e prescientes como Ithiel de Sola Pool (57) previram o desenvolvimento do que hoje chamamos de internet, argumentando que era uma chave para liberdade tecnológica. Ele insistiu que a liberdade de expressão se tornou uma questão vital. Como regulação e acesso forem organizados iria determinar se as novas comunicações reforçariam a democracia como plataforma política e como a imprensa escrita tinha feito antes.

O que aconteceu com os sonhos utópicos dos filósofos da “Revolução da Informação” da década de 1980? Afinal, eles haviam observado corretamente as possibilidades emancipatórias e democratizantes oferecidas pelas novas tecnologias. Mas Ithiel de Sola Pool e outros da sua ala talvez tenham prestado pouca atenção à economia política já existente sobre tecnologias de informação – sem mencionar a abrangente crença cultural no poder da tecnologia. Juntos, eles falharam em notar que as novas tecnologias deveriam ser consideradas eficazes, a despeito das evidências em contrário, e para ver as falhas na análise que enxerga o conhecimento como um fator novo e independente de produção. Seguindo Karl Polanyi (1944-2001), pode-se pensar o conhecimento informacional como de fato uma “mercadoria fictícia” que tem sido destacada de suas origens sociais no trabalho criativo, como uma forma “independente” em sistemas especializados ou serviços virtuais (58), integrado em um sistema econômico de mercantilização geral, onde o lucro é a base, e é atribuído pelo mercado, em que a reciprocidade ou a justiça social têm pouco ou nada a dizer (59-60). A mercantilização da internet em 1995 foi um momento crítico no desenvolvimento mais geral da informação como mercadoria fictícia.

No entanto, trinta anos de comentários de De Sola Pool sobre a liberdade de expressão chegaram dramaticamente na figura dos documentos liberados por Snowden. A essa altura, as questões se tornaram polarizadas. No encaixe das notícias sobre o acesso da NSA aos dados de assinantes da Verizon vieram as revelações sobre o programa Prisma que implicava diretamente sobre as grandes empresas da internet, como Microsoft, Yahoo, Google e Facebook. Intercâmbios urgentes ocorreram, alguns dos quais envolveram alguma perplexidade por parte do empresas: sim, elas tinham cedido alguns dados,

mas as revelações pareciam sugerir que quantidades muito maiores do que elas próprias haviam autorizado estavam envolvidas. Como transpareceu, além do acesso autorizado aos dados (FISA) mantidos pelas empresas de internet, a NSA também havia encontrado maneiras para interceptar um montante no fluxo de dados, usando sistemas como Muscular, desenvolvido pela NSA, junto com o parceiro do Five Eyes, o GCHQ do Reino Unido (61).

Como Steven Levy observou em um artigo da *Wired* (62), as “revelações” de Snowden expuseram um “(...) conflito aparentemente insólito. Enquanto o Vale do Silício deve ser transparente em muitos aspectos, as agências de espionagem operaram sob um manto de ofuscação”.

As descobertas de Snowden jogaram um holofote sobre uma questão que as empresas da internet já estavam conscientes há alguns anos. Empresas como Google, Yahoo e Twitter tinham lutado para se manter fora das tentativas do governo, através do tribunal do Ato de Vigilância de Inteligência Estrangeira (FISA), que as obrigava a entregar dados dos consumidores. Para seu crédito, as empresas parecem ter tentado afastar tais esforços (63), mas a combinação do poder do governo e o fato de que as empresas também tinham contratos e compromissos com o governo comprometeu um pouco a luta. O Prisma focalizou o embate, mas o segredo envolvendo a NSA dificulta saber exatamente o que está acontecendo. Eles estão lutando em uma névoa. Isso também apresenta problemas para aqueles que tentam pesquisar as relações de vigilância entre governo e corporações.

Os detalhes das controvérsias e batalhas em curso pode ser encontrado em vários sites (64), mas o tema que os une é a vigilância e o futuro da internet. Isso tem várias implicações para as análises e para a ação.

Um resultado importante é que aqueles que estudam vigilância perceberam que aqueles que pesquisam as comunicações têm muito a oferecer. Desde o trabalho pioneiro de Oscar Gandy ou Joseph Turow sobre vigilância do consumidor, até as explorações de Mark Andrejevic ou Alice Marwick sobre vigilância online (20; 65-68), para não mencionar os trabalhos em curso sobre vigilância das comunicações, as conexões são claras. Aqueles cujo conhecimento de vigilância está na criminologia ou em política pública, em especial, podem precisar reforçar suas análises examinando, mais de perto, a forma como a internet se cruza com a sua compreensão sobre vigilância. Do mesmo modo, aqueles que abordam a vigilância na internet fariam bem em olhar para as bibliografias sobre vigilância e privacidade, concebidas mais amplamente (69).

A segunda área é explorar ainda mais as possibilidades analíticas para considerar a informação como uma *commodity* fictícia. Pode-se argumentar, por exemplo, com o forte impulso na direção do chamado *big data*, que a separação das conexões entre a informação e as suas raízes sociais está agora ainda mais pronunciada. Na análise de Katherine Hayles a informação perde o seu corpo desde a década de 1950, nas Conferências Macey sobre a teoria da comunicação. Mas eu argumentaria que agora os chamados dados pessoais progressivamente perdem a sua “pessoa” (26). Quando os dados coletados para fins comerciais (marketing) propõe – o que já estende as ligações entre

dados e indivíduos – que sejam ressignificados para objetivos de segurança, muitos novos problemas sociais e legais aparecem (70). Com demasiada frequência, afirmações inadequadas de “dados como matéria-prima” dão a impressão de que eles são meios técnicos inofensivos para conectar os pontos através de algoritmos. As práticas e políticas de algoritmos são profundas, mas pouco exploradas (71-72).

Uma terceira área de preocupação tem a ver com as políticas da internet na era de vigilância de “massa”. Obviamente, esse tem sido um aspecto chave das controvérsias de Snowden desde o início. Os governos, incluindo a administração dos EUA, foram obrigados a responder aos contínuos debates sobre o poder do Estado e seu entrelaçamento com as redes comerciais, especialmente as empresas da internet (73). Mas as políticas de vigilância da internet são também uma forte corrente transpassando as empresas da internet – elas devem se manter distantes da NSA, enquanto ao mesmo tempo reconhecem que cooperam extensivamente com o governo. Paralelamente a essas áreas de turbulência, há a resistência ativa de numerosas ONGs que estão envolvidas tanto com as liberdades civis como com as dimensões da privacidade da vigilância em massa e, mais uma vez, o futuro da própria internet. As novas coalizões que têm se formado desde Snowden, entre EPIC, EFF e ACLU nos EUA, por exemplo, ou sob a bandeira da OpenMedia no Canadá, estão fazendo algo novo de forma estimulante construindo criativamente consensos sobre cada nova revelação de Snowden. Esta poderia ser a resposta mais planejada para vigilância que Colin Bennett concluiu que ainda estava faltando, quando publicou seu livro *The privacy advocates?*, em 2008.

O futuro da internet ainda está na balança conforme as revelações sobre a vigilância em massa continuam. Como Ron Deibert indica no livro *Black code* (2013), amplas questões de cercamento, sigilo e a corrida armamentista estão todos implicados aqui. E como Jonathan Zittrain (74) nos lembra, a partir de um ponto de vista diferente, a internet nunca teve uma época de ouro. Os problemas, bem como o potencial estavam embutidos desde o início. Análises sobre a disseminação da vigilância nunca foram tão significativas, desde as ameaças para pessoas individuais até as consequências para a guerra e a paz, riqueza e pobreza, em um nível global.

CODA: SNOWDEN, VIGILÂNCIA E PRIVACIDADE Este artigo investigou algumas das implicações mais marcantes do que, graças a Snowden, nós agora sabemos sobre a vigilância e “segurança nacional” no início do século XXI. A questão histórica é, por que, quando sociedade de vigilância já está bem desenvolvida, as “revelações” de Snowden foram lidas na mídia como uma completa surpresa? Esta questão demanda quais os aspectos chave da vigilância hoje que exigem novas formas de análise, junto a respostas políticas e de políticas públicas? A questão futura considera o que a internet significa agora, e como ela deve ser recuperada na direção da sua promessa original, dado que é o local chave para as práticas de vigilância em vários níveis?

No início, no entanto, observamos que as revelações de Snowden levantaram questões sobre a própria linguagem comumente usada

para discutir o monitoramento e rastreamento da vida diária e responde a essas práticas: vigilância e privacidade. Os conceitos são sempre contestados, alguns mais do que outros. E as definições são sempre difíceis porque revelam o tempo, lugar e pressupostos culturais de suas origens. Mais uma vez, essas questões foram levantadas antes, mas talvez não tão acentuadamente como no cenário pós-Snowden. Outrora, a distinção entre vigilância orientada e de massa parecia bastante claro. Não mais. As linhas borradas com o tráfego entre ambos: é a pessoa ou o perfil que está sendo vigiado? Antes, privacidade foi construída principalmente como uma questão relativa aos interesses, ou direitos, de um indivíduo identificável específico. Não mais.

Quando perfilização é “antecipação” e palpites sobre um possível “nexo” com o terrorismo são as bases da suspeição, como exatamente a privacidade faz para lidar com isso?

Tem sido argumentado aqui que os tipos de vigilância destacadas pelas revelações Snowden são de um lado informação-intensiva, muitas vezes relacionada com a internet e, de outro, orientada pela segurança nacional. O conceito de “segurança” também requer uma problematização nesse contexto, que é mais uma tarefa para a pesquisa multidisciplinar que hoje é claramente urgente. Tal como a vigilância ou a privacidade, a definição de segurança é difícil, especialmente sob as condições atuais, onde a segurança “nacional” foi elevada à categoria de prioridade por muitos governos. É um conceito altamente contestado (ver 32), muitas vezes erroneamente supõe-se estar em conflito (75) com reivindicações de direito à privacidade ou às liberdades civis. Compreensões muito mais matizadas de segurança são necessárias se o termo é reter qualquer ligação com os desejos, aspirações e, de fato, o bem-estar dos cidadãos. E esses devem ser considerados em relação ao outro conceitos – vigilância e privacidade – afetados pelas apostas de Snowden e discutido aqui (ver 40; 76-77).

As apostas Snowden são muitas e variadas e diferem de país para país. Mas essa complexidade não deveria obscurecer o fato de que em todos os casos esses riscos são altos. As divulgações desafiam algumas suposições dada como certas e expõem as lacunas reais no conhecimento atual. Mas isso não é apenas uma questão para aqueles envolvidos na pesquisa sobre vigilância – de qualquer disciplina; este é um empreendimento multidisciplinar envolvendo não apenas as ciências sociais, mas jornalistas investigativos e profissionais de informática também (78). Está particularmente em jogo o futuro da internet e das comunicações digitais em geral. Este artigo tenta salientar a magnitude desse desafio e sugere algumas maneiras nas quais isso pode, pelo menos, ser descrito e analisado, que não se conformam com alguns dos pressupostos perigosamente dominantes e atualmente disponíveis. Mas as apostas são ainda maiores e incluem o próprio caráter e as possibilidades da política, democracia e justiça social em um momento de vigilância do *big data* pós-orwelliana.

David Lyon é sociólogo, professor da Queen's University, no Canadá e diretor do Centro de Estudos de Vigilância dessa mesma universidade. Há mais de 20 anos vem se dedicando aos estudos de vigilância e publicou inúmeros livros e artigos sobre o tema.

*Este artigo foi originalmente publicado em inglês na revista *Surveillance & Society*. Lyon, D. “The Snowden stakes: challenges for understanding surveillance today.” *Surveillance & Society*, vol.13 (2): pp.139-152. 2015. Esta tradução foi feita por Marta Kanashiro.

NOTAS E REFERÊNCIAS

1. Entrevista com Edward Snowden, por Alan Rusbridger e Ewen MacAskill, 18 de julho de 2014, jornal *The Guardian*. Acesse em: <http://www.theguardian.com/world/2014/jul/18/-sp-edward-snowden-nsa-whistleblower-interview-transcript>
2. Em maio de 2015, a Corte de Apelações dos Estados Unidos decidiu que a coleta em massa de metadados de telefones feita pela NSA nunca foi legal.
3. Bowden citado por Greenwald, G. “The Orwellian re-branding of mass surveillance as merely bulk collection”. *The Intercept*. Março, 2015. Disponível online em <https://firstlook.org/theintercept/2015/03/13/orwellian-re-branding-mass-surveillance-merely-bulk-collection/>.
4. Weber e Arendt têm muito a dizer sobre o que é hoje conhecido como vigilância, em relação à manutenção de registros burocráticos sobre indivíduos (Weber) ou como poder é gerado em “espaços de aparência” (Arendt). Ver Dandeker, C. *Surveillance power and modernity*. Cambridge: Polity, 1990; e Marquez, Xavier. *Spaces of appearance and spaces of surveillance*. Cambridge: Polity 44: 6-31, 2012.
5. É sintomático da cultura de celebridades de hoje que a vigilância de perfis de figuras públicas recebem muito mais interesse da mídia de massa do que a vigilância em massa do que é comum - neste caso alemão-cidadãos. Ao mesmo tempo, não é apenas a NSA que espiona líderes de outros países: Alemanha também manteve o controle sobre os americanos proeminentes tais como John Kerry e Hillary Clinton. Acesse em: <http://www.theguardian.com/world/2014/aug/16/germany-spied-john-kerry-hillary-clinton-der-spiegel/>
6. Weston, P.; Greenwald, G.; Gallagher, R. “New Snowden docs show US spied during G20 in Toronto”. *CBC News*. Nov 27. Acesse em: <http://www.cbc.ca/m/touch/news/story/1.2442448/>.
7. Lyon, D. “Can citizens roll back silent army of watchers? The Toronto Star”. Setembro, 2013. Acesse em: http://www.thestar.com/opinion/commentary/2013/09/23/can_citizens_roll_back_silent_army_of_watchers.html/.
8. Greenwald, G. “NSA collecting phone records of millions of Verizon customers daily”. *The Guardian*. Junho 2013. Acesse em: <http://www.theguardian.com/world/2013/jun/06/nsa-phone-records-verizon-court-order/>
9. Regan, P. *Legislating privacy: technology, social values and public policy*. Durham, NC: University of North Carolina Press, 1995.
10. Bennett, C. J.; Raab, C.D. *The governance of privacy: policy instruments in global perspective*. Cambridge, MA: MIT Press, 2006.
11. Steeves, V. *Reclaiming the social value of privacy. In lessons from the identity trail: anonymity, privacy and identity in a networked age*. New York: Oxford University Press, 2009.
12. Giroux, H. “Totalitarian paranoia in the post-Orwellian surveillance state”. *Cultural Studies*. Vol.29, no.2, pp.108-140. Maio, 2014.
13. Burnham, D. *The rise of the computer state*. New York: Vintage, 1983.
14. Campbell, D.; Connor, S. *On the record: surveillance, computers and privacy*. London: Michael Joseph, 1986.

15. Webster, F.; Robins, K. *Information technology: A luddite analysis*. NJ: Ablex. 1986.
16. Zuboff, S. *In the age of the smart machine: the future of work and power*. New York: Basic Books, 1988.
17. Cohen, S. *Visions of social control*. Cambridge: Polity Press, 1985.
18. Marx, G. *Undercover: police surveillance in America*. Berkeley, CA: University of California Press, 1988.
19. Rule, J. *Private lives, public surveillance: social control in the computer age*. New York: Schocken Books, 1974.
20. Gandy, O. *The panoptic sort: a political economy of personal information*. Boulder, CO: Westview Press, 1993.
21. Lyon, D. *Surveillance society: monitoring everyday life*. Buckingham: Open University Press, 2001.
22. Marwick, A. "The public domain: surveillance in everyday life". *Surveillance & Society* 9 (4): 378-393, 2012.
23. Trottier, D. *Social media as surveillance*. London: Ashgate, 2012.
24. Lynch, J. "New FOIA documents reveal DHS social media monitoring during Obama inauguration", 2010. Acesso em: <https://www.eff.org/deeplinks/2010/10/new-foia-documents-reveal-dhs-social-media/>.
25. Ball, K. S.; Webster, F. (org). *The intensification of surveillance*. London: Pluto Press, 2003.
26. Lyon, D. "Surveillance, Snowden and big data: capacities, consequences, critique". *Big Data & Society* 1 (1), 2014a. Acesso em: <http://bds.sagepub.com/content/1/2/2053951714541861.abstract/>.
27. Acesso o link: www.darpa.mil/iao/TIAsystems.htm
28. Lyon, D. "The emerging surveillance culture". *Media, surveillance and identity*. Jansson e Christensen (org). New York: Peter Lang, 2014b.
29. Bennett, C.; Haggerty, K.; Lyon, D.; Steeves, V. (org). *Transparent lives: surveillance in Canada*. Edmonton AB: Athabasca University Press, 2014. Acesso em: www.surveillanceinacanada.org
30. Brown, I. "The challenges to European data protection laws and principles". Working paper #1 of the Directorate General Justice Freedom and Security, 2010. Disponível em: http://ec.europa.eu/justice/policies/privacy/docs/studies/new_privacy_challenges/final_report_working_paper_1_en.pdf
31. Taylor, E. *Surveillance schools: security, discipline and control in contemporary education*. London: Macmillan, 2013.
32. Zedner, L. *Security*. New York and London: Routledge, 2009.
33. Agamben, G. *For a theory of destituent power*, 2013. Chronos. Acesso em: <http://www.chronosmag.eu/index.php/g-agamben-for-a-theory-of-destituent-power.html>
34. Mosco, V. *To the cloud: big data in a turbulent world*. Boulder, CO and London: Paradigm Publishers, 2014.
35. Clement, A. IXmaps - "Tracking your personal data through the NSA's warrantless wiretapping sites". International Symposium on Technology and Society. (IEEE Explore Digital Library: 216-223, doi: 10.1109/ISTAS.2013.661661322), 2013.
36. Veja link: <https://citizenlab.org/2014/08/cat-video-and-the-death-of-clear-text>
37. Timberg, C.; Nakashima, E. "Agreements with private companies protect access to cables' data for surveillance". *The Washington Post*, 6 de julho de 2013. Acesso em: http://www.washingtonpost.com/business/technology/agreements-with-private-companies-protect-us-access-to-cables-data-for-surveillance/2013/07/06/aa5d017a-df77-11e2-b2d4-ea6d8f477a01_story.html
38. Ver mapa em Bennett, C.; Haggerty, K.; Lyon, D.; Steeves, V., 2014. *Op. Cit.* p.113.
39. Bauman, Z.; Bigo, D. et al. "After: rethinking the impact of surveillance". *International Political Sociology*, Vol.8 (2): 121-144, 2014. p. 113.
40. Bigo, D. 2008. "Globalized (in)security: the field and the ban-opticon". In *Terror, Insecurity and Liberty*. Bigo, D.; Tsoukala, A. (orgs). London and New York: Routledge.
41. Ball, K. S.; Snider, L. (orgs) *The surveillance-industrial complex: a political economy of surveillance*. London and New York: Routledge. 2013.
42. Bauman, Z.; Bigo, D. et al. (2014). *Op Cit.* p.124-131
43. Lyon, D.; Topak, O. Promoting global identification: corporations, IGOs and ID card systems. In: Ball; Snider,. *Op Cit.* pp.27-43.
44. Bauman; Bigo; et al. 2014. *Op Cit.* p.125.
45. Haggerty, K.; Ericson, R. V. *Policing the risk society*. Toronto: University of Toronto Press, 1997.
46. Brodeur, J. *The policing web*. Oxford and New York: Oxford University Press, 2010.
47. Fuchs, C. *Social media: a critical introduction*. London: Sage. 2014.
48. Marwick, A. "The public domain: surveillance in everyday life". *Surveillance & Society*, vol.9 (4): 378-393, 2012.
49. Trottier, D. *Social media as surveillance*. London: Ashgate. 2012.
50. Giroux, H. "Totalitarian paranoia in the post-Orwellian surveillance state". *Cultural Studies*. Maio, 2014. p.7. Acesso em: <http://dx.doi.org/10.1080/09502386.2014.917118>
51. Veja link: <http://techcrunch.com/2014/08/26/social-media-is-silencing-personal-opinion-even-in-the-offline-world>
52. Cohen, J. *Configuring the networked self*. New Haven, CN: Yale University Press. 2012.
53. Coligações contra a vigilância em massa se envolveram em vários eventos globais organizados desde que as revelações de Snowden começaram. Por exemplo, <https://blog.wikimedia.org/2014/06/05/global-action-against-mass-surveillance-snowden-revelações> A questão da "transparência", no entanto, está em tensão com a necessidade legítima, mas limitada por sigilo dentro das agências de inteligência. Pesquisas sobre essa questão polêmica poderiam ser frutíferas.
54. Ball, K.S. "Exposure: exploring the subject of surveillance". *Information, Communication & Society*, vol.12 (5): 639-657, 2009.
55. Greenwald, G.. *No place to hide: Edward Snowden, the NSA, and the US surveillance State*. New York: Metropolitan Books, Toronto: McClelland and Stewart. 2014.
56. Lyon, D. "A sociology of information". In: *The Sage handbook of Sociology*, Calhoun, C; Rojek, C; Turner, B. (org). London and New York: Sage, 2005.
57. De Sola Pool, I. *Technologies of freedom: on free speech in an electronic age*. Cambridge, MA: The Belknap Press. 1983.
58. Hayles, K. *How we became posthuman: virtual bodies in cybernetics, literature, and informatics*. Chicago: University of Chicago Press, 1999.
59. Jessop, B. "Knowledge as a fictitious commodity: insights and limits of a Polanyian analysis". In: *Reading Karl Polanyi for the 21st Century: market economy as a political project*, Bugra, A.; Agartan, K (org), Basingstoke: Palgrave, 2007. p. 115-134.
60. Schiller, D. "How to think about information". In: *The political economy of information*, eds Mosco, V.; Wasko, J. Madison: University of Wisconsin Press, 1988. p. 27-44.

61. Gellman, B.; Soltani, A. "NSA infiltrates links to Yahoo, Google data centers worldwide, Snowden documents say". *The Washington Post*. 30 de outubro de 2013. Acesse em: http://www.washingtonpost.com/world/national-security/nsa-infiltrates-links-to-yahoo-google-data-centers-worldwide-snowden-documents-say/2013/10/30/e51d661e-4166-11e-3-8b74-d89d714ca4dd_story.html/.
62. Levy, S. "How the NSA almost killed the internet". *Wired*. 31 de julho de 2014. Acesse em: <http://www.wired.com/2014/01/how-the-us-almost-killed-the-internet/all/>.
63. Documentos do Centro para Democracia e Tecnologia norte-americano. Setembro de 2014: "Yahoo v. U.S. Prism documents", disponível em <https://cdt.org/insight/yahoo-v-u-s-prism-documents>
64. Veja, por exemplo, <http://america.aljazeera.com/articles/multimedia/timeline-edward-snowden-revelations.html> ou <http://www.theguardian.com/world/2013/jun/23/edward-snowden-nsa-files-timeline>
65. Gandy, O. *Coming the terms with chance: engaging rational discrimination and cumulative disadvantage*. London: Ashgate. 2012.
66. Turov, J. *The daily you: how the new advertising industry is defining your identity and your worth*. New Haven, CT: Yale University Press, 2012.
67. Andrejevic, M. *Infoglut: how too much information is changing the way we think and know*. London: Routledge, 2012. Veja também Andrejevic, M. *iSpy: surveillance and power in the interactive Era*. Lawrence: University of Kansas Press, 2007.
68. Marwick, A. *Status update: celebrity, publicity and branding in the social media age*. New Haven, CT: Yale University Press 2013.
69. Por exemplo, Raab, Charles e Benjamin Goold. Protecting information privacy. Equality and human rights Commission Research Report 69, 2011. Acesse em: <http://www.equalityhumanrights.com/sites/default/files/documents/research/rr69.pdf>
70. Amoores, L. "Security and the claim to privacy". *International Political Sociology*, vol.8 (1): 108-112. 2014.
71. Kitchin, R. *The data revolution: big data, open data, data infrastructures and their consequences*. London: Sage, 2014.
72. Morozov, E. "The real privacy problem". *MIT Technology Review*. Outubro, 2011. Acesse em: <http://www.technologyreview.com/featurestory/520426/the-real-privacy-problem>
73. Clarke, R.; Morrell, M.; Stone, G.; Sunstein, C.; Swire, P. *The NSA Report: Liberty and Security in a Changing World*. Princeton, NJ and Oxford: Princeton University Press. 2014.
74. Zittrain, J. *The future of the internet*. New Haven, CT: Yale University Press, 2014.
75. A frase "(...) encontrar um equilíbrio entre privacidade e segurança" é rotineiramente entoada por governos e mídia, mas isso é na melhor das hipóteses, vazia, e, na pior, um disfarce para minar um e reforçar o outro.
76. Raab, C. "Privacy as a security value". In: *Jon Bing: En Hyllest / A Tribute*, Schartum, D. W.; Bygrave, L.; Bekken, A.G.B. (org) Oslo: Gyldendal, 2014. p. 39-58.
77. Lyon, D. *Surveillance after Snowden*. Cambridge: Polity, 2015.
78. Veja, por exemplo, a chamada do cientista político Charles D. Raab em 2013. Raab, C. "Studying surveillance: the contribution of political science?" *Political Insight*. October 29. 2013. Acesse em: <http://www.psa.ac.uk/insight-plus/blog/studying-surveillance-contribution-political-science/>.

RASTREAR, CLASSIFICAR, PERFORMAR*

Fernanda Bruno

No ano de 2010, o *Wall Street Journal* (WSJ) lançou uma série de matérias e documentos revelando que inúmeros sites da internet utilizam quantidades expressivas de rastreadores das navegações e ações de seus visitantes. O *dictionary.com*, por exemplo, figura no topo da lista divulgada pelo WSJ (1), utilizando 234 tipos de rastreadores. A série, intitulada *What they know* (O que eles sabem) (2), mostra ainda como inúmeras corporações coletam e categorizam os rastros que deixamos na web, constituindo perfis de hábito, consumo, empregabilidade, longevidade, periculosidade etc. Em pesquisa realizada no mesmo ano no Brasil, identificamos a presença de 362 rastreadores de dados de usuários (cookies, flash cookies e web beacons) em apenas cinco sites da internet brasileira (Terra, UOL, Yahoo, Globo.com, YouTube) e de 295 rastreadores nas duas redes sociais mais populares no Brasil na ocasião (Orkut e Facebook). Cerca de 68% desses rastreadores atuam no campo do marketing online (3;4). Entretanto, ainda que habitualmente se enfatize o papel e os interesses do marketing neste contexto, é fundamental ressaltar que, além do marketing e da publicidade direcionada, o monitoramento de rastros pessoais na internet é de interesse comum a diferentes domínios: segurança, entretenimento, saúde, gestão do trabalho e recrutamento de pessoal, consultoria e propaganda política, desenvolvimento de produtos e serviços, vigilância e controle, inspeção policial e estatal etc.

Tecnicamente, o rastreamento e arquivamento das ações cotidianas na internet é possível graças à própria estrutura desta rede de comunicação distribuída e de seus navegadores, onde toda ação deixa um rastro potencialmente recuperável, constituindo um vasto, dinâmico e polifônico arquivo de nossas ações, escolhas, interesses, hábitos, opiniões etc. (3). Na série de matérias do WSJ, encontramos diversos exemplos de empresas cujo negócio consiste na coleta de rastros pessoais na internet e sua correlata categorização em bancos de dados e sistemas de *profiling*, visando orientar tanto escolhas de clientes de seguro de vida quanto ofertas de crédito e alvos de propaganda política, por exemplo.

A Axiom Corp. (5), uma das maiores empresas de comércio e tratamento de dados da internet, monitora e categoriza diversas informações provenientes do comportamento online de milhões de americanos, cruzando-as com suas bases de dados offline. Tais dados, combinados a outros de natureza diversa, orientam, por exemplo, definições de bons e maus candidatos a seguros de vida. Os convencionais exames de sangue, considerados pouco amigáveis e explicitamente invasivos, dão lugar a análises preditivas que levam em conta

hábitos de vida, muitos deles sutilmente rastreáveis na internet, como “detalhes de compras online e por catálogo, assinaturas de revistas, atividades de lazer e informações de sites de redes sociais” (6).

A Deloitte Consulting (7), por sua vez, oferece serviços e tecnologias a seguros de vida, prometendo dimensionar o risco-saúde dos indivíduos e predizer suas expectativas de vida baseando-se em dossiês elaborados a partir de análise de dados coletados online e offline. No material promocional da empresa, conforme a matéria mencionada, consta uma suposta lista de dados coletados das figuras hipotéticas de Sarah e Beth, para as quais a empresa elabora perfis prospectivos de risco-saúde que categorizariam o bom e o mau cliente.

Este breve exemplo expõe não apenas uma categorização de bons e maus clientes de seguro de vida, mas um encadeamento de diversos sistemas de perfis que se apoiam – de risco financeiro, de estilo de vida saudável, de longevidade –, para os quais os dados comportamentais dos usuários da internet se tornam uma fonte valiosa para diversos fins.

O mesmo tipo de dados serve ao *profiling* de potenciais eleitores, permitindo orientar propaganda política para alvos supostamente certos. Consultores de partidos e candidatos políticos contratam empresas que monitoram os fluxos de atividades e rastros online, de modo a conhecer o que chamam de “linguagem corporal online” de republicanos e democratas nos EUA, por exemplo (8).

Se os traços de nossas atividades na rede permitem projetar perfis de longevidade, de saúde, de preferências políticas, por que eles não seriam utilizados para montar perfis de crédito e consumo? Há empresas que chegam a anunciar serem capazes de fazer previsões sobre o “valor de vida útil” de internautas com base em um simples clique em seu website (9).

Perfis de longevidade de consumo ou de preferências políticas operam como mecanismos de decisão e escolha de corporações sobre as qualidades potenciais de indivíduos, com efeitos expressivos sobre as oportunidades que lhes são ofertadas, bem como sobre o seu campo de ação possível, previamente limitado ao que está previsto nas bases de perfis. Uma lógica comum os atravessa e ela vale não apenas para os exemplos aqui mencionados, mas também para perfis de periculosidade e de empregabilidade, entre outros, dado que o monitoramento de atividades online para montagem de bancos de dados e sistemas de *profiling* são hoje práticas comuns tanto a instâncias de segurança (10) quanto aos procedimentos de seleção de pessoal por parte de empresas (11). A lógica que lhes é comum conjuga alguns princípios centrais, dos quais destaco brevemente os seguintes aspectos:

1. O RASTRO COMO EVIDÊNCIA A topologia dos rastros digitais na internet não é uniforme. Tais rastros são inscritos segundo camadas informacionais mais ou menos visíveis e mais ou menos vinculadas a indivíduos identificáveis. Além ou além das informações pessoais que divulgamos voluntariamente na web (postagens em blogs, dados de perfil e conversações nas redes sociais), toda ação efetuada

na rede – navegação, busca, simples cliques em links, downloads, produção ou reprodução de conteúdo – deixa potencialmente um rastro, um vestígio, uma inscrição mais ou menos explícita, suscetível de ser capturada, recuperada, classificada. O rastro pessoal digital é, assim, o vestígio de uma ação efetuada por um indivíduo.

Os atuais dispositivos e redes de comunicação digital funcionam como um dispositivo de inscrição e memória: não apenas enviamos e recebemos mensagens, não apenas buscamos e produzimos informação, como também, ao fazer tudo isso, deixamos automaticamente, e não raro involuntariamente, rastros de nossa presença e de nossa ação (3). Tais rastros são monitorados e capturados, nutrindo bancos de dados complexos que tratam tais informações para extrair categorias supraindividuais ou interindividuais segundo parâmetros de afinidade e similaridade entre os elementos, permitindo traçar perfis – de consumo, de interesse, de comportamento, de competências etc. Como se viu nos exemplos apresentados, tais perfis irão atuar ou diferenciar indivíduos ou grupos com base num suposto saber que conteriam.

Uma das vias pela qual este tipo de saber busca legitimar-se (veremos outras vias no próximo tópico) consiste na pretensa objetividade própria à coleta, à análise e à categorização automatizadas desses rastros. Um dos argumentos de legitimação desta objetividade afirma que tais dados seriam coletados *in natura*, ou seja, diretamente das ações dos indivíduos no contexto mesmo de sua produção. Como se a coleta automatizada desses rastros em tempo real permitisse dispensar mediadores e mediações (e suas consequentes traduções), atribuindo ao rastro um estatuto de “evidência”. A pretensão de objetividade também está atrelada ao caráter automatizado do tratamento desses rastros, que não seriam submetidos à interpretação humana, mas a procedimentos algorítmicos. Estes, por sua vez, revelam padrões que não são pré-definidos (*top down*), mas que emergem no próprio cruzamento dos dados (*bottom-up*). Categorias que expressariam, portanto, um grau de objetividade mais agudo que quaisquer outras teorias, observações ou interpretações permitiriam.

Eis um argumento frágil e questionável, tanto do ponto de vista cognitivo quanto político: uma nova neutralidade e objetividade poderiam ser conquistadas graças a esse tipo de saber extraído de rastros digitais entendidos como evidências. É curioso perceber como a alegada “transparência” dos dados e do conhecimento que deles deriva não é posta em questão, em nenhum momento, pela notável opacidade do método e das ferramentas de rastreamento, arquivo e tratamento desses mesmos dados.

O valor econômico, estratégico e heurístico dos rastros digitais e do *profiling* reside, sobretudo, no tipo de conhecimento que eles permitem gerar. Qual é a especificidade deste saber, se considerarmos historicamente os diferentes modelos de conhecimento a partir de rastros, elaborados em diversos campos (semiologia, história, filologia, arqueologia, literatura, psicanálise, entre outros)? Primeiramente, o volume é determinante. Supõe-se, de modo geral, que o

fato mesmo de sua imensa quantidade esconde ou guarda estruturas e regras inscritas nas correlações sutis entre os dados. O termo *big data* propõe uma nova grandeza que procede tanto do aumento da capacidade de estocagem como da emergência de um novo tipo de saber que tais volumes de dados gerariam (12-14). Conforme um dos promotores dessa nova escala de saber:

Este é um mundo onde grandes quantidades de dados e matemática aplicada substituem qualquer outra ferramenta que poderia ser usada. Descarte toda a teoria do comportamento humano, da linguística à sociologia, esqueça a taxonomia, ontologia, e psicologia. Quem sabe por que as pessoas fazem o que fazem? O ponto é que eles fazem isso, e podemos acompanhar e medir com fidelidade sem precedentes. Com dados suficientes, os números falam por si. (15).

O termo técnico empregado para designar o processo que permitiria fazer emergir o que estaria oculto é “mineração”, proveniente do termo inglês *data-mining* (literalmente, mineração de dados). Ainda no plano técnico, dois procedimentos complementares são essenciais: mineração de dados e *profiling*. A mineração de dados consiste no tratamento algorítmico de grandes volumes de dados cuja função central é a extração de padrões que geram conhecimento específico a partir da correlação entre elementos segundo princípios de similaridade, vizinhança e afinidade, por exemplo. Não por acaso, este procedimento é chamado “*descoberta de conhecimento em bases de dados*” (16). O postulado dessas técnicas supõe que o tratamento automatizado seja capaz de revelar correlações imprevistas entre os dados.

2. “CORRELAÇÃO É SUFICIENTE” Tais correlações resultam numa longa e diversificada taxonomia dos usuários da web, revelando categorias engendradas pelas técnicas de *profiling*, complementar à mineração de dados.

O que tal conhecimento pode dizer sobre os indivíduos? De fato, ele diz menos sobre indivíduos pessoalmente identificáveis (ou seja, sobre “quem” são essas pessoas do ponto de vista de suas identidades civis) do que sobre suas ações, condutas, escolhas, as quais podem ser consequentemente suscitadas, orientadas, conjuradas. Se há uma individualidade vinculada a esse tipo de rastro e ao conhecimento que se pretende gerar a partir dele, ela é menos da ordem do passado que do futuro, menos da ordem da interioridade que da exterioridade, menos relativa a uma singularidade do que a regras de similaridade.

Vejam os contrastes com mais detalhes (17). Ainda que os rastros digitais que compõem os perfis sejam vinculados a ações passadas, eles valem menos pela possibilidade de retratar fatos ou identificar suas origens do que pela capacidade de projetar

desejos, comportamentos e intenções futuras ou potenciais (18). Segundo definição proposta por Hildebrand (19):

Neste sentido, o *profiling* é um modo indutivo de gerar conhecimento; as correlações representam uma probabilidade de que as coisas terão o mesmo resultado no futuro. O que elas não revelam é porque este deve ser o caso. Na verdade, criadores de perfil não estão muito interessados em causas ou razões, o seu interesse reside em uma previsão fiável, de modo a permitir a tomada de decisão adequada (19, p. 40).

Notemos que tais correlações presentes no perfil não exprimem um nexos causal nem explicativo entre os elementos. Em nenhum momento cabe explicar a relação entre ações, indivíduos e circunstâncias. Trata-se apenas de revelar correlações, estimar probabilidades de ocorrência e, se for o caso, intervir no curso das ações e condutas dos indivíduos. “A correlação é suficiente” é um dos princípios deste modelo de saber (20). E tal princípio é claro nos exemplos que acabamos de mencionar. Não se supõe que haja um vínculo causal ou explicativo entre “assistir pouco a televisão” e “ter uma expectativa de vida mais longa”; tampouco entre “amar fotografia” e “ser republicano”, ou entre “adorar viajar” e “ser um bom cliente de crédito”. A correlação ou a copresença de um número significativo de fatores numa população massiva é julgada suficiente para legitimar o perfil e suas categorizações, mesmo que haja, evidentemente, uma margem considerável de incerteza ou imprecisão em jogo.

O rastro digital de nossas ações, assim concebido, é tanto o vestígio de uma presença ou de uma ação passada quanto o índice de uma ação futura, mas este conhecimento não designa nem a trajetória singular de um indivíduo, nem o caminho que vai de sua ação a uma interioridade que a justificaria ou lhe daria sentido. Este conhecimento, pelo rastro digital, opera na superfície da ação e busca apreender não uma singularidade atrás do rastro mas modelos de similaridade, em vias de projetar condutas ou ações passíveis de intervenção.

3. PERFIL, PROATIVIDADE E PERFORMATIVIDADE O caráter proativo desse saber algorítmico dos rastros pessoais é notável e decisivo para os seus efeitos de poder e controle. A evidência supostamente revelada não tem a pretensão de ser uma “prova” *ex post facto* mas um vetor que permitiria agir antes do fato, ou antes da ação. A definição de poder como “ação sobre a ação possível” ganha uma atualidade particular, assim como a concepção de governo como a arte de conduzir condutas (21-22). Pois é precisamente a ação possível dos indivíduos que atrai a atenção e o interesse dos diversos ramos que se dedicam ao monitoramento dos rastros digitais e ao *profiling*. Trata-se aqui da ilusão de transformar o porvir num “futuro anterior”, como aponta Didier Bigo (23). Um futuro de caráter imediato, pois atua no presente, e cuja efetividade pre-

O PERFIL
FUNCIONA COMO
UM MECANISMO
DE TRIAGEM
ALGORÍTMICA
DO ACESSO A
CIRCUITOS DE
CONSUMO ...

tende-se proativa, pois trata-se menos de assegurar uma acuidade na previsão do que a performatividade da antecipação, que visa justamente tornar mais provável o que é antecipado.

A recompensa e a punição que tais individualidades trazem consigo é menos da ordem do ser do que da ordem do acesso. O perfil funciona como um mecanismo de triagem algorítmica do acesso a circuitos de consumo, bem-estar, civilidade etc. Os rastros heterogêneos coletados e minerados constituem gigantescos arquivos que operam como “memórias do futuro”, a partir das quais se projetam perfis que pretendem agir antes do ato ou do fato.

Nesta gestão de possíveis e de rastreamento proativo, identidades algorítmicas são construídas através das técnicas de *profiling*. Mas é preciso ressaltar que o indivíduo surge como um alvo *a posteriori*, sendo antes um efeito do processo de monitoramento, ao invés de estar presente *ab initio*. Os perfis são menos o espelho de uma identidade do que uma projeção algorítmica de categorias que se pretendem ajustadas a indivíduos particulares, seja na forma de ofertas personalizadas de produtos e serviços potencialmente desejáveis, seja sob a forma de antecipação de comportamentos ou riscos a evitar.

O problema em jogo é perceptível: tal projeção de comportamentos e individualidades pode condenar o presente ao futuro antecipado. As implicações sobre as oportunidades informacionais, cognitivas, sociais e políticas dos indivíduos são diversas e ainda indefinidas. Tal categorização e gestão de possíveis pode funcionar, como vimos, como triagem ou filtro automatizado de acesso a espaços, informações, produtos, experiências, envolvendo por vezes mecanismos de discriminação automatizada (24).

CATEGORIAS EM DELÍRIO O estranhamento diante dessas categorizações vistas ao longo do texto traz a lembrança do conhecido texto de Jorge Luis Borges, no qual menciona uma enciclopédia chinesa intitulada *Empório celestial de conhecimentos benévolos*, cuja engenhosa classificação dos animais consistia em:

a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) domesticados, d) leões, e) sereias, f) fabulosos, g) cães em liberdade, h) incluídos na presente classificação, i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel muito fino de pelo de camelo l) et cetera, m) que acabam de quebrar a bilha, n) que de longe parecem moscas (25, p. 170).

Tal classificação nos provoca o “riso que perturba todas as familiaridades do pensamento” (21, p.12), pois ela nos indica o nosso próprio limite, a nossa impossibilidade de pensá-la. A inquietação provocada por essa ordem impensável faz vir à tona a suspeita tácita de que os critérios com que ordenamos as coisas não lhes pertencem (26). Num mesmo golpe, nos força a pensar na multiplicidade de formas de ordenação possíveis (Cf. 21).

Os regimes de ordenação do mundo, sempre variáveis conforme sociedades e tempos, nos causam tão mais estranhamento

quanto mais afastados de nossa idade e nossa geografia. Quanto mais longe do nosso presente e do nosso espaço, mais gritante se torna a sua contingência. Ainda assim, muitas vezes eles nos dizem algo, seja sobre o seu autor ou autores, seja sobre a cultura e a sociedade em que se constroem, seja sobre o momento histórico em que se constituem.

Um belo exemplo taxonômico, delicadamente feminino e de grande beleza poética, é o *Livro de cabeceira*, de Sei Shonagon (27), dama de honra da princesa japonesa Sadako, escrito no século XI. Este livro, de profunda sensibilidade, é todo composto de listas que não apenas enumeram coisas, mas as classificam e avaliam. Listas que acabam descrevendo menos as coisas mesmas e muito mais a percepção e a perspectiva de quem as ordena daquela maneira. As anotações de cabeceira de Sei Shonagon incluem, por exemplo, entre as “Coisas elegantes”:

Sobre um colete lilás, uma túnica branca; Filhotes de ganso; Numa tigela nova de metal, foi vertido xarope de cipó, com gelo socado; Um rosário de cristal de rocha; Neve depositada sobre as flores das glicínias e das ameixeiras; Um lindo bebê comendo morangos (27, p.23).

Entre as “Coisas que devem ser curtas”, estão:

O fio para coser algo de que se precisa logo em seguida; Um pedestal de abajur; Os cabelos de uma mulher de condição inferior. É bom que sejam cortados graciosamente curtos; O que diz uma moça (27, p.25).

Além destes, muitos outros itens recobrem suas listas: “Coisas de aspecto sujo”; “Coisas que dizem respeito a uma casa”; “Coisas que são distantes, embora próximas”; “Coisas consternantes”; “Coisas que só fazem passar”; “Coisas de bater o coração”, entre outros.

Essas duas classificações estranhas e distantes de nós – a que nos apresenta Borges e a de Sei Shonagon – de algum modo nos ensinam a desconfiar de nossas próprias taxonomias e interrogá-las não tanto quanto à sua adequação às coisas que elas categorizam, mas sim quanto ao mundo e aos modos de vida que produzem. Os perfis e as taxonomias proativas profusamente construídas a partir do monitoramento de rastros pessoais digitais pretendem saber e decidir, muitas vezes a despeito dos sujeitos em questão, sobre o que eles podem e não podem desejar, conhecer, escolher. Sob a égide da multiplicação de ofertas personalizadas, é o próprio campo de experiência e de ação possível dos indivíduos que está em perigo.

Retornemos a Borges (28), no mesmo texto citado, em que nos lembra o que está em jogo, ao final: o imenso problema das palavras e das coisas, da ordem e da linguagem. Problema de que nos dá a “mais lúcida definição”, em sua ilustre opinião, atribuída a Chesterton:

O homem sabe que há na alma matizes mais desconcertantes, mais inumeráveis e mais anônimos que as cores de um bosque outonal. Crê,

no entanto, que esses matizes, em todas as suas fusões e conversões, podem ser representados com precisão por meio de um mecanismo arbitrário de grunhidos e chiados. Crê que mesmo de dentro de um corretor da Bolsa realmente saem ruídos que significam todos os mistérios da memória e todas as agonias do desejo. (28, p. 177).

Fernanda Bruno é professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pesquisadora do CNPq, coordenadora do MediaLab da UFRJ e membro da Rede Latino-Americana de Estudos em Vigilância, Tecnologia e Sociedade (Lavits).

(*) Este artigo é uma versão em português do capítulo “Grilles de nos traces sur internet” publicado originalmente em francês no livro *Derrière les grilles: sortons du tout-évaluation*, Barbara Cassin (Org.), Editora Mille et une nuits, Paris, 2013. Escrito em 2010, este artigo permanece pertinente e, ao mesmo tempo, mereceria ser atualizado. Nos cinco anos que afastam a escrita do texto e esta publicação, as técnicas e práticas de rastreamento e monitoramento online se ampliaram e se diversificaram, bem como o debate sobre o tema, especialmente impulsionado pelas revelações de Edward Snowden em 2013. Percebemos, assim, o quanto as tecnologias e as políticas em torno da apropriação de nossos dados online são marcadas por uma grande aceleração. Entretanto, os argumentos aqui propostos permanecem válidos para compreendermos as engrenagens envolvidas no rastreamento e classificação das nossas ações online, bem como as formas de controle que lhes são associadas. Neste sentido, o artigo segue contribuindo para questionarmos as políticas de dados em curso na web.

NOTAS E REFERÊNCIAS

1. A lista divulgada pelo *Wall Street Journal* está disponível em <http://blogs.wsj.com/wtk/>
2. Cf. *Wall Street Journal*, “What they know”, disponível em <http://on.wsj.com/apQ9IN>
3. Bruno, F.; Nascimento L. et alii. “Rastros humanos en internet: privacidad y seguimiento online em sítios web populares del Brasil”. *Novática*, Madrid, año XXXVIII, n. 217, may/jun. 2012.
4. Sobre o relatório completo da pesquisa, Cf. Firmino, R.; Bruno, F. et alii. *Social impacts of the use and regulation of personal data in Latin America*. IDRC/Lavits, 2012. Disponível em: <http://lavits.org/?p=193&lang=en>
5. Acxiom Corp. (<http://bit.ly/8Uz4BI>). Na matéria mencionada, executivos da empresa afirmam que seu banco de dados contém informações sobre 500 milhões de consumidores ativos no mundo todo, com cerca de 1.500 dados por pessoa, sendo a maioria de adultos nos Estados Unidos. Seu lucro declarado no último ano fiscal foi de 77,26 milhões de dólares sobre um total de vendas de US\$ 1,13 bilhão.
6. *Wall Street Journal*, 19 novembro 2010. <http://on.wsj.com/crQVCW>
7. Deloitte Consulting. www.deloitte.com/
8. Cf. <http://www.lotame.com/>
9. É o caso da empresa [x+1], reportado pelo *Wall Street Journal*. Cf. <http://on.wsj.com/bUIR5G>
10. Os arquivos da Agência de Segurança dos Estados Unidos, revelados por Edward Snowden, especialmente os documentos do programa PRISM, são uma demonstração clara das relações entre políticas de segurança de Estados e grandes corporações da internet, implicando o monitoramento de seus usuários em escala global. Greenwald, G. No place to hide. Brilliance Audio, 2014.
11. Diversos sites como fyiscreeing; EmployeeScreenIQ; Abika prestam serviços de rastreamento de dados pessoais em redes sociais e afins, oferecendo a empresas dossiês detalhados dos rastros de indivíduos na web.
12. Bollier, D. *The promise and peril of big data*. Washington: The Aspen Institute, 2010.
13. Boyd, D.; Crawford, K. “Six provocations for big data”. In: *A decade in internet time: Symposium on the dynamics of the internet and society*, 2011. Oxford: SSRN eLibrary. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1926431>. Acesso em: 05 Mar. 2013.
14. Manovich, L. “Trending: The promises and the challenges of big social data”. In: Gold, M. (Org.). *Debates in the digital humanities*. Minneapolis: The University Of Minnesota Press, 2011.
15. Traduzido do original em inglês: “This is a world where massive amounts of data and applied mathematics replace every other tool that might be brought to bear. Out with every theory of human behavior, from linguistics to sociology. Forget taxonomy, ontology, and psychology. Who knows why people do what they do? The point is they do it, and we can track and measure it with unprecedented fidelity. With enough data, the numbers speak for themselves” Anderson, C. “The end of theory: The data deluge makes the scientific method obsolete”. *Wired Magazine* 16.07, 23 June 2008.
16. Gandy, O. H. Data mining and surveillance in the post-9.11 environment. Political Economy Section, IAMCR. Barcelona, jul. 2002.
17. Estes contrastes inspiram-se, por contraste, em algumas características do modelo indiciário que o historiador Carlo Ginzburg (1989) atribui às ciências humanas e sociais modernas. Ginzburg, C. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
18. Vale notar, contudo, que o foco estratégico do *profiling* nas ações potenciais convive com outros procedimentos de rastreamento de dados na internet que visam retrair origens de ações e identificar seus responsáveis.
19. Hildebrandt, M. and S. Gutwirth (eds). *Profiling the european citizen. Cross-disciplinary perspectives*. Dordrecht: Springer Science, 2008.
20. Anderson, Op. Cit., 2008.
21. Foucault, M. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
22. Foucault, M. *Naissance de la biopolitique*. Paris: Gallimard/Seuil, 2004.
23. Bigo, D. “Security, surveillance and democracy”. LISS Cost Conference, 2010.
24. Gangadharan, S. “Digital inclusion and data profiling”. *First Monday*, Chicago, v. 17, n. 5, 2012.
25. Borges, J.L. “O idioma analítico de John Wilkins”. In: *Obras completas*. Porto Alegre: Globo, 1999.
26. Vaz, P. *O inconsciente artificial*. São Paulo: Unimarco, 1997.
27. Sei Shōnagon. *Notes de chevet*. Traduction par André Beaujard. Paris: Gallimard, 1997.
28. Borges, J.L., Op. Cit., 1999.

ABERTURA E CONTROLE NA GOVERNAMENTALIDADE ALGORÍTMICA

Henrique Parra

Este artigo surge como desdobramento de uma apresentação realizada no Seminário Informação e Internet, organizado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em Brasília, agosto de 2015. Com o título “Abertura e Controle”, o debate contou também com a participação dos pesquisadores Sara Albagli e Sergio Amadeu.

O tema proposto (Abertura e Controle) permite abordar algumas questões que estão na interface de dois projetos que estou conduzindo neste momento: Ciência Aberta e Desenvolvimento Local (1); Tecnopolítica e Saberes Situados. Este artigo é também um desdobramento das proposições lançadas num pequeno ensaio “Privacidade como bem comum” (2) e das reflexões provocadas pela leitura recente de dois textos: um artigo de Antoinette Rouvroy (3) e um ensaio de Amador Fernández-Savater (4).

Esta introdução se faz necessária apenas para indicar a tomada de uma perspectiva em que abertura e controle são fenômenos interconectados e interdependentes quando falamos em comunicação digital em redes cibernéticas. Os sentidos utilizados para esses dois termos neste texto são: abertura: capacidade de acessar, interpretar, difundir informação (seja para fins de produção de conhecimento ou para garantir a funcionalidade técnica de softwares, hardwares etc); e controle: capacidade de regular um conjunto de funções, eventos, variáveis com vistas à obtenção de algum resultado desejado (por exemplo, ter o controle da situação, controle do sistema etc). Mas também como uma capacidade de exercício de poder.

No caso da comunicação em meios digitais, abertura e controle podem se combinar e se efetivar através da implementação de protocolos. Segundo Alexander Galloway (5) podemos definir “protocolo” das seguintes maneiras: padrão que governa a implementação de uma tecnologia específica; ou formas de governo para obtenção de controle num dado sistema. Mais especificamente, o protocolo para os cientistas da computação pode ser entendido como: regras convencionadas que governam um conjunto de comportamentos possíveis dentro de um sistema heterogêneo; ou ainda técnica para alcançar regulação voluntária dentro de um ambiente contingente.

ABUNDÂNCIA INFORMACIONAL E OS PARADOXOS DA ABERTURA Já é senso comum falar que vivemos uma revolução dos dados (6). Com o crescente uso das tecnologias de comunicação digital, um novo universo de informações passa a ser produzido, registrado, analisado, sobre cada aspecto de nossas vidas (7), às vezes com nos-

so consentimento, muitas vezes com nossa cumplicidade e adesão voluntária (p.ex. Facebook), mas na maioria das vezes, sem termos a menor noção do que de fato ocorre com nossas informações (8).

Este novo manancial informacional é, por vezes, referido como o “petróleo do século XXI” (9), fazendo alusão à sua importância para as atividades econômicas e criação de riqueza monetária. Nesta dimensão, quanto mais informação disponível, quando maior o fluxo informacional, melhor para o dinamismo da economia. Paradoxalmente, tal entendimento caminha lado a lado com a defesa seletiva da expansão do sistema de propriedade intelectual sobre informações consideradas estratégicas para a inovação tecnológica. Nesta perspectiva, o livre fluxo informacional (apoiado no discurso da abertura e transparência) combina-se à expansão de novos *enclousers* informacionais.

O importante aqui é estar no melhor lugar da cadeia produtiva informacional (camada física, aplicativos, hardwares etc) de forma a poder modular a membrana que regula os fluxos entre abertura e fechamento estratégico sobre a informação “que conta”. Como podemos observar nos recentes acordos comerciais do Trans Pacific Partnership (10), ao mesmo tempo que promovem a expansão da propriedade intelectual sobre o conhecimento e a cultura, sob pressão das grandes corporações, as regulamentações que protegem os dados pessoais dos cidadãos europeus são atacados como inimigos do livre fluxo informacional, impedindo assim o desenvolvimento econômico dessas nações (11).

Mas esse novo universo de dados é também encarado como um recurso fundamental para o avanço da ciência em inúmeras áreas do conhecimento. Como afirmou um dos diretores de uma agência de saúde norte-americana, “as informações disponíveis sobre pacientes, tratamentos, condições de saúde, efeitos de drogas etc, organizadas como *big data* terão um efeito sobre a medicina do século XXI maior do que teve a penicilina no século XX”. Não apenas na área médica, esse volume infinito de dados inaugura o *big data* em diversas disciplinas.

Mesmo as humanidades que sempre deram preferência à dimensão qualitativa e significativa das informações, e se aproximavam com suspeita tanto das tecnologias como dos dados quantitativos, abraçaram as novas possibilidades oferecidas pelas tecnologias da informação e comunicação (TICs). As chamadas humanidades digitais não trabalham exclusivamente com *big data*, mas fazem uso intensivo das novas informações produzidas através das mediações digitais presentes em nossa vida social.

Do ponto de vista estatal, seja para o acompanhamento e avaliação de suas ações, para a criação de novas formas de participação cidadã e controle social, mas principalmente para o monitoramento e controle sobre os cidadãos sob uma lógica securitária, as informações digitais produzidas e recolhidas constituem um novo recurso fundamental para o poder gestor. Participação, transparência, acesso à informação e controle social são palavras que passaram a compor um vocabulário comum de militantes, cientistas e gestores governamentais.

Indiquei rapidamente três eixos – econômico, ciência/conhecimento e governo estatal – apenas para destacar a forma como essa

nova produção e disponibilização de dados situa-se sobre uma arena conflituosa de profunda reconfiguração social, onde as fronteiras entre público-privado, trabalho e não-trabalho, abertura e controle ganham novos contornos, e onde o surgimento de novas formas de conhecer vem acompanhado por novas formas de exercício do poder (a principal referência aqui é, evidentemente, Michel Foucault).

Os exemplos são infinitos:

i) nota fiscal eletrônica: coleta de dados sobre o consumo do cidadão que contribui para combater a evasão fiscal e, ao mesmo tempo, produz um conhecimento de alto valor de mercado sobre perfis de consumo. Quais os usos que podem ser feitos dessas informações? Quem são os intermediários e terceiros que têm acesso à ela?;

ii) dados sobre pacientes no sistema público ou privado de saúde: prontuário eletrônico, importante para ampliar nossos conhecimentos tanto sobre a saúde humana como sobre o sistema de saúde. Mas como essas informações podem ser usadas?;

iii) dados que produzimos em nosso uso cotidiano da internet que são importantes para conhecermos mais sobre determinados aspectos da vida social e, ao mesmo tempo, são o insumo básico da vigilância industrial e distribuída (estatal e corporativa).

Portanto, indicamos que essa crescente produção e disponibilização de dados (dimensão da abertura) vem acompanhada de novas formas de controle. Há, portanto, a emergência de novas formas de conhecer que se combinam às novas formas de exercício do poder. E elas não são genéricas e abstratas, mas sim, situadas (ou contextualizadas) e empíricas.

É sob essa perspectiva que gostaria de avançar. Não faz sentido falarmos da abertura e transparência como valores transcendentais que devam ser aplicados genericamente às informações produzidas (uma vez que existe esta possibilidade). As condições e possibilidades de abertura devem sempre ser analisadas nos contextos específicos de sua produção e circulação, bem como nos efeitos sociais e culturais (sistêmicos) que elas podem provocar.

Pensemos, por exemplo, como os efeitos relativos à disponibilização livre e consentida de nossas informações genéticas está além de questões sobre a decisão/escolha individual e, portanto, também terão efeitos que escapam à proteção dos dados pessoais (como veremos ao final deste artigo).

Por um lado, a oferta dessas informações (p.ex. dados biomédicos) pode contribuir para o avanço dos estudos sobre doenças etc. Podemos considerar aqui que essa “abertura” é voluntária e cabe apenas ao indivíduo decidir o que fazer com seus dados pessoais. Todavia, precisamos considerar os efeitos dessa informação num cenário mais complexo em que o campo de forças econômico e político (corporações, Estados etc) é distribuído de forma assimétrica. De partida, temos atores com condições distintas de apropriação e uso dessa informação. Suponhamos que essas informações sejam utilizadas para analisar o perfil genético de um cidadão no momento de

sua contratação profissional ou para a contratação de um convênio médico. Neste caso, estamos tratando dos problemas relativos à aplicação dos dados desse indivíduo sobre ele mesmo. Todavia, o simples fato de que alguns indivíduos disponibilizem suas informações genéticas livremente pode criar uma nova situação em que todos aqueles que não disponibilizam suas informações genéticas sejam tratados de forma negativa (pagar um seguro médico mais caro etc).

Por isso, além da proteção dos dados pessoais, temos que pensar em formas de regulação sobre o que é possível fazer, em termos de coleta, organização, sistematização e análise da massa de dados atualmente disponível, mesmo quando anonimizadas, portanto, fora da esfera dos chamados “dados pessoais”. Foi neste sentido que escrevi um pequeno ensaio sugerindo que também abordemos o direito à privacidade com um bem comum (12).

Com isso, pode-se apontar para a emergência de um horizonte sociocultural mais amplo, que estamos produzindo com nossas pequenas ações individuais. Não seria essa a política inscrita no protocolo da transparência total pretendida pelo Facebook? A criação de uma cultura da transparência em que a disponibilização voluntária de nossos dados se naturaliza como um imperativo social e moral? É sobre esta configuração cultural mais ampla que se desenvolve o restante deste artigo.

**ESSA CRESCENTE
PRODUÇÃO E
DISPONIBILIZAÇÃO
DE DADOS VEM
ACOMPANHADA
DE NOVAS
FORMAS DE
CONTROLE**

VIGILÂNCIA E ANONIMATO Como promover o acesso à informação, ao conhecimento e à cultura e, ao mesmo tempo, combater os efeitos potencialmente perversos dessa abertura? Quando falamos em revolução dos dados (como bem interrogou o artigo de Jonathan Gray, em 13) precisamos perguntar para quem será esta revolução? Nesse sentido, parece-me importante colocar a questão

da abertura num contexto muito assimétrico de distribuição do poder comunicacional, econômico e político.

Recentemente, numa lista de discussão dedicada à tecnopolítica e ao ativismo, chamada Antivigilância (14), tive contato com um documento excelente (15) de um grupo de trabalho em tecnologia da Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Com uma percepção aguda, já no início dos anos 1990, alguns médicos e enfermeiros atentos à necessidade de se pensar em formas críticas de gestão dos grandes bancos de dados que começavam a se constituir sobre os pacientes no sistema público de saúde, produziram esse documento que levanta várias questões importantes como, por exemplo, quais são as tecnologias que podem promover a confidencialidade, proteger a identidade dos pacientes e evitar usos indevidos por empresas sobre os bancos de dados?

Da mesma forma como esses atores estavam preocupados com a identidade e a privacidade dos pacientes, hoje enfrentamos questões análogas no debate sobre a nova Lei de Proteção de Dados Pessoais.

É nesse sentido, também, que a comunidade tecnocrata tem organizado eventos, como as Cryptoparties (16), destinados a difundir o uso de tecnologias que promovam a comunicação segura,

a privacidade e o anonimato, como formas de luta contra as ações massivas de vigilância estatal e corporativa. A luta pelo direito ao anonimato na rede é de suma importância num cenário de crescente mediação digital. Na atual conjuntura a defesa do anonimato é uma possível estratégia para a defesa da liberdade de expressão, para resistir à “censura preventiva” ou ainda para combater o “conformismo antecipativo” diante dos mecanismos de *profiling*.

Não à toa, na era pós-Snowden começam a surgir serviços conhecidos como *zero-knowledge* (protocolos computacionais que objetivam eliminar a produção de informação não desejável). Outro exemplo é o esforço de ciberativistas para criar ambientes de interação que tentam recriar a situação de um encontro de duas pessoas numa floresta, numa conversa presencial e sem qualquer registro que não o da memória individual de cada uma delas.

O anonimato na rede também cumpre a importante função de criar espaços de interação que possam efetivamente funcionar como arenas públicas. É uma situação análoga ao efeito provocado pelas cidades modernas na sociabilidade, onde o espaço público se caracteriza pela possibilidade do encontro com pessoas que não conhecemos e, por isso, surgiram códigos de conduta para o bom convívio com aquele ser genérico que desconhecemos. Tais princípios e códigos formam a base dos direitos de cidadania.

Na medida em que os ambientes digitais produzem uma infinidade de dados sobre os usuários, a garantia do anonimato torna-se um recurso importante (mas não único como veremos adiante) para que possamos evitar a emergência de uma sociedade policial, onde sabemos tudo sobre todos, e onde todas as interações acontecem em cenários onde a possibilidade do imprevisto e do indeterminado estão sob controle.

GOVERNAMENTALIDADE ALGORÍTMICA Contudo, em todos esses casos que listamos, o conflito e as formas de apropriação e expropriação se dão sobre a fronteira dos dados públicos e privados, e também sobre a capacidade de atribuir autenticidade e identidade aos dados.

Com a crescente concentração das informações digitais nas mãos de poucos atores corporativos e estatais, as práticas de abertura e livre disponibilização de dados combinam-se à emergência do *big data*, num contexto de distribuição assimétrica no poder comunicacional (propriedade dos meios, infraestrutura, aplicativos etc). Neste cenário, gostaria de apontar que a forma de exercício de poder adquire outra dinâmica, deslocando, portanto, o conflito político para outras arenas.

Para explorar essa nova configuração entre saberes e poderes no mundo do *big data*, Antoinette Rouvroy, pesquisadora do Research Center Information, Law & Society (Bélgica), toma as ideias de Foucault e Deleuze para desenvolver o conceito de governamentalidade algorítmica, como um desdobramento da governamentalidade neoliberal:

Eu gostaria de descrever este deslizamento da governamentalidade neoliberal em direção à governamentalidade algorítmica: um modo de governo alimentado essencialmente por dados brutos (que operam

como sinais infra-pessoais e a-significantes mas quantificáveis); que afetam os indivíduos sob o modo de alerta, provocando o reflexo, mais do que sob o modo da autorização, proibição ou persuasão, ao se apoiar sobre suas capacidades de entendimento e de vontade; visando essencialmente a antecipar o futuro, a limitar o possível, muito mais do que regulamentar as condutas. Os dispositivos da governamentalidade algorítmica integram o *data-mining*: a exploração das reservas de dados massivos e brutos, que individualmente não possuem nenhum sentido, para a partir deles traçar perfis de comportamento. O *data-mining* permite gerir as pessoas de maneira personalizante, industrial, sistemática e preemptiva, se interessando por elas somente enquanto pertencentes a uma multitude de perfis (de consumidores, de delinquentes potenciais etc) (17).

Nessa perspectiva, o que está em jogo é muito mais a capacidade de produzir e gerenciar uma infinidade de perfis, de criar cenários e produzir futuros. O perfil é supra-individual (é uma categoria estatística) e é criado a partir de informações brutas, infra-individuais. Não é mais o indivíduo que conta, mas o ser individual. Deleuze já tinha apontado isso naquele pequeno texto *post-scriptum* das sociedades de controle. Mas a governamentalidade algorítmica ocupa-se de um mundo digital muito distinto daquele observado por Deleuze.

Não se trata apenas de gerir permissões de acesso, de modular a existência individual a partir de controles de variação contínua. É tudo isso também, porém o campo de intervenção com o *big data* cria uma “política da simulação” que é a própria morte da política, uma vez que as ações passam a ser governadas graças ao *feedback* dos parâmetros que indicam os cenários futuros produzidos com base nas predisposições estatísticas de cada perfil, de cada situação. Não se age, não se cria, modula-se.

Galloway aborda esse problema por uma perspectiva complementar que ele chamará de poder protocolar. Não é preciso se preocupar com o sentido da ação, é possível conduzir a ação de outra maneira. Na medida em que toda ação tecnicamente mediada precisa passar pelo protocolo, o importante é que este protocolo produza os efeitos desejados. É uma ação governada no presente graças ao controle sobre os efeitos desejados.

É por isso que estamos além do *big brother*. Claro, Snowden e Assange estão aí para nos lembrar dos inúmeros aparatos de vigilância. Porém, neste cenário trata-se, menos, de impedir que nos expressemos livremente. Sim, isso também acontece no momento de exercício do poder sobre o indivíduo em situações específicas. Todavia, na governamentalidade algorítmica somos convidados a sempre nos expressarmos livremente: “*escreva aqui o que você está pensando*” (Facebook), “*o que está acontecendo?*” (Twitter) entre outros.

Para além do *big brother* – tomo de empréstimo a feliz expressão de Evgeny Morozov – estamos diante da *big mother* (18). Ela sabe o que eu desejo, ela sabe o que eu preciso, ela vai me oferecer o que acha que necessito.

Antoine Rouvroy também chama nossa atenção para a importância de discutirmos o direito a um futuro não-preocupado: será que as informações que eu estou produzindo agora, mesmo que anonimizadas (portanto, não se trata de dados pessoais), não estão a compor um perfil estatístico que será utilizado no futuro para guiar minhas escolhas ou para me incluir em determinadas categorias sociais que ainda sou incapaz de imaginar?

Por tudo isso, é importante pensarmos numa política para a proteção dos dados pessoais e também nas garantias para o anonimato na rede. Porém, isso só dá conta de uma parte do problema. É absolutamente possível manter a governamentalidade algorítmica funcionando dentro do respeito àquilo que entendemos como “dados pessoais”. Para enfrentarmos essa nova forma de poder, teremos que pensar em novas formas de regulação sobre a informação que é produzida, para além da dicotomia público-privado. Afinal, trata-se de discutir o que queremos fazer coletivamente com as informações que estão aí? Quais as possibilidades e o que queremos evitar? Talvez, tenhamos mesmo que pensar que a proteção dos dados pessoais não se refere mais ao indivíduo, mas sim à coletividade. Ou seja, com a crescente mediação das tecnologias digitais há toda uma nova partilha do mundo que se faz necessária, afinal a intermediação digital inaugura um novo território comum sob disputa. Uma alternativa seria pensarmos o ecossistema comunicacional de maneira análoga aos bens comuns (diferentemente do *commons* da perspectiva liberal ou neoinstitucionalista), traçando seu usufruo coletivo a partir de uma concepção renovada dos direitos no mundo digital.

Henrique Parra é sociólogo e ativista, professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e coordenador do Laboratório de Tecnologia, Política e Conhecimento (Pimentalab). É integrante da rede Lavits e realiza pesquisa de pós-doutorado financiado pelo CNPq junto ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e tecnologia (Ibict) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

NOTAS E REFERÊNCIAS

1. Ciência Aberta e Desenvolvimento Local é um projeto interinstitucional da Open and Collaborative Development Network, apoiado pelo Internacional Development Research Center – Canadá, coordenado no Brasil pelo Ibict. No momento, o autor deste artigo realiza uma pesquisa de pós-doc no Ibict/UFRJ investigando essa iniciativa. Mais informações: <http://cienciaaberta.ubatuba.cc>.
2. Parra, H. Z.M.. *Privacidade como bem comum*. Disponível em: <http://prototype.pimentalab.net/?p=67>. Acesso em 28/10/2015.
3. Rouvroy, A. *Le droit à la protection de la vie privée comme droit à un avenir non pré-occupé, et comme condition de survie de la commun*. (Draft / Version provisoire) Entretiens à propos du droit à la protection de la vie privée (à paraître). Ed. Claire Lobet-Maris, Nathalie Grandjean, Perrine Vanmeerbeek. Paris: FYP éditions, 2014. Disponível em: http://works.bepress.com/cgi/viewcontent.cgi?article=1065&context=antoinette_rouvroy. Acesso em 28/10/2015.
4. Fernández-Savater, A. *La pesadilla de un mundo en red*: Disponível em: http://www.eldiario.es/interferencias/pesadilla-mundo-red_6_412668752.html. Acesso em 28/10/2015.
5. Galloway, A. *Protocol, how control exists after decentralization*, MIT Press, Cambridge, 2004.
6. Veja o projeto United Nations Data Revolution Group. Disponível em <http://www.undatarevolution.org/>. Acesso em 28/10/2015.
7. Veja o projeto Quantified Self. Disponível em: <http://quantifiedself.com/>. Acesso em 28/10/2015.
8. As controvérsias em torno da política de privacidade dos usuários do Windows 10.0 é um bom exemplo neste caso. Disponível em http://www.slate.com/articles/technology/bitwise/2015/08/windows_10_privacy_problems_here_s_how_bad_they_are_and_how_to_plug_them.html. Acesso em 28/10/2015.
9. Sobre o valor econômicos dos dados pessoais para o World Economic Forum, veja http://www3.weforum.org/docs/WEF_ITTC_PersonalDataNewAsset_Report_2011.pdf. Acesso em 28/10/2015.
10. O Trans Pacific Partnership é um grande acordo comercial entre os Estados Unidos e demais países alinhados à sua política comercial. Desenhado sob forte influência de grupos econômicos e corporações poderosas, ele foi elaborado distante do escrutínio público. Nos últimos meses a organização Wikileaks tem publicado partes importantes desse documento visando interrogar a legitimidade política desse acordo. Veja <https://wikileaks.org/tpp/>. Acesso em 28/10/2015.
11. E. Morozov desenvolve um argumento interessante sobre este fato: <http://www.theguardian.com/commentisfree/2015/jul/12/ttup-your-data-privacy-is-a-barrier-to-economic-growth>. Acesso em 28/10/2015.
12. Parra, H.Z.M. *op.cit.*
13. Gray, J. *Data revolution for whom?* Disponível em <https://www.open-democracy.net/ourkingdom/jonathan-grey/data-revolution-for-whom>. Acesso em 28/10/2015.
14. Site do projeto Antivigilância - <https://antivigilancia.org/>. Acesso em 28/10/2015.
15. O documento analisado está disponível online em http://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2015/06/GT_informacao_plano-diretor.pdf. Acesso em 28/10/2015.
16. Na cidade de São Paulo a Cryptorave é um evento anual que tem atraído um grande público - <https://cryptorave.org/>. Acesso em 28/10/2015.
17. Agradeço a Lilian Sampaio pela ajuda na tradução. A seguir o fragmento original em francês “*J’ai voulu décrire ce glissement du gouvernement néolibéral au gouvernement algorithmique: un mode de gouvernement nourri essentiellement de données brutes (qui opèrent comme des signaux infra-personnels et a-signifiants mais quantifiables); qui affecte les individus sur le mode de l’alerte provoquant du réflex plutôt que sur le mode de l’autorisation, de l’interdiction, de la persuasion, en s’appuyant sur leurs capacités d’entendement et de volonté; qui vise essentiellement à anticiper l’avenir, à borner le possible, plutôt qu’à régler les conduites. Les dispositifs de la gouvernamentalité algorithmique intègrent le data-mining: l’exploitation de gisements de données massives et brutes, qui n’ont individuellement aucun sens, pour en faire surgir des profils de comportements. Le data-mining permet de gérer les gens de façon personnalisante, industrielle, systématique, préemptive, en ne s’intéressant à eux qu’en tant qu’ils relèvent d’une multitude de profils (de consommateurs, de délinquants potentiels etc.)*”.
18. Morozov, E. *The planning machine*. Disponível em <http://www.newyorker.com/magazine/2014/10/13/planning-machine>. Acesso em 28/10/2015.

VIVER DE PÔQUER: COMO O JOGO PROFISSIONAL AJUDA A ENTENDER A EXPOSIÇÃO DE SI E O TRABALHO NÃO REMUNERADO NAS REDES SOCIAIS

Rafael Evangelista

Poderiam os ambientes das redes sociais da internet – que em suas características aditivas (1) unem diversão/brincadeira/jogo – serem comparados aos sistemas de pôquer online? Por um lado, ambos funcionam como entretenimento, divertem, prendem a atenção e “fazem o tempo passar” para milhões de usuários diariamente. Ao mesmo tempo, são um ambiente de trabalho, muitas vezes fora da relação salarial, para milhares de pessoas – milhões, no caso das redes sociais. As redes são usadas para expor as mais variadas produções intelectuais, de sujeitos que tentam atrair atenção para si, como escritor, músico, poeta, intelectual, comediante, comunicador, fotógrafo, ou para links externos que hospedem essas obras. Os sites de pôquer são a arena em que acontece a performance de milhares de jogadores de pôquer profissionais, vigiada e verificada por dispositivos de registro, que atravessam os dias participando de mesas de cartas, por vezes várias simultaneamente, com objetivo de, ao menos, obterem ganhos mínimos. Nas suas redes específicas, ou nas redes sociais gerais, os números que mostram o bom desempenho serão usados para conseguirem contratos e patrocínios, que podem levá-los a um estágio mais confortável na carreira.

Este relato preliminar de pesquisa, que usa de entrevistas semiestruturadas, observação de campo, revisão bibliográfica e análise de publicações, pretende, a partir do exame da figura, do cotidiano e das ideias dos jogadores autoreferidos como profissionais, indagar sobre as relações entre jogo, diversão, trabalho e profissionalização nas redes sociais. Mais do que um ambiente de conversação entre pessoas, elas ganharam centralidade enquanto nó de relações comerciais e de valorização simbólica e informacional, de pessoas e produtos, na sociedade contemporânea. Operam a partir de registros permanentes de todas as trocas informacionais. A extração de valor dessas informações se dá por meio de sofisticados mecanismos de vigilância e análise dos dados produzidos, que funcionam como o combustível a alimentar análises comportamentais úteis, entre outros, ao mercado publicitário.

PROFISSIONALIZAÇÃO EM UM JOGO DE HABILIDADE O número de jogadores de pôquer, online e offline, vem crescendo ao longo dos anos (2). Estimativas da indústria do pôquer online afirmam que, em 2014, esse foi um negócio de 2 bilhões de euros (3). Ainda segundo a própria indústria, entre os fatores principais que têm contribuído para o crescimento estão: a expansão da infraestrutura de banda

larga; inovação tecnológica do setor da tecnologia da informação; aumento no uso de *tablets* e *smartphones*; investimentos da indústria de jogos; e confiança dos jogadores nos mecanismos de pagamentos online. Informes da indústria ressaltam ainda que, desse público crescente, destacam-se dois perfis: os apostadores offline, que passaram a ganhar confiança nas plataformas online; e jovens aficionados por videogames e jogos eletrônicos online em geral, que estariam sendo conquistados pelo mundo do pôquer.

É fato que o pôquer passou a receber grandes investimentos da indústria em sua promoção. Programas esportivos de televisão são intermediados por anúncios de sites de jogo online; torneios de pôquer ao redor do mundo recebem extensiva cobertura televisiva; astros do futebol (Ronaldo, Cristiano Ronaldo, Neymar) e do tênis (Boris Becker, Rafael Nadal) são contratados como garotos propaganda e se envolvem em competições promocionais; atores como Ben Affleck, Meg Tilly e Tobey Maguire são conhecidos jogadores e reality shows figurando atores se tornaram populares; revistas especializadas promovem torneios, cultuam jogadores habilidosos e dão dicas de como profissionalizar-se.

O mundo do pôquer online não se reduz aos sites que hospedam os jogos. Ele se constitui como um sistema em que se relacionam os já mencionados sites; fóruns de discussão na internet utilizados pelos jogadores; publicações profissionais online e offline; programas de televisão; blogs e perfis de redes sociais mantidos por jogadores, contendo dicas, estratégias de jogo, relatos sobre performance, estatísticas pessoais e participações em torneios; empresas de cartão de crédito localizadas em paraísos fiscais; e empresas que trocam créditos virtuais por moeda corrente.

Celebridade, visibilidade, notoriedade e promoção de si são fundamentais para as ideias que desenvolvemos aqui. Ao mesmo tempo que a popularização do jogo e o incentivo à profissionalização passam por promover a percepção de que mesmo pessoas ditas comuns, ainda que célebres em outros campos de atuação, são capazes de conseguirem bons ganhos com o jogo, obter sucesso em uma tentativa de profissionalização passa quase que necessariamente por ser socialmente reconhecido e notabilizar-se como um jogador hábil capaz de auferir altos ganhos. Nisso os sites satélites aos ambientes onde o jogo realmente acontece são importantes.

Tornar-se um profissional do pôquer significa fazer dele sua principal ou única fonte de renda, dedicando ao jogo, online e offline, significativa parte do dia de trabalho. McCormack & Griffiths (2) procuraram entender, em estudo, as diferenças entre os jogadores recreativos e profissionais. Para isso, entrevistaram nove jogadores, sendo três autointitulados profissionais, um semiprofissional e cinco recreativos, todos ingleses. Algumas de suas observações vão na mesma direção dos achados deste trabalho.

O jogador profissional trata o pôquer como um trabalho, o que implica uma determinada assiduidade e postura com relação ao jogo. Em geral, esses jogadores repetem uma frequência (de 5 a 6 dias por semana) e uma quantidade mínima de horas por dia. No artigo

“Playing poker for a living” (4), publicado em um site dedicado a jogadores frequentes (5), a rotina é descrita da seguinte forma: “Eu acordo cedo, como meu café da manhã e tomo um banho antes de ir para as mesas. () Eu tipicamente jogo pôquer por três ou quatro horas de manhã e então vou fazer algo para almoçar. Na tarde, eu procuro fazer alguma outra coisa (). À noite inicio outra sessão, para encontrar os jogadores amadores do fim do dia”. Ele então descreve jogar até o limite em que identifica não estar mais alerta o suficiente.

Esse é um comportamento que também é registrado por McCormack & Griffiths (2) e que igualmente encontramos descrito em nossas entrevistas: no mínimo oito horas por dia, chegando a 12 ou 14 em alguns momentos. Com o diferencial de que, por serem jogadores brasileiros, em outro fuso horário, os períodos não são necessariamente os mesmos. Há uma busca pelo fim do dia nos países centrais, “quando o gringo volta meio bêbado do bar”, quando os adversários amadores estão mais fragilizados. Aparece aqui, ainda, a diferença cambial, de custo de vida e de ganhos nos países mais desenvolvidos. O dinheiro que o trabalhador comum em um país mais rico pode desperdiçar em jogos se torna o ganho diário no país mais pobre. As diferenças entre Sul e Norte, entre países pobres e países ricos, não desaparecem no pano verde das mesas de jogos. O que é dinheiro miúdo, a ser desperdiçado em um hemisfério pode virar o lucro cotidiano em outro.



Imagem compartilhada em sites de profissionais que ilustra a situação financeira difícil de boa parte dos jogadores

Os entrevistados de McCormack & Griffiths relatam ganhos anuais de US\$ 150 mil para os jogadores profissionais e US\$ 30 mil para o entrevistado semiprofissional. São números muito distantes dos descritos em sites brasileiros que dão dicas para que um amador se torne um profissional. É bastante difícil chegar a um número concreto, já que a maioria das histórias gira em torno de nomes já famosos e vitoriosos. Estes, em início de carreira, quando estariam ganhando mais experiência ganhariam de US\$ 2 mil a US\$ 6 mil (6). No entanto, como padrão mínimo para um jogador iniciante fala-se em R\$ 1 mil mensais. “Precisar de mil reais por mês não é problema,

o que não dá é pra querer ter um padrão de vida alto ou sustentar uma família sem saber onde está pisando” (7).

Uma constante nesses textos de dicas para a profissionalização são as comparações entre a administração da carreira de jogador e o gerenciamento de um fundo de ações ou de aplicações em mercado financeiro. Por um lado, fala-se em investimento, em estar preparado para períodos longos, de até dois anos, amealhando prejuízo enquanto se adquire experiência e conhecimento. Por outro, em correr riscos e enfrentar prejuízos mas também vislumbrar a possibilidade de ganhos extraordinários. “Mas isso não é exclusivo do pôquer. Quem trabalha com mercado financeiro ou bolsa de valores, por exemplo, está sujeito aos mesmos riscos. A boa administração de seu capital na bolsa equivale ao que um profissional deve fazer de seu *bankroll*. Administrar envolve ter registros acurados, planejar os investimentos, as retiradas mensais etc”, diz um deles (8). McCormack & Griffiths registram fala parecida: “Quer dizer, eu vejo como bancos de investimento, eles investem dinheiro e eles estão basicamente apostando todos os dias se as ações vão subir ou descer e num dia específico eles não sabem o que vai acontecer, mas a longo prazo a habilidade deles busca prever o que vai acontecer para fazê-los ganhar dinheiro”.

O longo prazo também aparece como maneira para driblar o azar, vencer a variância. Além de jogarem por longos períodos de tempo os profissionais jogam muitas mesas simultaneamente, de alguma maneira aumentando sua “produtividade”. Busca-se diminuir o risco pelo excesso, pela repetição, os momentos de azar são compensados pela possibilidade de uma melhor sorte na mão seguinte. Quanto mais experiente o jogador mais capaz ele se torna de atuar em várias mesas ao mesmo tempo, bastando uma olhadela nas cartas para que se tome a decisão necessária. Os relatos são de até dez mesas sendo jogadas ao mesmo tempo pelo mesmo profissional.

Isso também é possível pois estilo de jogo desenvolvido não requer intensidade. O jogador profissional evita correr riscos que os inexperientes, os cansados e os bêbados podem correr. O profissional deve se distanciar emocionalmente do jogo, aceitar as perdas como normais, não buscando compensá-las imediatamente e evitar ao máximo o risco. A busca pelo lucro no dia a dia não vem de grandes ganhos e ocasiões, mas de pequenas e repetidas vitórias em muitas mesas ao longo do dia de trabalho. Isso aparece também nas recomendações de que é preciso estar relaxado e de cabeça fresca para se jogar bem. O jogador estressado “tilta” (como as máquinas de pinball entravam em *tilt*) e não toma decisões racionais. Do mesmo modo, o jogador em dificuldades financeiras costuma jogar mal, pois está pressionado.

A AUTOMATIZAÇÃO Profissionais e amadores – menos frequentemente – têm se utilizado de outros softwares como auxiliares nesse estilo de jogo mecânico, racional. Um tipo desses programas faz cálculos matemáticos das cartas na mesa, apresentando as chances de vitória de cada jogador. Esse tipo de estimativa é uma constante nos jogos offline televisionados. Acompanha-se a oscilação desse número ao longo do jogo para cada um dos jogadores, criando-se tensão

e suspense. O jogador profissional, ainda que não possa ler as mãos dos oponentes como na televisão, usa os números para diminuir as chances de perdas. Consegue, assim, calcular quando agir de maneira mais conservadora ou agressiva com menos riscos.

Outra modalidade de software auxiliar são os que “leem” as estatísticas de outros jogadores, para que se possa entender o estilo do oponente e melhor jogar contra ele. Como é preciso um registro fixo, um nome de usuário constante para se fazer os saques em moeda corrente, os jogadores costumam ter somente um nome de usuário. Isso permite o ranqueamento e o acompanhamento dessas identidades. A partir dos nomes de usuário extrai-se um perfil de jogo, útil para se saber contra que estilo de jogo e nível de jogador se está competindo. Jovens acostumados com videogames notadamente manuseiam mais facilmente esses programas, que envolvem a habilidade de controlar várias aplicações diferentes ao mesmo tempo.

Uma das dificuldades apontadas pelos profissionais tem sido lidar com robôs, *bots*, adversários não humanos totalmente automatizados utilizados por terceiros, como os reportados pelo jornal *The New York Times*, que registra um avanço recente na qualidade desses programas (9). Há, inclusive, um mercado que vende esses robôs, desenvolvidos para serem usados em sites específicos, podendo ainda serem adaptados pelo comprador com variações no estilo de jogo. Ao dono malicioso desses robôs cabe encontrar ou desenvolver falsos perfis hospedeiros, perfis que possam sacar o dinheiro ganho, já que a retirada de valores costuma ser um processo burocraticamente complicado.

O combate aos robôs é feito mais eficazmente pelos maiores sites e redes de jogo online. Além de melhores mecanismos tecnológicos de detecção, esses sites têm um processo mais complicado de retirada de valores e de verificação da identidade real dos perfis utilizados. Os sites de menor prestígio são mais vulneráveis e também lenientes aos robôs. No entanto, oferecem mais bônus e cobram menos taxas dos jogadores.

A reclamação contra os robôs, especialmente por parte dos profissionais, ainda que justa, tem um algo de irônico. O estilo de jogo “robótico” é justamente uma das características desses jogadores e os mais jovens são apontados como mais hábeis exatamente por melhor se utilizarem de softwares auxiliares, por melhor se hibridarem com as novas tecnologias de jogo online.

Ainda nesse sentido, pode-se apontar como o uso de robôs no pôquer guarda relações com trabalhadores braçais sendo substituídos nas linhas de montagem por máquinas. Outro fenômeno, mais recente, tem sido a ameaça vivida por profissões vistas como mais intelectualizadas, como o jornalismo, de substituição por algoritmos escritores de notícias. A prática profissional primeiro é robotizada via processos de trabalho – e de escrita – muito normatizados e regulados. Depois substitui-se esse profissional por autênticos robôs.

**O JOGADOR
PROFISSIONAL
DE PÔQUER USA
OS NÚMEROS
PARA DIMINUIR
AS CHANCES
DE PERDAS**

OS AMBIENTES DE TROCAS DE INFORMAÇÕES Como dito acima, uma das dificuldades dos profissionais do pôquer está no recebimento do dinheiro ganho, o chamado *cashout*. Este é, inclusive, um fator para a escolha do site a se jogar (10). Trata-se de um processo que, a depender do site, pode ser demorado (às vezes meses), complicado e, como envolve transferências internacionais, bastante custoso devido a taxas bancárias e impostos. Geralmente evita-se receber por vias tradicionais, sendo possível duas alternativas, ou conta internacional em paraísos fiscais ou um mercado paralelo de créditos, amador ou profissional.

As contas internacionais servem bem para ganhos médios e para gastos cotidianos. São serviços prestados pelos bancos mirando também esse público de apostadores (no caso não somente em pôquer, mas em cassinos e competições esportivas). Pede-se ao site a conversão dos créditos para moeda real e o dinheiro é depositado em uma conta internacional. O cliente recebe, em seu país, um cartão de crédito comum, com o qual consegue fazer saques na moeda do país e compras em lojas que aceitam cartões de crédito internacionais. O banco ganha cobrando taxas nas operações de retirada.

Já o mercado de créditos acontece principalmente em fóruns de discussão. Tem a vantagem de ser rápido e direto, com os créditos sendo transferidos instantaneamente e o dinheiro sendo trocado informalmente entre contas bancárias no país. Taxas de câmbio, tarifas e descontos são negociados entre compradores e vendedores, num mercado que envolve não somente os jogadores, mas intermediários que lucram com essas transações.

Redes sociais, sites de informação, blogs de jogadores e fóruns de discussão são parte importante do mundo do jogo profissional. Os sites de jogos costumam variar a porcentagem que cobram do jogador (o chamado *rake*), os bônus oferecidos por dinheiro inserido e os descontos para aqueles que passam muito tempo jogando (o *rakeback*). Informações atualizadas sobre essas oportunidades são importantes, o *rakeback* é um dos mecanismos de fidelização e atração de jogadores mais significativo.

Além disso, os jogadores costumam repetir que o aprendizado nunca acaba, e este acontece jogando-se repetidas vezes, para se ganhar experiência, mas também a partir de dicas, macetes e reflexões de outros jogadores, não só sobre o jogo em si mas também sobre o gerenciamento da carreira profissional. Livros, sites e blogs são importantes nesse aspecto, são os espaços de aconselhamento e aprendizagem do jogo de pôquer e do jogo envolvido na administração do dinheiro, no planejamento financeiro, onde o profissional do pôquer imagina-se como investidor de uma empresa de si mesmo.

Já os fóruns são um espaço mais diverso e, de alguma forma, democrático. Além do citado comércio informal de créditos, trata-se de um espaço nivelado de interação entre indivíduos. Sites e revistas, ainda que na internet, têm suas linhas editoriais e propósitos definidos. Blogs são pessoais, têm seus donos, que são os gerentes e as estrelas desses espaços.

Os fóruns são como praças abertas, onde as pessoas circulam, se mostram e onde há mais abertura temática. Fazer o famigerado *networking*, recomendação tão comum no mundo do trabalho gerencial, está entre as dicas sobre o que é necessário para tornar-se profissional (11).

Esse mostrar-se, construir um nome e uma reputação nesses espaços informacionais pode ser um atalho para uma carreira profissional de sucesso. Galgar os passos de uma carreira profissional sozinho é possível, mas bastante difícil. O jogador precisa ter ou construir um capital que o permita vencer as instabilidades, a variância inerente ao pôquer, tanto diariamente, administrando seu jogo de maneira cuidadosa e correndo poucos riscos, como no médio e longo prazo, tentando vencer possíveis períodos de vacas magras. Vários relatos dão conta de que o jogador pressionado a pagar as contas do mês tem desempenho pior. Levam vantagem aqueles que conseguem entrar paulatinamente na carreira ou que tenham alguma fonte de renda garantida.

Para quem não tem, os times podem ser uma alternativa. Eles são grupos de jogadores que se reúnem, por si mesmos ou por recrutamento, e compartilham treinamento, compromisso de envolvimento e um fundo mútuo. O chamado *bankroll*, o dinheiro para jogar, é coletivizado, com regras definidas pelo grupo sobre os pagamentos regulares feitos aos jogadores. Ser convidado a estar em um time envolve confiança e talento demonstrado.

Outra opção, que também envolve contatos feitos principalmente em fóruns de discussão, é a “cavalagem” ou *staking*. Nela o jogador vende cotas — como uma empresa vende ações —, para um ou mais interessados, com o objetivo de participar de um conjunto de torneios ou para receber dinheiro a ser apostado durante um período de tempo. Depois do tempo combinado ou dos torneios o investidor recebe parte dos lucros, descontando o investimento feito.

O TRACKING E A VERIFICAÇÃO COMO CONDIÇÃO PARA O SUCESSO A construção de uma imagem de si como “winner”, como alguém com habilidades comprovadas e passível de recebimento de investimentos com probabilidade de sucesso, requer tanto uma capacidade pessoal de exibir-se nos espaços adequados como depende da existência de mecanismos de verificação, registro e rastreo do desempenho dos jogadores. Mecanismos que se mostrem, por um lado, globais e, por outro, que sejam confiáveis. Alguns sites fazem isso, mostrando o histórico de desempenho dos jogadores e suas perdas e ganhos ao longo do tempo. São grandes bancos de dados mineráveis, que mostram o desempenho de jogadores do mundo todo.

A centralidade na informação, e especialmente nos bancos de dados informacionais, é um dos aspectos que une os sites de pôquer a outras variadas atividades de entretenimento, trabalho e comunicação que ganharam a internet. Os sites disponibilizam históricos das mãos dos jogadores, permitindo o estudo e escrutínio posterior das ações de todos os jogadores. Os investimentos são realizados em grande parte confiando-se nesses dados e traçando-se cenários para o futuro a partir dessas informações.

Além das práticas de mineração há, como nas redes sociais, os mecanismos de software e sociais que levam à auto-exposição dos jogadores. Conseguir entrar numa equipe ou obter financiamento para uma “cavalagem” envolve uma promoção de si nos espaços de interação. Expor os próprios dados em um blog, por exemplo, contando de suas estratégias, histórico positivo e performance ajuda a atrair a atenção. Dar dicas para os iniciantes, ajudar em treinamentos, reunir informações confiáveis contribui para a construção de uma personalidade pública ligada ao pôquer.

Da mesma maneira que as empresas usam celebridades na promoção do jogo, jogadores renomados ajudam a trazer credibilidade para as empresas. Enquanto a Poker Stars, maior empresa do ramo, simbolicamente liga o pôquer a um esporte, centralizando sua promoção na contratação de atletas renomados, empresas menores buscam por jogadores de pôquer famosos, visando inspirar confiança nos jogadores profissionais e significarem-se como espaços especializados e menos amadores.

Nem todos podem ser celebridades, guias, histórias de sucesso. Para haver *winners* é preciso haver *losers*, para existirem famosos é preciso que existam os anônimos. Mas é a busca pelo topo, pelo ganho, pela notoriedade, que faz mexer a máquina informacional, que produz vida/dados nas redes e nas mesas de pôquer. Os pequenos ganhos cotidianos são a etapa intermediária imaginária que antecede o momento de entrada na elite, a hora em que o grande patrocínio será fechado ou o que *bankroll* acumulado será tão grande que jogar será de novo um hobby e não um trabalho. E, por isso mesmo, seria o momento da melhor performance, sem *tilt*, livre das pressões que prejudicam o melhor jogo.

A MEGA-MÁQUINA INFORMACIONAL

Os inventores dos computadores são os construtores de pirâmides do nosso tempo: inflados psicologicamente por similar mito de poder sem qualidades, impulsionados por meio de sua ciência em sua crescente onipotência, se não onisciência, movidos por suas obsessões e compulsões não menos irracionais do que aquelas dos primeiros sistemas absolutistas: particularmente a noção de que o sistema em si precisa ser expandido, não importando o eventual custo em vidas (12).

Ao buscar responder à pergunta sobre que tipo de tecnologia humana, tão poderosa, teria sido utilizada pelos antigos egípcios para a construção de algo tão grandioso como as pirâmides, o historiador e sociólogo estadunidense Lewis Mumford chega a uma resposta que, em seu tempo, pode ser considerada longe do trivial. A grande invenção egípcia não teria sido nenhum objeto específico, nenhuma alavanca gigantesca capaz de fazer o trabalho de mil homens. O que teria possibilitado os esforços dos egípcios seria uma máquina social, uma organização que integrou animais, homens, mulheres, crianças, instituições e, também, equipamentos.

Nesse mesmo sentido, Christopher May argumenta por uma in-

terpretação da sociedade da informação como uma megamáquina. Apoiando-se em Mumford, May faz uma ponte entre a caracterização da megalópole como megamáquina com uma reflexão sobre a sociedade da informação (12).

A megalópole, em sua forma de cidade invisível, é o claro precursor da sociedade da informação no trabalho de Mumford. Ainda que a terminologia seja diferente, há uma clara correlação entre as oportunidades e os problemas da sociedade da informação. A sociedade da informação, supostamente, permite acesso a partir de todos os lugares (ou ao menos qualquer lugar com rede) aos bens culturais, informacionais e políticos que estão distribuídos pelo sistema. A sociedade da informação como megalópole não tem centro formal mas permite contato imediato com qualquer de suas partes componentes (lembra as origens da internet na amorfa estrutura de comando e controle da Arpanet militar dos Estados Unidos, desenhada para não ter estrutura de comunicação fixa, a permitir o fluxo de informação mesmo se os elementos estivessem “nocauteados”). Já no caso das megalópoles, a sociedade da informação é, ao mesmo tempo, emancipadora e limitadora da experiência humana. Embora os recursos intelectuais estejam agora disponíveis, também há uma centralização de poder, uma crescente capacidade de controle e vigilância. A metrópole mantém seu poder enquanto progressivamente engole outras áreas da atividade humana dando a impressão de ganho de poder individual.” (13).

É preciso levar os jogadores profissionais de pôquer a sério quando eles argumentam pensar sua atividade como um trabalho. Para além de seus pontos de vista individuais e da disciplina auto imposta, eles parecem cumprir uma função no mundo do pôquer de uma maneira geral e para os sites de jogos em particular. Na aventura que empreendem em busca de uma vida melhor – ou mesmo de pagarem as contas do dia a dia –, são como uma peça na megamáquina de geração de informação e de produção de valor. Ou uma das máquinas que se acopla a outras máquinas. Ajudam no entretenimento dos jogadores amadores, que pagam com apostas por esses momentos de diversão. Ensinam o jogo, em seus sites e blogs, e estimulam os aspirantes a profissionais a continuarem jogando – que o fazem para aprender a jogar melhor. São recompensados pelos sites de pôquer se fazem hora extra, se jogam por muitas horas, recompensa que vem em forma de *rakeback*, os descontos nas taxas de jogo. E tem sua performance rastreada, vigiada, registrada, armazenada e controlada constantemente, como é característico da internet contemporânea.

Mesmo a típica trajetória de sucesso no pôquer guarda relação com as recentes histórias de sucesso e de profissionalização das ocupações criativas na era das redes sociais. Estas se tornaram, por excelência, o espaço onde é preciso estar, se expor, dar amostras de seu trabalho e talento, além de se construir relações, se se deseja sucesso nesse tipo de profissão. Vejamos o seguinte *post*, retirado da página do Facebook de um popular veículo de informação e entretenimento anunciando a contratação de mais um produtor de conteúdo a integrar a equipe:

O [funcionário] é o novo contratado do [veículo] Brasil e está começando hoje! [funcionário] fará parte do [corruptela do nome do veículo com a palavra *team*, time em inglês], a parte da redação que escreve posts relacionados a cultura pop, TV, internet e etc.

[funcionário] estava mandando muito bem no Community (dá pra ver os posts antigos dele aqui [URL com *username* do funcionário enquanto era colaborador voluntário], e nós da redação nos divertíamos muito com ele e os leitores do site também.

Além disso, ele é o criador de algumas das pages mais legais aqui [Facebook] [página de humor 1 e página de humor 2] e é fã de [cantor] (na foto, ele faz o [símbolo do cantor com as mãos]).

Em breve teremos mais anúncios e também novas vagas para a redação. Sempre lembrando que o [URL do veículo que reúne contribuições voluntárias dos leitores] é uma das melhores formas de testar se você curte o [veículo] e da gente conhecer novas pessoas para virem trabalhar conosco.

Entender o mundo do pôquer profissional pode ser importante por si mesmo. Nos ajuda a pensar sobre as mudanças no mundo do trabalho: que atividade profissional é essa que consiste em jogar?; são os pretensos profissionais do pôquer mais comparáveis a peças de uma máquina ou a trabalhadores em uma fábrica?; ou são como empresas, em que se é um gerente de si mesmo, administrando-se como um ativo econômico, em que até a saúde do corpo e a boa vida social (14) são condições desejáveis para um melhor desempenho? O pôquer também nos dá pistas sobre relações econômicas entre Norte e Sul, como a diferença cambial e no custo de vida entre os países impacta a escolha ou não de uma determinada atividade.

Mas olhar para esse mundo também nos ajuda a entender processos que fazem parte das novas características de circulação do trabalho intelectual em tempos de internet. As redes eletrônicas de relacionamento social se tornaram também o espaço privilegiado de consumo ou de contato com obras culturais e artísticas. É ali que os profissionais divulgam seus trabalhos e a si mesmos, entretendo, informando e, de variadas formas, fazendo *networking*. As redes se tornaram, quase que necessariamente, um lugar a se estar/produzir/compartilhar para quem deseja se estabelecer profissionalmente nessas áreas. Mas não é ali que acontecem os possíveis ganhos, nem o mínimo. É preciso estar ali para sair dali, para habitar outros espaços com relações de venda da força de trabalho mais formalizadas.

Já os donos desses espaços, as grandes empresas de tecnologia da informação, encontraram maneiras de fazer dinheiro com essa atividade que passam pelo monitoramento, rastreamento e registro eletrônico dos dados trocados entre os usuários, convertendo-os em algo comercializável principalmente em termos publicitários. O funcionamento da megamáquina informacional é o motor de lucro das empresas, que tem os dados como seu combustível.

Nem todos e nem tudo o que acontece ali tem propósitos profissionais, a maioria está, como os amadores do pôquer, pela diversão, pela amizade, para matar o tempo. Na verdade, como são de múltiplo propósito, essas redes tornam a divisão dos indivíduos em determinados papéis delimitados totalmente insuficiente. Se é amador e profissional ao mesmo tempo, comediante e cientista, cineasta e poeta, fotógrafo e escritor. Mas, em termos de dados e informações a serem circulados e valorizados, todas essas facetas servem igualmente.

Rafael Evangelista é doutor em antropologia social, pesquisador do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) e professor do Programa de Pós-Graduação em Divulgação Científica e Cultural da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Email: rae@unicamp.br

NOTAS E REFERÊNCIAS

1. Natasha Schull, antropóloga com pesquisa sobre adicção e máquinas de caça-níqueis, relata ter sido procurada por desenvolvedores de aplicativos de celular. Ela compara o “zoning out”, a sensação de alheação relatada pelos jogadores de caça-níqueis, com sensação relatada e observada em usuários de jogos de celulares. (ver Annechino, R.. “The addiction algorithm: an interview with Natasha Dow Schüll”. *Ethnography Matters*. Disponível em: <<http://ethnographymatters.net/blog/2015/02/09/the-addiction-algorithm/>>. Acesso em: 27 out. 2015. Ver também “How do people become addicted to online games and social networking sites?”. | MIT School of Engineering. Disponível em: <<http://engineering.mit.edu/ask/how-do-people-become-addicted-online-games-and-social-networking-sites>>. Acesso em: 27 out. 2015.)
2. McCormack, A.; Griffiths, M. D. “What differentiates professional poker players from recreational poker players? A qualitative interview study”. *International Journal of Mental Health and Addiction*, v. 10, n. 2, p. 243-257, 2012.
3. The online game market. Disponível em: <<https://www.bwinparty.com/AboutUs/OurMarkets/The%20online%20gaming%20market.aspx>>. Acesso em: 27 out. 2015.
4. Playing poker professionally | Life of an online poker player. Disponível em: <<http://www.rakemonkey.com/playing-poker-for-a-living>>. Acesso em: 27 out. 2015.
5. O Rakemonkey é um site especializado em informações sobre bônus e descontos para jogadores online frequentes.
6. Akkari, A.; [Artigo] André Akkari - “Lucratividade no poker”. Disponível em: <http://www.buildagrinder.com/bgcom/index.php?option=com_kunena&func=view&catid=103&id=1555&lang=br&Itemid>. Acesso em: 27 out. 2015.
7. Begara, V. “Re-post” - Jogando por times e por conta própria! SuperPoker. Disponível em: <<http://www.superpoker.com.br/blog/he-adao/re-post-jogando-por-times-e-por-conta-propria>>. Acesso em: 27 out. 2015.
8. Bello, L. “Dominando a arte do poker: profissional vs. amador - CardPlayerBrasil.com”. Disponível em: <http://www.cardplayer-brasil.com/site/revistas_ver2.asp?ed=27&cod=420>. Acesso em: 27 out. 2015.
9. Dance, G. “Poker bots invade online gambling”. *The New York Times*, 2011. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2011/03/14/science/14poker.html>>. Acesso em: 27 out. 2015.
10. Wood, R. T. A.; Griffiths, M. D. “Why swedish people play online poker and factors that can increase or decrease trust in poker web sites: a qualitative investigation”. *Journal of Gambling Issues*, p. 80-97, 2008.
11. Bello, L. op. cit.
12. Lewis Mumford apud May. No original em inglês: “The inventors of ... computers are the pyramid builders of our own age: psychologically inflated by a similar myth of unqualified power, boasting through their science of their increasing omnipotence, if not omniscience, moved by obsessions and compulsions no less irrational than those of earlier absolute systems: particularly the notion that system itself must be expanded, at whatever eventual cost to life”. (Mumford 1964: 5) apud May.
13. May, 2000, p.256. No original em inglês: “The megalopolis in its form of the invisible city is the clearest precursor to the information society within Mumford’s work. Though the terminology is different, there is a clear correlation with the opportunities and problems of the information society. The information society, it is supposed, allows access from anywhere (or at least anywhere within the network) to the cultural, informational and political assets that are distributed throughout the system. The information society as megalopolis has no formal centre but enables immediate contact with any of its component parts (recall the origins of the Internet in the amorphous command and control structure of the US military’s Arpanet, designed to have no fixed structure of communication, to allow information to flow even if elements were ‘knocked out’). As with the megalopolis, the information society is both empowering and limiting of human experience. Though intellectual resources are now available, there is also a centralization of power, an increased capacity for control and surveillance. The metropole retains its power while progressively swallowing up other areas of human activity and giving an impression of individual empowerment.” May, C. op. cit.
14. “() quem quer entrar de cara nessa carreira, precisa, antes de saber jogar poker, ter uma vida estável, ter uma “base” para segurar nos primeiros meses, que provavelmente serão duros. Ter amigos “off poker” para se manter no “mundo real (...), procurar um novo hobby também é muito importante, já que agora o hobby poker vai passar a ser uma profissão, e por mais que você ame isso tudo, é muito diferente você jogar 10h por dia do que jogar 5 ou 6h por semana, nós sempre precisamos estar fazendo algo que nos agrada que não esteja relacionado ao nosso trabalho. Tendo tudo isso a “vida útil” do jogador vai ser muito maior, o tédio no trabalho vai ser maior e consequentemente o desempenho será muito melhor”. Begara, V. op. cit.

O QUE PODEM AS MÁSCARAS? VISIBILIDADES E VIGILÂNCIA NOS MOVIMENTOS EM REDE

Luciana Santos Guilhon Albuquerque
Rosa Pedro
Ulisses dos Anjos Carvalho

As Jornadas de Junho de 2013, como ficaram conhecidas as manifestações contra o aumento da passagem de ônibus no Brasil, nos trouxeram inúmeras questões, que reverberam até hoje. A quantidade de pessoas nas ruas foi surpreendente e uma novidade foi o papel dos dispositivos tecnológicos de comunicação. Diferente do que tradicionalmente acontecia, os atos foram marcados e divulgados basicamente pelas redes sócio-técnicas, em especial através do Facebook, rede social digital bastante popular. A proliferação de câmeras e celulares fez aumentar enormemente a circulação de imagens e discursos alternativos à grande mídia. A visibilidade proporcionada por essas tecnologias parece ter trazido, dentre outras coisas, a possibilidade de vigiar e ser vigiado.

Em consonância com a Teoria Ator-Rede (TAR), entende-se que a sociedade é uma construção, coletiva e heterogênea, produzida na articulação de humanos e não humanos, em que a tecnologia e os objetos possuem um papel fundamental. Para mergulhar nessa complexa realidade, resolvemos, ao invés de ir atrás do novo, resgatar uma velha conhecida, que se tornou personagem controverso nessas manifestações: a máscara.

Inspirados pela exposição “Objetos desobedientes” (1), que apresentou objetos utilizados em manifestações ao redor do mundo, fizemos uma reflexão sobre as controvérsias geradas pelo uso de máscaras nas Jornadas de Junho com o objetivo de contribuir para uma análise mais ampla acerca das dinâmicas de vigilância e visibilidade na atualidade.

Falar de máscaras, neste artigo, serve para descobrir o que elas podem dizer sobre nós e sobre as diversas dinâmicas de vigilância e visibilidade que atravessam nosso cotidiano atualmente. Bruno Latour (2) fala que os objetos participam conosco da construção do mundo, afetando nossa forma de agir e transformando nossos modos de ser. Da mesma forma, são afetados por nossas ações e pela rede ao qual estão conectados. Assim, entendemos que ninguém age sozinho e qualquer fenômeno deve ser analisado como uma ação coletiva e compartilhada.

Nosso material de análise é composto de entrevistas (3) realizadas com alguns atores que participaram desse processo, como ativistas, policiais, advogados e jornalistas, e da leitura de páginas na internet e Facebook de dois coletivos que se destacaram pelo uso das máscaras durante as manifestações: o Anonymous e os Black Blocs. Ambos apareceram primeiro no exterior e, com a globalização e a

internet, chegaram ao Brasil. Ambos atuam e se sustentam usando a internet e as redes sociais como o Facebook. O primeiro começou a atuar no Brasil em 2011 e se caracteriza por um *hacktivismo*. Atento ao monitoramento digital, o Anonymous, em suas páginas na internet, coloca explicações e dicas para proteção da privacidade na rede e tem como símbolo, uma máscara inspirada no personagem Guy Fawkes do filme *V de vingança*, que é usada pelos seus integrantes durante as manifestações das quais participam para, entre outras razões, manter o anonimato. O outro grupo, os Black Blocs, surgiu com força durante as manifestações de junho de 2013, antes disso não há registro de sua atuação no Brasil. Não possuem uma máscara símbolo, mas se vestem totalmente de preto cobrindo o rosto. Não parecem estar tão preocupados com o monitoramento digital.

Seguindo alguns movimentos desses atores, buscamos cartografar as controvérsias que emergiram e chegamos a três sentidos diferentes para o uso das máscaras: disfarce e proteção; identidade coletiva; e empoderamento.

A MÁSCARA COMO DISFARCE E PROTEÇÃO Um primeiro sentido para o uso de máscaras está ligado a uma definição mais corriqueira e comum, que nos remete à ideia de disfarce e proteção. Por disfarce, podemos entender que sua função principal seria falsear e distorcer uma imagem. Ao dar visibilidade e apresentar uma fisionomia a ser vista e admirada, ela esconderia atrás de si um rosto, este sim verdadeiro e protegido pela invisibilidade. Além de proteger contra olhares invasivos, ela pode ganhar um sentido de escudo contra ataques vindos de fora. Mas percebe-se claramente que, além do disfarce, a máscara é mecanismo de proteção frente à repressão esperada em manifestações, em particular quando há aumento de ações mais conflituosas, em um mundo povoado por tecnologia que pode capturar, gravar e circular imagens de qualquer pessoa em qualquer momento.. O uso posterior dessas imagens escapa a qualquer tipo de controle, o que parece produzir uma sensação de vulnerabilidade muito grande. O policial, como agente repressor, não precisa necessariamente estar presente no local da manifestação, podendo apenas usar imagens gravadas para investigação e monitoramento. E a máscara serviria para tentar proteger, pelo anonimato e invisibilidade, os manifestantes, apesar disso ser cada vez mais difícil num mundo crescentemente monitorado.

No perfil do Facebook do Black Bloc/RJ, encontramos, claramente, essa intenção de esconder o rosto: “As roupas e máscaras negras que dão nome à estratégia são usadas para dificultar ou mesmo impedir qualquer tipo de identificação pelas autoridades”.

Da página do Anonymous, reproduzimos um trecho de um panfleto (4) em que essa ideia também se torna explícita:

O uso de máscaras em protestos surge da necessidade de segurança frente à coerção policial sofrida pelos movimentos sociais quando em situações públicas de resistência. Os rostos expostos em situações como esta favorecem a repressão, facilitando a criminalização dos su-

jeitos políticos que se colocam em oposição ao que baseia a sociedade desigual em que vivemos.

O registro fotográfico, ou em vídeo, das pessoas que fazem manifestações serve como indício para a polícia agir de modo a intimidar e penalizar arbitrariamente os que estão simplesmente se recusando a viver sob os moldes do capitalismo. Os nossos registros na internet (caixas de email, perfis do Orkut e Facebook etc) também acabam sendo investigados, configurando assim um processo de perseguição em que o Estado aponta e se organiza para a ação de extermínio das forças que a ele se opõem.

Dessa forma, as máscaras nos protegem, reservam a nós autonomia diante de nossas identidades (5).

Chama a atenção, como o texto acima ressalta, o perigo que a visibilidade pode trazer, indicando uma dimensão de vulnerabilidade ao olhar do outro que está presente na exposição de si, principalmente numa situação de polarização de lados, vivenciada por ativistas e policiais.

De um lado, coletivos que se colocam, de forma muito próxima dos movimentos sociais e do “povo”, explicitam suas críticas ao Estado em suas páginas na internet e apoiam claramente táticas que incluem invasão de páginas oficiais no mundo virtual e a depredação de propriedades privadas de grandes corporações. Essas táticas são polêmicas inclusive entre os próprios ativistas, que não compõem uma massa homogênea, pelo contrário, são formados por forças e ideias diferentes e, muitas vezes, conflitantes. Para quem defende essa prática – chamada de ação direta pelos ativistas e de vandalismo pela polícia e pela imprensa tradicional –, ela carrega um valor político e é considerada uma forma de luta. Para quem condena, é considerada crime ou uma má estratégia política, pois acaba afastando a maior parte da população.

De qualquer forma, são práticas que costumam ganhar bastante visibilidade e possuir um apelo midiático, expondo quem a defende, incomodando quem protesta, mas não concorda, e amedrontando a população que observa. O risco de ser pego pela polícia, para alguns, é minimizado diante da possibilidade de expressar sua indignação e dar visibilidade a uma causa.

Uma imagem de uma fachada de banco sendo destruída a pedradas, muitas vezes, é incluída numa narrativa que potencializa seu sentido violento, esvaziando seu caráter político. Sem entrar em uma discussão mais complexa do que pode ser considerado crime, considerá-las apenas sob esse viés, reduz seu sentido a um só, encobrindo outros sentidos a que pode estar ligada e desloca a discussão, deixando de lado a grande questão que mobilizou as manifestações: o aumento da passagem de ônibus e a insatisfação da população com a qualidade do transporte público.

De outro lado, temos as polícias civis e militares, com suas diferentes funções. A primeira encarregada das investigações sobre as depredações de prédios públicos e privados e a segunda encarregada de acompanhar os manifestantes para descobrir os trajetos dos protestos, quando não era avisada, como tradicionalmente acontecia,

muitas vezes o trajeto era modificado no momento da manifestação. Ambas utilizaram as informações e imagens coletadas via internet, redes sociais e câmeras para auxiliar em seu trabalho de tentar identificar os autores dos atos considerados violentos e monitorar o movimento dos manifestantes.

Com a potencialização da exposição que esses dispositivos tecnológicos permitem, a máscara surge como uma estratégia de permanecer invisível aos olhos da polícia, uma vez que ela é vista como inimiga e capaz de perseguir mesmo aqueles que não estão envolvidos em atos violentos. Ao se tornar um objeto de resistência (6) à vigilância do Estado, ela passa a ser um problema.

Então, a máscara se torna um objeto *non grato* para o Estado, uma vez que atrapalha seu trabalho de vigilância. Para a polícia, a máscara esconderia criminosos, que se aproveitariam do anonimato para praticarem atos de vandalismo. Usar máscara passa a ter o sentido de ter algo a esconder e isso pode ser perigoso, tornando aquele que se esconde suspeito, principalmente num mundo que nos incita à transparência.

Nem todos que participaram das manifestações, no entanto, usaram máscaras ou esconderam os rostos com camisas. Mesmo assim, isso ganhou uma dimensão que culminou com um projeto de lei proibindo o uso de máscaras ou de algo que esconda o rosto em eventos públicos, o que acabou gerando outra mobilização: um grupo organizou um baile de máscaras, uma vez que, no Rio de Janeiro, o carnaval de rua tem ganhado expressão e um de seus elementos festivos é a máscara.

Além da vigilância digital, a polícia também se fez presente com o uso da força na repressão *in loco* dos manifestantes, fazendo surgir outro uso para as máscaras, a proteção contra o gás lacrimogênio, arma não letal, usada maciçamente pela polícia para dispersar a multidão.

Dialogamos com os estudos no campo da Teoria Ator-Rede (TAR) (2), que buscam articular ciência, tecnologia e sociedade em uma perspectiva sócio-técnica. Nessa perspectiva, o que está em jogo são os modos pelos quais a sociedade se produz, tendo em vista a participação da tecnologia e das conexões entre atores humanos e não humanos na construção do social. Assim, entendemos os objetos como atores que participam da ação, o que não significa dizer que a determinam ou que carregam em si um sentido *a priori*, pois é na conexão com outros objetos e humanos que seus sentidos e funções vão sendo produzidos e modificados. Então, seu sentido depende da rede ao qual está ligada. Para a polícia ela pode ter um sentido, para manifestantes outro e, mesmo dentro desses grupos, que não são homogêneos, podem adquirir sentidos variados.

A máscara protege ou esconde? Quem está por trás das máscaras são vândalos ou manifestantes, vítimas da agressão policial ou criminosos que precisam ser identificados? Cada lado constrói discursos para defender seu ponto de vista e talvez não seja possível responder a essa pergunta escolhendo um dos lados.

Interessante notar que a vulnerabilidade não está apenas do lado dos manifestantes. Policiais e jornalistas da grande mídia também fo-

ram alvo de monitoramento e agressão por parte de ativistas. Coletivos de mídia-ativismo e os próprios manifestantes independentes empunharam suas câmeras para denunciar abusos de violência policial, provocar policiais na rua, construir um contra-discurso à mídia tradicional. Podemos dizer que houve uma disputa pela narrativa dos fatos, por meio de discursos e imagens, além de uma perseguição de ambas as partes. Jornalistas que tiveram que sair da rua e policiais que tiveram dados pessoais expostos na internet são exemplos de situações em que esse sentimento de desproteção e vulnerabilidade apareceu.

Com isso não queremos dizer que se trata de uma guerra simétrica em que ambos os lados possuem os mesmos recursos, mas nos interessa apontar que, apesar dos embates, parece haver um ponto de convergência, a busca por uma **invisibilidade que protege**. Enquanto manifestantes procuram usar máscaras, policiais muitas vezes saíram sem identificação, o que gerou outra controvérsia sobre a legalidade dessa prática. Além disso, muitos jornalistas e pessoas que estavam filmando e tirando fotos foram agredidos. Ter sua imagem capturada também parece ser um risco para a polícia, que atua como representante do Estado. Este parece pretender ser o único detentor dos mecanismos de vigilância, mas a popularização de objetos que capturam imagem coloca na mão de cidadãos comuns a possibilidade de vigiar seus vigias. Quase como uma equação matemática, mais câmeras produzem mais imagens e, com isso, mais denúncias sobre o comportamento policial.

A MÁSCARA COMO IDENTIDADE COLETIVA Extraímos outro sentido para o uso das máscaras analisando posturas tanto do Anonymous quanto dos Black Blocs. Cobrir o rosto é uma forma de expressar uma ideia sem ligá-la a um indivíduo específico, é uma forma de não pessoalizar a luta política. Nesse sentido, o uso da máscara se justifica como uma forma de criar uma identidade coletiva, diluindo o protagonismo individual numa massa. Como podemos observar nesses trechos em destaque:

As roupas e máscaras negras (...) são usadas (...) também com a finalidade de parecer uma única massa imensa, promovendo solidariedade entre seus participantes e criando uma clara presença revolucionária (7). O anonimato se torna inevitável e imprescindível, no sentido de descentralizar a origem da ação, e para que ela não se esgote nela mesma. O ato de fechar avenidas, quebrar os ônibus das empresas de transporte não é um ato isolado, nele está contido a indignação de todos os que não estão de acordo com o sistema de transporte e organização urbana dos quais dependemos. Uma ação anônima em uma manifestação carrega consigo a força de uma construção coletiva. Ninguém é dono absoluto de um ato, este surge do processo de interação com várias pessoas e nesse sentido o anonimato é uma forma de não apropriação de uma causa que é pública. (...) As máscaras não servem de “esconderijo covarde” para os nossos rostos, como bem pregam as forças reacionárias, mas para expor o processo que nos levará à emancipação social como algo que só pode vir a acontecer por meio da ação coletiva autônoma. Sem rosto, sem líderes (8).

A máscara é um símbolo para mostrar que somos iguais. Não há liderança, não há um maior ou melhor que o outro, é tudo de forma horizontal. É dessa forma que somos, é dessa forma que vemos todo o resto (9).

O ato anônimo carrega consigo a força de um grupo, uma vez que a ação não seria responsabilidade de apenas um indivíduo, mas é resultado de uma construção coletiva e, portanto, pública. Para a TAR (2), a origem da ação é sempre incerta e não pode ser atribuída a apenas um ator. Tanto um quanto o outro são atravessados por inúmeras entidades que os colocam em movimento. Usar a palavra ‘ator’ significa que nunca é claro quem ou o que está agindo quando nós agimos, uma vez que o ator em cena nunca está sozinho enquanto atua. (...) Por definição, a ação é deslocada. A ação é emprestada, distribuída, sugerida, influenciada, dominada, traída, traduzida (10).

A ação, portanto, para esses coletivos, diz respeito a uma experiência subjetiva em que o outro está incluído e vem para somar. A afirmação de uma individualidade própria não está em questão, mas a vivência de uma irmandade ganha força, dentro de uma perspectiva em que eu só existo conectado com os outros. Quem tá cobrindo o rosto está se irmanando com outro alguém que também está cobrindo o rosto. Então, você deixa de ser você enquanto indivíduo e passa a assumir uma identidade coletiva e é uma identidade coletiva que, de certa forma, protege um pouco os seus atos. (...) A máscara gera uma perspectiva simbólica de agregar pessoas conforme um ideal. Eu acho que como você tem os partidos, que têm uma bandeira vermelha, ou uma estrela no peito, que simboliza essa identidade coletiva com quem também tem uma estrela no peito, a máscara talvez seja uma forma simbólica de trazer para esses indivíduos uma forma de construção de comunhão, somos iguais, fazemos parte de um mesmo grupo, do mesmo ideário, então, eu vejo a máscara um pouco enquanto isso, uma tentativa de construção de uma identidade coletiva (11).

Essa ideia se traduz na formação horizontal que esses grupos tentam construir ao pretenderem não eleger nenhuma liderança. Mas isso é controverso, pois mesmo não havendo uma liderança formal e oficial, havia indivíduos que se destacavam, que tinham uma maior projeção e puxavam situações na rua, sendo identificados pela polícia como líderes na hora de ser necessária qualquer negociação durante os protestos.

A polícia, especialmente a Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática (DRCI), montou um inquérito e realizou investigações baseando-se, entre outras coisas, no que era exposto na internet e Facebook, procurando identificar pessoas que exercessem um papel importante dentro desses coletivos, para que, ao detê-los, também minasse o poder de ação desses grupos. Frente a essa tentativa de identificação pessoal, a máscara parece se opor, ao buscar uma identidade coletiva. Nesse sentido, a máscara não é, simplesmente, uma forma de se manter invisível, mas de **criar uma visibilidade própria**. É uma forma de expressar uma ideia, que se opõe à individualização da ação. E mais uma vez se apresenta como **resistência** aos mecanismos de vigilância do Estado, que tentou usar a estratégia de identificar líderes e prendê-los para minar a possibilidade de novas manifestações.

No dia 11 de junho de 2014, véspera da final da Copa do Mundo, algumas pessoas foram presas acusadas de formação de quadrilha. Para alguns, a intenção era esvaziar os protestos, o que não aconteceu. Segundo um dos entrevistados, a razão das prisões era: Por causa da nossa ameaça ao sistema, para dar uma lição, porque tinha que produzir terror para controlar as manifestações. A gente ficou muito feliz, nossa maior alegria na cadeia foi saber que a galera fez a manifestação mesmo assim no dia seguinte, manifestação que era a gente que tava puxando, mais ninguém praticamente. Fez mesmo assim a galera, veio gente de vários lugares do Brasil. Foram pra lá, sabe, aguentaram a porrada e ficaram lá, ótimo, lindo, prova de que o movimento é muito mais do que uma ou outra pessoa. A causa é uma coisa que supera indivíduos. Isso é a prova concreta disso, você vai e prende as ditas lideranças populistas e as coisas continuam acontecendo. As ditas lideranças, né, essa coisa de liderança é questionável” (12).

Além disso, a afirmação de uma identidade coletiva se configura como uma resistência à ideologia neoliberal e ao individualismo que parecem dominar o cenário político atual. Em um artigo sobre as manifestações de 2013, Duarte (13) traça um breve histórico de mudanças ocorridas no governo brasileiro no início dos anos 1990, em que observa valores ligados à proteção social e à coisa pública dando lugar aos ideais do liberalismo econômico. Presentes no discurso, por meio da defesa do Estado mínimo, da economia de mercado e da prioridade para a iniciativa privada, e na prática dos governos, por meio das privatizações e do sucateamento do serviço público, esses ideais contribuíram para a disseminação do individualismo como valor na sociedade brasileira. Individualismo que entende o indivíduo como um ser isolado, livre e responsável por suas próprias conquistas e derrotas.

Apesar dessa disseminação, o mesmo autor acredita que as práticas e valores de vida comunitária não desapareceram no Brasil e voltaram a crescer, principalmente ligados a festas populares como o carnaval de rua. Acompanhando esse raciocínio, entendemos que essa **força do coletivo** e do espírito comunitário se estabelece como uma resistência às práticas ligadas ao individualismo e ganhou forte expressão nas ruas em 2013, sustentada, inclusive, pelo uso de máscaras.

A MÁSCARA COMO EMPODERAMENTO Como terceiro sentido, um entrevistado chamou a atenção para a força de **empoderamento** que a máscara trouxe para alguns indivíduos, que com ela se sentiram à vontade para agir de uma forma mais solta, livre e expressiva, mas não necessariamente violenta. O fato de estar ou não com máscara fazia diferença na forma de atuar no mundo, como se a máscara permitisse ao sujeito ser e fazer o que jamais faria sem a máscara. Não exatamente em relação à ação direta (ataque a bancos e grandes corporações), mas a se expressar com mais eloquência e afetividade. O que se opõe à ideia corrente de que o verdadeiro eu aparece ao tirar a máscara. Nesse caso, **o eu se constrói ao colocar a máscara**, ela surge como um elemento que ajuda a compor uma forma de ser e atuar no mundo. Usar a máscara não é uma forma de se esconder, mas de se expressar melhor e com mais vigor.

Ao evocarmos a TAR (14), diluímos a dicotomia que tende a colocar em lados opostos o humano e o artificial. Nosso eu também é um artifício que se produz na interação com os objetos. Nesse caso, a conexão manifestante-máscara ganha vários sentidos, inclusive o de provocar transformações naquele que utiliza a máscara. Não existe, necessariamente, uma intencionalidade prévia mas, ao se conectarem, um campo de possibilidades se abre, fazendo indivíduos agirem de forma não previsível, expandindo sua forma de ser e atuar no mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS Resumidamente, podemos dizer que as máscaras escondem, protegem, revelam e potencializam rostos, indivíduos, ideias e ações. Nessa primeira reflexão, encontramos três sentidos que a conexão manifestantes-máscaras assumiu nos protestos de 2013. O primeiro expõe o que gostaríamos de chamar de imperativo da visibilidade e o quanto ela pode nos deixar vulneráveis e submetidos a uma constante vigilância. Buscar a invisibilidade, usando máscara, pode significar a busca por uma proteção e ao mesmo tempo ser incriminador. Numa realidade em que a exposição de si se coloca cada vez mais naturalizada, ter algo a esconder pode soar estranho e perturbador.

O segundo sentido tende a se opor e questionar a ideia de que as ações são individuais. O que parece estar em disputa é até que ponto os atos são coletivos ou individuais. Enquanto a polícia tenta identificar indivíduos, apostando que seu isolamento pode neutralizar a ação dos grupos, os grupos tentam se organizar diluindo a centralidade do poder, para que a ação seja maior que os indivíduos. É uma atitude que além de servir como resistência à ação policial, questiona e se opõe à tradicional organização hierarquizada e formal dos partidos políticos e da democracia representativa.

O terceiro sentido aponta para a possibilidade de se expor com mais intensidade. Usar máscara não significa se esconder, mas ampliar a atuação na visibilidade. Num mundo que se constrói cada vez mais vigiado, esconder-se não se apresenta como a única resistência a uma visibilidade que se impõe. A possibilidade de construir uma imagem e poder operar, escolhendo o que deve ser visto, também encontra seus caminhos de resistência.

A visibilidade não é apenas o lugar da vulnerabilidade, ao nos expor a uma vigilância contínua, mas também pode se transformar no lugar da disputa política, da defesa de ideias e da afirmação de si.

Apesar do risco de prisão a ação direta tem um apelo visual forte, a depredação de prédios públicos ou privados ganha mais facilmente visibilidade do que táticas mais pacíficas. Para muitos jovens que atuaram como Black Blocs a conquista de visibilidade pode ter sido um dos grandes objetivos. Segundo alguns dos entrevistados, a maioria desses jovens era da periferia do Rio de Janeiro, com sua trajetória marcada pela invisibilidade e a falta de acesso a direitos básicos, e a visibilidade para eles talvez seja mais um desejo do que um risco.

Além de dar expressão a uma causa, a conquista da visibilidade ganha um viés político ao por em cena situações que costumam ficar escondidas no cotidiano e não costumam ganhar atenção da gran-

de mídia e da sociedade como um todo, como a violência policial dentro das comunidades mais pobres da cidade. Então usar a tática Black Bloc pode ser visto como uma estratégia, não necessariamente consciente, de dar visibilidade a uma forma de violência que não é tão comum nos centros urbanos, mas é banalizada na periferia.

Outro uso político e estratégico da visibilidade é poder escolher o que e como se expor. É claro que alguns escolhem não ter página no Facebook, por exemplo, pensando na questão da vigilância, mas este não é o único motivo e mesmo que essa preocupação esteja presente não será sempre um impeditivo para a exposição, uma vez que a visibilidade traz vantagens, ainda que haja algum risco. A maioria dos coletivos parece ver as vantagens nessa exposição que a internet e uma rede social podem oferecer, tornando suas ideias públicas e mais conhecidas, ampliando, assim, suas conexões e seu poder de ação. Essa escolha, no entanto, não deixa de ser sem tensões, principalmente após as prisões de alguns manifestantes em outubro de 2013, que produziu certa paranoia coletiva e fez alguns indivíduos se tornarem mais cautelosos.

O potencial de comunicação, conexão e visibilidade que a internet e as redes sociais conseguem produzir tende a ser reconhecido e, por isso, desejado. Em alguns casos, a consciência da vigilância opera como um agenciador da cautela e da criação de estratégias para usufruir da visibilidade, escapando da vigilância. A clareza do monitoramento pelo Estado e pela polícia, principalmente após as prisões na véspera da final da Copa das Confederações, fez alguns recuarem e outros buscarem tecnologias para resistir a esse rastreamento, como fazer um perfil *fake* no Facebook.

A preocupação com a segurança e a vigilância coexistem com o desejo de visibilidade, como podemos resumir nessa fala: “Seria uma forma de tentar utilizar a ferramenta, mas sem dar os dados pra ferramenta, sem você participar desse jogo de ter que se expor totalmente ali” (15).

Ainda dentro dessa lógica, poder operar na própria visibilidade, poder escolher o que expor no Facebook e na internet, por exemplo, pode ser um modo de proteção e resistência, tudo depende de como se estabelece uma conexão com a ferramenta.

Dependendo do lugar onde está e das conexões estabelecidas a máscara pode ser uma proteção, um perigo, um risco, uma força e assim por diante. Ampliar os sentidos que ela pode assumir é uma tentativa de fazer a realidade soar mais complexa, controversa e contraditória. Nossa intenção é que a realidade seja maior que nossa capacidade de interpretá-la e enquadrá-la em qualquer plano teórico. Queremos que ela escape às nossas habilidades acadêmicas e intelectuais e nos surpreenda sempre. Não almejamos acalmar as disputas, mas torná-las visíveis.

Luciana Santos Guilbon Albuquerque é mestre em psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutoranda em psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ.

Rosa Pedro é doutora em comunicação e cultura, professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ e coordenadora do Núcleo de Pesquisa Cultura Contemporânea: subjetividade, conhecimento e tecnologia.

Ulisses dos Anjos Carvalho é bacharel e mestrando em psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ.

NOTAS E REFERÊNCIAS

1. A exposição aconteceu em Londres, até fevereiro de 2015, contando a história dos protestos a partir do uso de alguns objetos.
2. Latour, B. *Reassembling the social: an introduction to actor-network-theory*. New York: Oxford University Press Inc., 2005.
3. As entrevistas fazem parte do projeto de pesquisa de doutorado “Ver e ser visto no Facebook: modos de subjetivação contemporâneos”, que se iniciou em 2012 e terá fim em 2016.
4. Circulado no segundo protesto contra o aumento das passagens, no dia 23 de janeiro de 2012, em Recife.
5. “Por que esconder nossos rostos?” Publicado na página do Anonymous Rio. [Panfleto circulado no 2º protesto contra o aumento das passagens.] Fonte: <http://reciferesiste.org/porque-esconder-nossos-rostos/>. Disponível em: <http://www.anonymousrio.net/2012/11/porque-esconder-nossos-rostos.html>. Acesso 15 dezembro 2014. Recife, 23 de janeiro de 2012.
6. Entendemos resistência como uma força que se opõe à outra. Tomamos como base o estudo de Foucault (16) sobre o poder, enquanto relação de forças que atuam umas sobre as outras.
7. Black Bloc RJ. Black Bloc RJ. Página no Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/BlackBlocRJ/info?tab=page_info. Acesso em 07 abril 2015.
8. “Por que esconder nossos rostos?”, *op. cit.* 2012.
9. “A verdade por trás das críticas ao Anonymous Brasil”. Publicado na página do Anonymous Rio. Disponível em: <http://www.anonymousbrasil.com/nos-somos-legiao/a-verdade-por-tras-das-criticas-ao-anonymous-brasil/>. Acesso em 15 dezembro 2014.
10. Latour, B., *op. cit.* pp 46. Tradução nossa. 2005.
11. Entrevistado 1, entrevista individual gravada, 27 de novembro de 2014.
12. Entrevistado 2, entrevista individual gravada, 01 de dezembro de 2014.
13. Duarte, V. “O movimento de junho e as práticas políticas institucionais”. In: *Advir*, Rio de Janeiro, p. 111-122, dez. 2013.
14. Foucault, M. “Ética, sexualidade, política”. In: Foucault, M. *Ditos e escritos*, volume V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
15. Entrevistado 4, entrevista individual gravada, 14 de janeiro de 2014.

PANORAMA DAS PESQUISAS EM CIÊNCIA, SAÚDE E ESPIRITUALIDADE

*Alexander Moreira-Almeida
Giancarlo Lucchetti*

As relações conflituosas ou amistosas entre religião/espiritualidade (R/E) e ciência têm sido uma área de crescente interesse acadêmico e do público em geral. Frequentemente é reafirmado que R/E e ciência/razão são, necessariamente, incompatíveis, estando em um eterno e inevitável conflito. Muitas vezes também se assume ser impossível uma investigação científica da R/E. Ao longo do século XX foi muitas vezes predito que a R/E desapareceria com o avanço da ciência e da razão. No entanto, essas crenças têm sido questionadas por uma ampla gama de bons estudos recentes no tema (1). Investigações populacionais pelo mundo mostram que a R/E se modificou, mas permanece sendo importante para a maioria da humanidade. No Brasil, 95% dos brasileiros declaram ter religião, 83% consideram religião muito importante para suas vidas e 37% frequentam um serviço religioso pelo menos uma vez por semana (2). Ao contrário do que se imagina, o nível educacional, a renda e a raça não se associam de modo independente a indicadores de religiosidade. Em linha com o sincretismo brasileiro, 10% frequentam mais de uma religião (2).

Estudos históricos recentes de alta qualidade que investigaram fontes primárias têm mostrado, de modo convincente, que a ideia de um perene e inevitável conflito entre ciência e religião foi um mito histórico criado no final do século XIX. As relações entre R/E e ciência são muito mais complexas, interessantes e frequentemente positivas do que muitas vezes se assume. Entre os “fatos” que se mostraram mitos históricos estão: a Idade Média como uma período das trevas em que

se proibia a dissecação de cadáveres por razões religiosas e se acreditava que a Terra era plana, que Giordano Bruno foi morto por suas crenças científicas e que a revolução científica foi uma reação científica materialista antirreligiosa. Ao longo da história, pelo menos desde a Grécia antiga, a exploração filosófica e científica tem se mostrado intrincada de modo complexo com a R/E. Essas relações foram por vezes tensas, mas foram sobretudo neutras ou harmônicas, havendo apoio e estímulo a pesquisas por parte das crenças e instituições religiosas (1; 3). Por exemplo a ampla maioria dos fundadores da ciência moderna (p.ex.: Bacon, Descartes, Galileu, Kepler, Newton, Boyle) eram não apenas religiosos, como tinham motivações religiosas para promover a revolução científica e conduzirem suas pesquisas. Viam o estudo científico da natureza como uma via privilegiada para conhecer “a sabedoria e inteligência do criador” (4). Dentro de uma visão histórica mais ampla, a predominância da postura de conflito entre R/E e ciência parecer ser uma exceção histórica de um período, que vai do final do século XIX ao final do XX, em que houve um grande crescimento de investigações nessa área, que serão abordadas mais profundamente na seção seguinte.

Nesse contexto, a conceituação de religião e espiritualidade é de grande importância para essas pesquisas, proporcionando constantes debates. Para este artigo adotaremos as seguintes definições (5; 6): espiritualidade: relação com o sagrado, o transcendente (Deus, poder superior, realidade última). Referente ao domínio do espírito, à dimensão não material ou extrafísica da existência (Deus ou deuses, almas, anjos, demônios); religião: sistema organizado de crenças e práticas desenvolvidos para facilitar a proximidade com o transcendente. É o aspecto institucional da espiritualidade. Religiões são instituições organizadas em torno da ideia de espírito.

Nos estudos em R/E e saúde, são investigadas diversas dimensões. Em relação à espiritualidade pode-se avaliar o bem-estar religioso, estado de espiritualidade, experiências

espirituais diárias, necessidades espirituais, dentre outros. Já as dimensões de religiosidade mais comumente investigadas e habitualmente associadas a melhores indicadores de saúde são (7; 8): a) organizacional: frequência a serviços religiosos públicos como missas e cultos; b) privada: práticas privadas como orações e leituras religiosas; c) *coping* religioso: estratégias R/E utilizadas por uma pessoa para se adaptar a circunstâncias adversas ou estressantes de vida. O *coping* pode ser positivo ou negativo, conforme estiver associado a indicadores de melhor ou de pior saúde. Diversos estudos mostram que o *coping* religioso positivo é usado bem mais frequentemente que o negativo; d) orientação religiosa: pode ser intrínseca, onde as pessoas têm na religião seu bem maior, outras necessidades são vistas como de menor importância e colocadas em harmonia com sua crença religiosa. A orientação intrínseca está habitualmente associada à personalidade e estado mental saudáveis. Ou pode ser extrínseca, onde a religião é um meio utilizado para obter outros fins ou interesses, para obter segurança e consolo, sociabilidade e distração, status e auto-absolvição. Nesse caso, abraçar uma crença é uma forma de apoio ou obtenção de necessidades imediatas ou mais primárias. Como afirmou Gordon Allport, psicólogo de Harvard que criou essas categorias, enquanto na religiosidade intrínseca o indivíduo busca servir a Deus, na extrínseca ele busca ser servido por Ele (9).

PESQUISAS E CENÁRIO MUNDIAL EM SAÚDE E ESPIRITUALIDADE Nas últimas décadas, evidências científicas vêm corroborando com a influência da R/E em desfechos em saúde em geral. Em um levantamento bibliométrico recente do banco de artigos Pubmed (10), foram encontrados mais de 30 mil artigos publicados com os unitermos (*spiritual** ou *religio**) nos últimos 15 anos, sendo estimado que pelo menos 7 artigos novos sobre a temática são publicados por dia. Da mesma forma, Koenig (5) encontrou um grande crescimento nas publicações de artigos originais em R/E, sendo que apenas na última década (2000 a 2010) foram publicados mais artigos que antes do ano 2000.

Em relação às evidências científicas, as pesquisas sobre R/E evidenciam grande influência dessa dimensão na saúde física e mental dos indivíduos (5). No intuito de fazer um breve resumo sobre esse campo de pesquisa, optamos por colocar resultados de algumas revisões sistemáticas e meta-análises que compilaram as principais evidências (5; 11-19). A grande maioria dos estudos mostra que a R/E possui efei-

tos favoráveis nos desfechos em saúde, como melhor qualidade de vida, maior sobrevida, melhor saúde mental, maior preocupação com a própria saúde e menor prevalência de doenças em geral (5; 11). Entretanto, é necessário lembrar que a R/E pode também ser negativa e estar associada a piores desfechos (como pior saúde mental e maior mortalidade), principalmente se estiver associada a pensamentos punitivos (“Deus está me castigando”, “Deus não me ama”, dentre outros)(20). A identificação da forma com que o paciente utiliza sua R/E (positiva ou negativa) é essencial para a prática clínica do profissional de saúde (21).

Nota-se, ainda, que a maior parte dos estudos avalia temas relacionados a saúde mental e bem-estar, fato este já constatado por alguns autores que apontam que pelo menos 80% dos estudos publicados são dessa temática (5). As evidências nessa área contrastam a visão de alguns psiquiatras famosos do início do século XX que acreditavam que a religião estaria associada a neuroses (7). Os estudos apontam para menores prevalências de depressão, tentativas de suicídio, uso e abuso de substâncias, delinquência, estresse, ansiedade, dentre outros (21). Da mesma forma, estudos indicam maiores taxas de remissão em doenças psiquiátricas para pessoas com maiores crenças religiosas e espirituais e um grande número de estudos sustenta a evidência de que a R/E teria efeitos benéficos em medidas de bem-estar, como autoestima, esperança, felicidade e otimismo (5). Existem ainda evidências de que pessoas com maior R/E são mais cuidadosas com sua saúde e tendem a participar mais de rastreios e campanhas preventivas, além de geralmente adotarem comportamentos mais saudáveis (5).

Em relação a estudos na área de saúde física, as principais evidências estão relacionadas a menor mortalidade em pessoas com maiores níveis de R/E. De acordo com três revisões sistemáticas recentes, estima-se que essa redução possa ser de 18 a 25% (14; 15; 22) e que esse efeito seria comparável a outras intervenções em saúde (22). Entretanto, destaca-se que mesmo outras morbidades como hipertensão, acidentes vasculares encefálicos, síndromes demenciais, desfechos em cirurgias cardíacas e diabetes ainda apresentam mais resultados favoráveis que desfavoráveis (11).

Nos últimos anos existe uma preocupação dos autores na área em transpor os dados dos estudos observacionais para a prática clínica. Entretanto, ainda existem questionamentos quanto à aplicabilidade desses dados e às reais evidências

de intervenções que estimulem a dimensão espiritual ou religiosa (23). Revisões sistemáticas que avaliaram intervenções religiosas e espirituais tiveram resultados promissores como, por exemplo, menor ansiedade e menor depressão (em alguns contextos específicos)(17), menos dor, melhor funcionalidade (18) e melhor qualidade de vida em pacientes com câncer (19), reforçando o papel da R/E na prática clínica. Entretanto, apesar de já existir um grande número de estudos e evidências sobre a relação entre R/E e saúde, os mecanismos que seriam mediadores dessa associação ainda não são totalmente compreendidos. Apresentamos alguns dos possíveis mecanismos para os desfechos encontrados: pessoas com maiores níveis de R/E tiveram menores níveis de cortisol, de proteína C reativa e de fibrinogênio, maiores níveis e menores decréscimos de CD4 e carga viral em portadores do vírus HIV, maior controle autonômico (simpático e parassimpático) e menor reatividade pressórica (24).

Esses mecanismos parecem ser mediadores parciais da relação R/E e desfechos em saúde, sendo necessários mais estudos para uma maior compreensão dessa relação.

Com base nos achados das investigações em R/E e saúde, diversas instituições como a Associação Médica Americana e a Comissão Conjunta de Acreditação de Hospitais (JCAHO), dos Estados Unidos, reconhecem que a R/E deve ser levada em conta para uma boa prática clínica, interessada em uma avaliação global do paciente. Neste sentido, as associações mundial, americana, brasileira, alemã, britânica e sul-africana de psiquiatria, bem como a Associação Americana de Psicologia possuem seções específicas de R/E e ressaltam a importância de reconhecer e avaliar a R/E do paciente (21). Diversos centros universitários possuem grupos de pesquisa que investigam esse tema (como as universidades de Duke, Harvard, e de Johns Hopkins) e diversas escolas médicas internacionais trazem esse conteúdo em seu currículo (90% nos Estados Unidos e 59% na Grã-Bretanha) (25).

PANORAMA NO BRASIL E TRABALHO DO NUPES O Brasil tem se destacado no cenário internacional da pesquisa em R/E. Enquanto o país está em 13º lugar no ranking internacional de publicações na base Scopus (www.scimagojr.com), se destaca em 5º lugar nos artigos em medicina, psicologia e enfermagem com a temática R/E nos últimos cinco anos. Atrás apenas dos EUA, Reino Unido, Canadá e Austrália (conforme levantamento realizado pelos autores no dia 14 de outubro de 2015). A medicina aparece com mais artigos, 139, seguida

da enfermagem, 85, e psicologia, 44. As universidades com mais publicações foram USP, UFJF, Unifesp, UFSC, Unifenas, UFRGS, UFPB e UFC. Este interesse acadêmico brasileiro em R/E se reflete também no impacto de publicações na área. Um suplemento especial em espiritualidade e saúde publicado pela *Revista de Psiquiatria Clínica* em 2007 (26) já foi acessado mais de 330 mil vezes no SciELO (biblioteca eletrônica de revistas científicas), sendo o fascículo mais acessado dentre os publicados nos últimos dez anos.

Tem havido, também, um crescimento de cursos de graduação com disciplinas em R/E. Em um levantamento recente, 10.4% das escolas médicas brasileiras possuíam cursos eletivos ou obrigatórios de R/E e mais de 40% vinculavam esse conteúdo para a graduação (25). Dos diretores das escolas médicas brasileiras 54% acreditavam que esse assunto é importante para ser ensinado em faculdades de medicina (25). Uma vez que se trata de uma temática cuja abordagem costuma ser fortemente interdisciplinar, diversos grupos de pesquisa brasileiros têm reunido pesquisadores das mais diversas áreas. Nesse sentido, compartilhamos a experiência dos autores do presente artigo à frente do Núcleo de Pesquisas em Espiritualidade e Saúde da Faculdade de Medicina (Nupes) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Esse núcleo foi criado em 2006 e reúne pesquisadores da medicina, psicologia, neurociência, enfermagem, fisioterapia, história, filosofia e sociologia, sendo responsável por orientações de mestrado e doutorado nas áreas de medicina, saúde coletiva e psicologia. Basicamente atua em três linhas de pesquisa: Epidemiologia da Religiosidade e Saúde, Experiências Religiosas e Espirituais, História e Filosofia das Pesquisas sobre Espiritualidade (www.ufjf.br/nupes).

Recentemente, o Nupes, impulsionado pelo debate público sobre ciência e religião, que muitas vezes é tomado por posições extremadas (religiosos anticientíficos e cientistas antirreligiosos), que não refletem o melhor da discussão acadêmica na área, optou pela criação da TV Nupes, um canal bilíngue (inglês e português) no YouTube (www.youtube.com/nupesufjf) que, semanalmente, divulga vídeos curtos (3 a 5 minutos) com informações de qualidade e acessíveis ao público sobre pesquisas na interface ciência e R/E. Em pouco mais de um ano, já ultrapassou 90 mil visualizações em mais de 130 países. O principal objetivo desse canal é proporcionar uma maior divulgação dos debates acadêmicos de qualidade sobre as múltiplas, complexas e muitas vezes frutíferas inter-relações entre

ciência e religião, que podem auxiliar a melhorar o nível do entendimento público do tema.

Apesar de atualmente existir um robusto e consistente corpo de evidência sobre o impacto (habitualmente positivo, mas também, por vezes, negativo) sobre a saúde, ainda há vários desafios que se colocam como áreas prioritárias de investigação, podendo-se destacar (27): i) expandir os estudos para uma maior diversidade cultural e geográfica, já que a maioria deles foi realizada na América do Norte e Europa; ii) investigar os mecanismos pelos quais a R/E impacta a saúde; iii) desenvolver métodos eficazes e eticamente adequados para a integração da R/E na prática clínica e nas políticas públicas de prevenção e tratamento em saúde; iv) investigar as experiências espirituais, suas origens e diferenciação em relação aos transtornos mentais.

O Brasil tem se consolidado como um ator relevante nesse vasto campo de investigação e, graças à sua população com diversidade e altos níveis de R/E e um crescente número de pesquisadores bem treinados, tem condições de auxiliar de modo significativo na exploração dessa fascinante e desafiadora faceta da experiência humana.

Alexander Moreira-Almeida é professor associado de psiquiatria e diretor do Núcleo de Pesquisas em Espiritualidade e Saúde (Nupes) da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Coordenador das Seções de Espiritualidade e Psiquiatria da Associação Mundial de Psiquiatria e da Associação Brasileira de Psiquiatria. Email: alex.ma@ufjf.edu.br

Giancarlo Lucchetti é professor adjunto de geriatria e co-diretor do Nupes da Faculdade de Medicina da UFJF.

REFERÊNCIAS

- Numbers, R. L.. "Mitos e verdades em ciência e religião: uma perspectiva histórica". *Rev. Psiquiatr. Clín.*, vol.36. 2009.
- Moreira-Almeida, A.; Pinsky, I.; Zaleski, M.; Laranjeira, R. "Religious involvement and sociodemographic factors: a Brazilian national survey". *Rev. Psiquiatr. Clín.*, vol. 37, pp.12-15. 2010.
- Harrison, P. *The Cambridge companion to science and religion*. Cambridge University Press, 2010.
- Osler, M. In: *Galileo goes to jail and other myths about science and religion*, R. L. Numbers, Ed. Harvard University Press, 2009.
- Koenig, H.G. "Religion, spirituality, and health: the research and clinical implications". *ISRN Psychiatry*, 2012.
- Hufford, D.I. An analysis of the field of spirituality, religion and health (S/RH). Disponível em: www.metanexus.net/archive/templetonadvancedresearchprogram/pdf/TARP-Hufford.pdf
- Moreira-Almeida, A.; Stroppa, A. "Espiritualidade e saúde mental: o que as evidências mostram?". *Revista Debates em Psiquiatria* vol. 2, pp.34-41. 2012.
- Lucchetti, G.; Lucchetti, A. L.; Vallada, H. "Measuring spirituality and religiosity in clinical research: a systematic review of instruments available in the portuguese language". *São Paulo Medical Journal*, vol. 131, pp.112-122. 2013.
- Allport, G. W. "The religious context of prejudice". *J. Sci. Study Relig.*, Vol.5, pp.447-457. 1966.
- Lucchetti, G.; Lucchetti, A. L. "Spirituality, religion, and health: over the last 15 years of field research (1999-2013)". *Int. J. Psychiatry Med.*, vol. 48:199-215. 2014.
- Lucchese, F. A.; Koenig, H. G. "Religion, spirituality and cardiovascular disease: research, clinical implications, and opportunities in Brazil". *Revista Brasileira de Cirurgia Cardiovascular : órgão oficial da Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular*, vol.28, pp.103-128. 2013.
- Bai, M.; Lazenby, M. "A systematic review of associations between spiritual well-being and quality of life at the scale and factor levels in studies among patients with cancer". *J.Palliat. Med.*, vol. 18, pp.286-298. 2015.
- Sawatzky, R.; Ratner, P. A.; Chiu, L. "A meta-analysis of the relationship between spirituality and quality of life". *Social Indicators Research*, vol. 72, pp.153-188. 2005.
- Chida, Y.; Steptoe, A.; Powell, L. H. "Religiosity/spirituality and mortality". *Psychotherapy and Psychosomatics*, vol. 78, pp.81-90. 2009.
- McCullough, M. E.; Hoyt, W. T.; Larson, D. B.; Koenig, H. G.; Thoresen, C. "Religious involvement and mortality: a meta-analytic review". *Health Psychology*, vol.19, pp.211-222. 2000.
- Jim, H. S.; et al. "Religion, spirituality, and physical health in cancer patients: a meta-analysis". *Cancer*, vol.121 (21). 2015.
- Goncalves, J. P.; Lucchetti, G.; Menezes, P. R.; Vallada, H. "Religious and spiritual interventions in mental health care: a systematic review and meta-analysis of randomized controlled clinical trials". *Psychological Medicine*, pp.1-13. 2015.
- Oh, P. J.; Kim, Y. H. "Meta-analysis of spiritual intervention studies on biological, psychological, and spiritual outcomes". *J. Korean Acad. Nurs.*, vol. 42, pp.833-842. 2012.
- Kruizinga, R.; Hartog, I. D.; Jacobs, M.; Daams, J. G.; Scherer-Rath, M.; Schilderman, J. B.; Sprangers, M. A.; Van Laarhoven, H. W. "The effect of spiritual interventions addressing existential themes using a narrative approach on quality of life of cancer patients: a systematic review and meta-analysis". *Psycho-oncology*, 2015.
- Pargament, K. I.; Koenig, H.G.; Tarakeshwar, N.; Hahn, J. "Religious struggle as a predictor of mortality among medically ill elderly patients: a 2-year longitudinal study". *Archives of Internal Medicine*, vol. 161, pp.1881-1885. 2001.
- Moreira-Almeida, A.; Koenig, H.G.; Lucchetti, G. "Clinical implications of spirituality to mental health: review of evidence and practical guidelines". *Rev. Bras. Psiq.*, vol. 36, pp.176-182. 2014.
- Lucchetti, G.; Lucchetti, A. L.; Koenig, H. G. "Impact of spirituality/religiosity on mortality: comparison with other health interventions". *Explore*, vol.7, pp. 234-238. 2011.
- Sloan, R. P.; Bagiella, E.; Powell, T. "Religion, spirituality, and medicine". *Lancet*, vol. 353, pp.664-667. 1999.
- Lucchetti, G.; Granero, A.L.; Bassi, R.M.; Latorraca, R.; Nacif, S.A. P. "Espiritualidade na prática clínica: o que o clínico deve saber?". *Rev. Bras. Clin. Med.*, vol.8 (2), pp.154-158. 2010.
- Lucchetti, G.; Lucchetti, A. L.; Espinha, D. C.; Oliveira, L. R. de; Leite, J. R.; Koenig, H. G. "Spirituality and health in the curricula of medical schools in Brazil". *BMC Medical Education*, vol. 12, 78. 2012.
- Moreira-Almeida, A. "Espiritualidade e saúde: passado e futuro de uma relação controversa e desafiadora". *Rev. Psiquiatr. Clín.*, vol. 34, pp.3-4. 2007.
- Moreira-Almeida, A. "Religion and health: the more we know the more we need to know". *World Psychiatry (WPA)*, vol. 12, pp.37-38. 2013.

AUDIOVISUAL

O NOVO CINEMA DE PERNAMBUCO

Um rápido olhar pela produção cinematográfica pernambucana atual revela panorama diversificado, com nomes já consolidados como Cláudio Assis, Adelina Pontual e Lírío Ferreira, e diretores estreantes com trabalhos sendo muito bem recebidos pela crítica, como os premiados *O som ao redor* (2012), de Kleber Mendonça Filho; *Tatuagem* (2013), de Hilton Lacerda e *Boi Neon* (2015), de Gabriel Mascaro. O movimento, que tem sido chamado de Novo Cinema Pernambucano, é resultado de uma combinação de fatores entre eles políticas públicas estaduais de incentivo à produção, com a aprovação de leis que tornaram o audiovisual uma política de Estado, e a mobilização coletiva dos produtores, em intenso diálogo entre si e com os representantes governamentais. O exemplo de Pernambuco sugere que a consolidação e ampliação desses elementos criariam condições para que o momento atual não seja apenas um ciclo passageiro, mas o ponto de partida para uma trajetória de continuidade na produção audiovisual em Pernambuco, que pode, inclusive, ser repetida em outros lugares.

CICLOS A história do cinema pernambucano é, em geral, retratada pela presença de três grandes ciclos. O primeiro, de Recife (1923-1931), ocorreu em paralelo com outros ci-



Cena do filme *Rio Doce/CDU* (2013), de Adelina Pontual

clos regionais de cinema mudo e produziu 13 filmes de ficção. Depois, na década de 1970 ocorre o ciclo do Super-8 e, mais recentemente, a partir de 1980 temos a grande retomada do cinema pernambucano. No entanto, como aponta Arthur Autran no artigo “A noção de ‘ciclo regional’ na historiografia do cinema brasileiro”, a concepção de ciclos pode transmitir a falsa ideia de períodos de interrupção na produção cinematográfica, quando, na verdade, existe uma produção contínua de filmes de não ficção e de outros formatos, que gera experiências e referências que atravessam esses períodos de maior visibilidade. São essas referências que embalam o movimento que deu origem à retomada do cinema pernambucano, na década de 1980. O professor do programa de pós-graduação em imagem e som da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Samuel Paiva, que participou ativamente desse

período, aponta que o embrião da retomada está nas atividades de grupos que desejavam misturar influências do passado com experimentações. Essas ideias foram difundidas pelo grupo Vanretrô, nome inspirado nas palavras “vanguarda” e “retrógrada”, que reunia estudantes da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), entre eles Lírío Ferreira, Adelina Pontual, Samuel Paiva e Paulo Caldas. Outra iniciativa aconteceu na Universidade Católica de Pernambuco, onde um grupo de estudantes de jornalismo fundou o cineclube Jurando Vingar. Neste grupo estava Marcelo Gomes, que mais tarde dirigiria *Madame Satã* (2002) e *Cinema, aspirinas e urubus* (2005). O nome do cineclube reverenciava o filme homônimo de Ary Severo, de 1925, um dos principais expoentes do ciclo de Recife. A movimentação cultural da década de 1980 não se refletiu em uma produção consistente de filmes, pois

a vontade de produzir esbarrava na grande dificuldade de acesso a verbas. A principal via de financiamento nacional da época era a estatal Embrafilme. A empresa, no entanto, entrou em crise na década de 1980 devido a conflitos internos e à crise econômica do país e, após 21 anos de atividade, foi fechada em 1990 pelo presidente Fernando Collor de Mello, resultando em uma crise geral no cinema brasileiro, que só voltaria a se recuperar a partir a implementação de mecanismos de incentivos públicos indiretos, como a Lei Rouanet, em 1991, e a Lei do Audiovisual, em 1993. Porém, antes do fechamento da Embrafilme, o grupo Vanretrô conseguiu finalizar o curta-metragem *Padre Henrique – um crime político* (1987), projeto do então estudante de economia na UFPE, Cláudio Assis.

RETOMADA A chamada fase de “retomada” do cinema pernambucano confunde-se com a “retomada” do cinema brasileiro. Enquanto o marco nacional dessa fase é o filme *Carlota Joaquina: princesa do Brasil* (1995), de Carla Camurati, o do cinema pernambucano é o filme *Baile perfumado* (1997), de Lírío Ferreira e Paulo Caldas, ambos financiados pelo Prêmio Resgate do Cinema Brasileiro. Muitos dos integrantes do Vanretrô participaram da produção do filme, que foi lançado no Festival de Brasília, em 1996, e ganhou, entre outros, o prêmio de Melhor Filme do Júri Oficial.

A recuperação do cinema nacional foi particularmente frutífera em Pernambuco, cujas produções alcançaram prestígio nacional e internacional. Alguns exemplos são os filmes *O*

rap do pequeno príncipe contra as almas sebosas (Paulo Caldas e Marcelo Luna, 2000); *Amarelo manga* (Cláudio Assis, 2003); *Cinema, aspirinas e urubus* (Marcelo Gomes, 2005); *Árido movie* (Lírío Ferreira, 2005); *Baixio das bestas* (Cláudio Assis, 2006); *Deserto feliz* (Paulo Caldas, 2007); *Viajo porque preciso, volto porque te amo* (Karim Ainouz e Marcelo Gomes, 2009), entre outros.

Com o cenário favorável, pequenas produtoras, como a Símio Filmes e a Trincheira Filmes têm lançado filmes de boa repercussão. Alguns exemplos são *Amigos de risco* (Daniel Bandeira, 2007); *Pacific* (Marcelo Pedroso, 2009); *Um lugar ao sol* (Gabriel Mascaro, 2009); *Eles voltam* (Marcelo Lordello, 2012), uma produção que se beneficia do barateamento de cursos via novas tecnologias digitais, novas formas de incentivo como o *crowdfunding* e a possibilidade de di-

vulgação, distribuição e exibição de filmes em plataformas online.

POLÍTICA DE AUDIOVISUAL Uma série de mecanismos de financiamento ajudou a consolidar o novo cinema pernambucano. A prefeitura de Recife, por exemplo, criou o Sistema de Incentivo à Cultura (SIC), que funciona por meio de renúncia fiscal e teve o último edital publicado em 2012. No âmbito dos mecanismos estaduais, o principal recurso é o Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura, o Funcultura, instaurado em 2002. O fundo recebe recursos da arrecadação do ICMS e, por meio de editais de seleção pública, contempla e financia diretamente projetos artísticos e culturais. Em 2007 também foi criado um edital próprio para o setor, o Funcultura Audiovisual, e em 2013 foi estabelecido um montante mínimo anual para o fundo, no valor de R\$ 33,5 milhões, divididos em R\$ 11,5 milhões para o setor audiovisual, e R\$ 22 milhões para as demais áreas. Em 2011, o fundo incorporou, dentro da categoria de curta-metragem, o prêmio de roteiros Ary Severo/Firmo Neto, criado em 1999. Esses editais estaduais viabilizam tanto a produção de filmes de menor orçamento, realizados integralmente com essa verba, como de produções maiores, que combinam o montante desse edital com o de outros editais nacionais, como os da Ancine, Petrobras e BNDES. Além disso, Pernambuco também é o primeiro estado a ter uma lei do audiovisual. A Lei 15.307, de 2014, fez com que o setor passasse a ter uma política de Estado imune às trocas de gestão. A lei também criou o Conselho Consultivo do Audiovisu-



Cartaz do filme *Boi Neon* (2015), de Gabriel Mascaro, grande vencedor do Festival de Cinema do Rio de 2015

PROTAGONISMO FEMININO

A despeito dos benefícios, a “brodagem” já foi criticada por restringir a participação feminina nas produções, especialmente na direção. “A questão do protagonismo masculino perpassa toda a história do cinema mundial. No cinema pernambucano não é diferente”, afirma a cineasta Adelina Pontual. Ela lembra que no Ciclo do Super-8 o único nome feminino de destaque era o da realizadora Kátia Mesel que, por sinal, continua produzindo. “A minha geração, que começou a participar de projetos cinematográficos no final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, está desenhando um cenário diferente”, acredita a diretora. Além dela, o cinema de Pernambuco tem roteiristas, produtoras, técnicas de som e na fotografia. “Se analisarmos por este prisma, fomos até inovadores: fotografia e som, até hoje, são searas bastante restritas para as mulheres”, finaliza.

al, que viabiliza a participação efetiva da sociedade civil na formulação de políticas públicas para o setor. O estado também mantém interessantes iniciativas visando à formação de público para o cinema de arte e o cinema nacional, como as ações da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), vinculada ao Ministério da Educação, que já abrigou diversos cineclubes e

mostras. Em 1998, a Fundaj inaugurou o Cinema da Fundação, cuja programação é feita pelo cineasta Kleber Mendonça Filho e pelo jornalista Luiz Joaquim. Entre outras ações, o espaço exibe filmes que dificilmente entrariam no circuito comercial. O Cinema São Luiz, cujo prédio foi tombado pela Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural de Pernambuco em 2008, também adotou uma programação de filmes de fora do circuito comercial, com ingressos a preços mais acessíveis. Além disso, Pernambuco ainda abriga importantes festivais de cinema, que contribuem para a divulgação e exibição de filmes, tais como o Cine-PE, já em sua 19ª edição, e o Janela Internacional de Cinema de Recife, que completou sete edições em 2015.

BRODAGEM Outro diferencial do cinema pernambucano é a chamada “brodagem” (“brother” e “camaradagem”), uma maneira de fazer filmes de forma colaborativa, acionando redes de amigos e conhecidos para viabilizar as produções. Longe dos grandes centros, com falta de infraestrutura técnica, pouca mão de obra qualificada e trabalhando com baixos orçamentos, a “brodagem” é uma importante estratégia para driblar as dificuldades. Para a diretora Adelina Pontual essa é uma das principais características do cinema pernambucano. “Existe esta mobilização grande em torno das produções. Os amigos se ajudam para concretizar os projetos, intercambiando funções, mobilizando esforços, às vezes até trabalhando com cachês simbólicos”, conta.

Paula Gomes

ESPORTES

SOMOS TODOS INDÍGENAS

De acordo com dados da Fundação Nacional do Índio (Funai), o estado do Tocantins tem uma população aproximada de 10 mil indígenas. Krahô, Krahô Canela, Karajá, Karajá Xambioá, Apinajé, Xerente e Javaé são algumas das etnias distribuídas em mais de 82 aldeias. Entre 19 de novembro e 1º de dezembro de 2015, no entanto, essa população se multiplicou. A capital de Tocantins, Palmas, recebeu a 1ª edição dos Jogos Mundiais Indígenas, que teve como lema “Agora somos todos indígenas”. Segundo o Ministério do Esporte, 104 mil estiveram nos jogos, injetando R\$ 2,5 milhões na economia do estado. A programação foi intensa com a participação de 24 etnias brasileiras, 23 delegações de outros países. 1129 atletas indígenas nacionais e 566 internacionais. 250 pessoas participaram dos jogos como voluntários e 300 jornalistas nacionais e de outros países fizeram a cobertura do evento. Os Jogos Mundiais Indígenas foram patrocinados pelas Nações Unidas e pelo Ministério do Esporte e coordenados pelo Comitê Intertribal, Memória e Ciência Indígena e pela prefeitura da cidade de Palmas. A programação foi dividida em jogos de integração, com atividades tradicionais praticadas pelos povos indígenas brasileiros como arco e flecha e arremesso de lança; jogos de demonstração, aqueles específicos de determinada etnia como a corrida com toras, jogo de bola com a cabeça, peteca entre outros; e, final-



**Mais do que uma
competição, os
Jogos Indígenas são
uma celebração**

mente os jogos ocidentais, com esportes incorporados pela cultura indígena como o futebol, corrida e o cabo de força. Os jogos indígenas não foram concebidos como uma competição tradicional, mas como celebração, uma festa ritual em que as identidades culturais de todas as etnias presentes devem estar representadas. Mais do que um evento esportivo, o objetivo dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas é valorizar a cultura indígena, proporcionar a troca de valores e de experiências entre os povos de várias nações. Nesse sentido, segundo Marcos Terena, organizador e idealizador dos jogos, esses objetivos foram atingidos.



ALÉM DOS JOGOS Os jogos tiveram início com a cerimônia de acendimento do fogo sagrado na Praça dos Girassóis, no centro de Palmas, exatamente após o pôr do sol. Além dos jogos propriamente ditos, o evento proporcionou um grande encontro cultural com apresentações de música e danças, exposições e comércio de artesanato indígena. Na feira da agricultura familiar indígena aconteceu

PEC 215

No dia 28 de novembro, cerca de 100 índios interromperam as competições na Arena Verde para protestar contra a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215 na comissão especial da Câmara dos Deputados. Os cartazes contra a PEC estavam na arena dos Jogos e nas arquibancadas. Alguns índios pintaram seus corpos com frases de repúdio à proposta. A PEC 215 altera as regras para a demarcação de terras indígenas, de remanescentes de comunidades quilombolas e de reservas. Pelo projeto, o Congresso Nacional passa a dar a palavra final sobre o tema. O texto proíbe ainda a ampliação de terras indígenas já demarcadas e prevê a indenização de proprietários inseridos nas áreas demarcadas, ainda que em faixa de fronteira. A manifestação durou cerca de 20 minutos e foi pacífica.

a apresentação e troca de sementes e alimentos oriundos de terras indígenas. Com acesso livre à internet, a Oca Digital ofereceu minicursos na área de tecnologia de informação. Diversos livros com temática indígena foram lançados nesse espaço. Paralelamente aos jogos aconteceu o Fórum Social dos Jogos Mundiais Indígenas que teve como tema “sustentabilidade e mudanças climáticas”. Foi consenso entre os líderes das comunidades indígenas brasileiras a necessidade de representação no Congresso Nacional. Os resultados dos debates sobre desmatamento, escassez de água e demarcação de territórios foram resumidos na Declaração dos Povos Indígenas para a Conferência sobre Mudanças Climáticas (COP 21), realizada em Paris, em dezembro de 2015.

A realização dos jogos indígenas em Palmas beneficiou a cidade com infraestrutura esportiva construída especialmente para a realização do evento. É importante mencionar a troca de experiências entre a população local e as diversas comunidades indígenas que participaram do evento. O maior legado, no entanto, foi a grande visibilidade que essas comunidades, no Brasil e do mundo, conseguiram ao longo dos jogos. Os próximos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas serão realizados no Canadá, em 2017, sob a coordenação dos Cree, maior comunidade indígena daquele país em termos numéricos. Também ficou decidido que o evento internacional será realizado a cada dois anos e o Conselho Mundial dos Jogos Indígenas terá sede no Brasil.

Vera Regina Toledo Camargo



Reprodução

Agatha Christie é uma das escritoras mais populares do mundo

LITERATURA

40 ANOS SEM AGATHA CHRISTIE

É impensável falar de romance policial, mistério e suspense e não citar a inglesa Agatha Mary Clarisse Muller, ou simplesmente Agatha Christie. O mês de janeiro de 2016 marca quarenta anos de ausência da escritora de romances policiais mais traduzida no mundo. Em 12 de janeiro de 1976, ela se despediu, aos 85 anos, deixando órfãos seus leitores em todo o mundo, mas marcando definitivamente seu nome na literatura universal.

Autora de quase 100 obras, entre peças de teatro, romances policiais e contos, Agatha Christie nos presenteou com pelo menos cinco detetives, dos quais se destacam Hercule Poirot, inspirado em

um refugiado belga, arrogante e metuculo, com suas famosas “células cinzentas” e miss Jane Marple, solteirona de uma cidadezinha chamada St. Mary Mead, atenta às conversas, curiosa sobre a vida alheia e com uma percepção apurada dos relacionamentos humanos. Para alguns miss Marple seria, na verdade, o alter-ego de Agatha Christie. Diferentes e encantadores, os dois detetives nunca se encontraram nos livros da escritora.

Estreou como autora em 1920 com o livro *O misterioso caso de Styles*, anteriormente recusado por vários editores. O último trabalho foi *Cai o pano*, de 1975, que marcou a despedida de Hercule Poirot. Entre os livros mais aclamados da autora inglesa estão *O assassinato de Roger Ackroyd* (1926), *O caso dos 10 negrinhos* (1939) e *Assassinato no Expresso do Oriente* (1939), sendo que os dois últimos foram adaptados para filmes, em 1945 e 1974, respectivamente. Outros livros duplamente empolgantes são: *Encontro marcado com a morte* (1938); *A mão misteriosa* (1942); *Cem gramas de centeio* (1953) e *A testemunha ocular do crime* (1957). Inspirada por outros escritores clássicos ingleses, como William Shakespeare e Arthur Conan Doyle, boa parte dos cenários de

suas histórias são os sobrados, bosques e estações de trens ingleses. Os enredos revelam uma boa química que tem como ingredientes relacionamentos familiares conflitantes, doses de humor e sarcasmo, reviravoltas surpreendentes, mortes inusitadas, uma narrativa dinâmica e desfechos criativos. Escreveu, também, peças de teatro de sucesso como *A ratoeira* e *Testemunha de acusação*. Esta última virou filme, em 1957, com Marlene Dietrich e Tyrone Power nos papéis principais, sendo considerado por Christie a melhor adaptação de sua obra para cinema.

VIAGENS E HISTÓRIAS De mãe inglesa e pai norte-americano, Agatha casou-se duas vezes. Herdou o sobrenome Christie do primeiro marido, mas foi com Max Edgar Lucien Mallowan, um arqueólogo dez anos mais jovem, que permaneceu até o fim dos dias. A vida com Mallowan lhe rendeu viagens pelo mundo e cenários exóticos para seus livros. Seu trabalho como enfermeira voluntária na Cruz Vermelha durante a Primeira Guerra Mundial lhe proporcionou grandes conhecimentos sobre medicamentos e venenos, seu método favorito para matar seus personagens, muitas vezes tão verossímeis que se tem a impressão de poder encontrá-los em uma esquina qualquer, encostados em Ford Bigode tomando xerez. Segundo a escritora, suas histórias nasciam ao acaso, da observação cotidiana, e o processo de criação deveria ser tão interessante quanto o próprio resultado que revela sempre, em cada história – com suas particularidades, ambiente e motivações únicos – uma habilidade de seduzir e surpreender.



Os livros de Agatha Christie foram traduzidos para mais de 100 idiomas

Esdras Matheus Magadan

TELEVISÃO

FEBRE CULINÁRIA

Pegue uma porção de entretenimento, carregue nas imagens de comidas deliciosas, coloque uma pitada de drama, misture tudo e você tem uma receita de sucesso para um programa de televisão. Os programas de culinária viraram uma verdadeira febre no Brasil e atraem cada vez mais pessoas, dos perfis mais variados. Programas dedicados a ensinar receitas são tão antigos quanto a própria televisão. Mas hoje em dia eles mudaram seu formato e são garantia de sucesso de espectadores. Segundo levantamento feito pelo Ibope em 2014, em mais de 70 canais abertos e pagos, há 67 programas de culinária sendo veiculados na televisão brasileira. Existe até um canal exclusivamente dedicado a eles, o ChefTV, primeiro canal 100% gastronômico do país, no ar desde 2011. O perfil do público desses programas é variado, indo dos apaixonados pela gastronomia aos cozinheiros de final de semana, passando por aqueles que buscam novas ideias para o cardápio do dia a dia, pessoas sem tempo na agenda que querem fugir da comida congelada ou semipronta ou aqueles preocupados com a dieta que buscam alternativas mais saudáveis. Afinal, a culinária envolve afetos. Os atos de cozinhar e de comer ainda são capazes de reunir a família ao redor da mesa ou mesmo em frente à televisão. “Acredito que a gente viva um paradoxo, especialmente nas gran-



Programas de culinária são febre no Brasil, atraindo cada vez mais pessoas, dos perfis mais variados

des cidades, onde não temos tempo para mais nada: nunca cozinhamos tão pouco e, no entanto, nunca fomos tão aficionados pela cozinha!”, aponta a jornalista especializada em gastronomia e alimentação Luciana Mastroso Bueno de Souza, autora do livro *Pingado e pão na chapa – histórias e receitas de café da manhã* (editora Memória Visual).

EVOLUÇÃO GASTRONÔMICA As primeiras receitas de culinária na televisão brasileira foram ao ar em 1958 em um quadro no programa *Revista feminina*, da TV Tupi, comandado por Ofélia Ramos Anunciato. Depois de 10 anos à frente do quadro, a apresentadora transferiu-se para a TV Bandeirantes e passou a apresentar o *Cozinha maravilhosa de Ofélia*, que ficou mais de 30 anos no ar e até hoje é referência em programas de culinária. Por muito tempo, os programas de culinária seguiram o modelo do programa de Ofélia: uma senhora sorridente dando o passo a passo da

receita ao lado do fogão, para um público essencialmente feminino. Hoje isso mudou – e muito! “De relegados a segundo plano, focados em um público muito específico de donas de casa, passamos para uma explosão de programas culinários nos mais diferentes formatos. Ainda cabe a cozinha do dia a dia, mas nos vemos fascinados pelo trabalho dos grandes chefs, a rotina extenuante das cozinhas profissionais, o mergulho no universo da gastronomia por meio de outros olhares”, diz Souza. Há programas que apostam no cardápio rápido, outros na sofisticação dos pratos do dia a dia, outros dedicados apenas à comida saudável, os exclusivos para receitas doces. Temos ainda atrações em que o apresentador degusta as mais variadas receitas viajando por países exóticos ou mesmo pelo interior do país, como o *Viagem gastronômica* (GNT) e o *Receita de viagem com Bel Coelho* (TLC). Outros preferem ensinar receitas em suas próprias e aconchegantes cozinhas, como *Nigellissima* (GNT), *Diário*

de Olivier (GNT) e *Que Maravilha!* (GNT). Há programas apresentados por crianças, como o *Tem criança na cozinha* (Gloob), e por modelos e atores, como *Tempero de família* (GNT) e *Receitas de Carolina* (GNT).

REALIDADE E FICÇÃO Um filão que vem ganhando cada vez mais espaço são os *reality shows* e as competições culinárias. *Cake boss* (TLC), um dos mais conhecidos, mostra o cotidiano da confeitaria liderada por Buddy Valastro, os desafios dos mais inusitados pedidos de bolo e sua vida em família. O sucesso foi tanto que Buddy Valastro ganhou mais dois programas: *Kitchen boss* e *Next great baker*. Já o *Cozinha sobre pressão* (SBT) une os dois mundos – *reality show* e competição – mostrando a realidade do serviço de jantar de grandes restaurantes e a disputa entre chefs profissionais de todo o país.

Entre os programas de competição, a franquia *MasterChef* (Band) é a de maior sucesso. O programa foi cria-



do em 1990, no Reino Unido, e em 2005 passou a ser exibido em mais de 40 países, em diferentes versões, como o *Junior MasterChef*, onde os competidores são crianças, e o *Celebrity MasterChef*, com famosos na disputa. O programa ganhou sua versão brasileira em 2014. Seu maior concorrente é o programa *Top chef* (Sony) e a principal diferença entre os dois programas é que o primeiro mostra a disputa entre amadores e o segundo entre profissionais. *Top chef* já foi produzido em nove países e também teve adaptações, como *Top chef: masters*, em que os competidores são chefs premiados, e *Top chef: just desserts*, dedicado exclusivamente à confeitaria. “Atualmente, comer deixou de ser apenas uma fonte de nutrição ou uma refeição saborosa para se tornar algo próximo do mundo das celebridades, dos grandes shows”, explica Souza. “É uma busca por prazer, por entrosamento, pela identificação com algo maior: cultura, profissão, sabores, uma forma de ampliar as experiências do cotidiano por meio da alimentação”.

MUDANÇA DE HÁBITOS Essa enxurrada de programas culinários aponta um interesse maior da sociedade pela alimentação. “Sem dúvida ele expressa um deslocamento do interesse da es-

fera do ‘quanto se come’ para a ‘qualidade do que se come’. Esse fenômeno é notável nos últimos 30 anos e tem várias razões, sendo uma delas a perda da confiança cega na indústria da alimentação, especialmente depois da crise da ‘vaca louca’ na Europa”, explica o sociólogo Carlos Alberto Dória, pesquisador de sociologia da alimentação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e autor dos livros *A culinária materialista: a construção racional do alimento e do prazer gastronômico* (Editora Senac) e *Formação da culinária brasileira: escritos sobre a cozinha inzoneira* (Três Estrelas).

Muitos programas de culinária incentivam uma alimentação mais saudável, utilizam alimentos frescos, colhidos diretos da horta, sugerem trocar ingredientes industrializados por outros mais saudáveis e até mesmo dão dicas de nutrição. Isso pode contribuir para que o público se preocupe mais com sua alimentação. “Acredito que esses programas possam ajudar,

sim, a mudar algo nos hábitos alimentares de quem assiste. Mas eles funcionam como a influência de uma novela, ou de um filme: atuam no campo da inspiração. Se uma pessoa está aprendendo a cozinhar, adquirindo técnicas básicas para se alimentar com mais sabor e qualidade, penso que esses programas podem ajudar—e muito—como uma influência muito positiva”, afirma Dória.

Mas essa relação não é direta nem determinante. É importante ter em mente que o papel principal dos programas de culinária é entreter e não educar. “Educar para o ‘saúdável’ é bem mais do que uma questão publicitária e exige coragem para tocar nas questões reais, que realmente importam na discussão sobre o futuro. Tome o exemplo dos transgênicos, dos herbicidas, dos hormônios que envenenam nossa alimentação. Nada disso esses programas discutem”, enfatiza Dória.

Chris Bueno

MULHER NA COZINHA

Um ponto positivo que esses programas trouxeram foi a mudança da visão do papel da mulher. As apresentadoras são nutricionistas, chefs profissionais, executivas e também modelos e atrizes. E também não falam mais para um público exclusivamente feminino, formado por donas de casa preocupadas em alimentar sua família. Há ainda uma mensagem de que cozinhar não é uma obrigação inerente ao sexo feminino, mas uma escolha e um prazer. Uma das maiores representantes do empoderamento das mulheres na cozinha é a cozinheira britânica Nigella Lawson, que deu o que falar ao acrescentar uma pitada de sensualidade em suas receitas. Apesar de ter sido muito criticada por explorar sua sexualidade, Nigella contribuiu para a defesa da alimentação sem culpa, numa época em que as mulheres são bombardeadas com modelos inatingíveis de beleza e vivem sobre a pressão de serem eternamente jovens e magras.

B R U N A P I A N T I N O

A CAPACIDADE DE INICIATIVA CF. O CÉU

na escuridão
nada se via
as botas encharcadas
entre as encostas do mar
e os charcos da planície

o vulto
do cavalo
que teria ganas de te possuir
como todos os homens da vila

a aparição do cachorro
que te lambia a mão
para dizer: não estás sozinha
venha que eu te mostro o caminho

e chovia

ASSOCIAÇÃO

certa vez em Ponto Chique
num hotel à beira do São Francisco
conheci um vendedor de parafusos
que conhecia 679 dos
853 municípios mineiros

depois conheci um vendedor
de queijos
da região do Serro
no aniversário de um amigo
que fez uma foto minha no Carnaval
e assim nos conhecemos

CONFUSÃO DO ESPÍRITO DA JUVENTUDE

chorar faz bem à saúde
tempo frio
que acalma a memória
fazendo verter nos olhos
da criança
a frescura do orvalho
e nos olhos da cadela
a doçura
travestida em cheiro, pó, pintas
e postes

massagem cardíaca
interna
l'algarabía é uma
alegria epidérmica
entre chás e rosas
um rio
com pretensões de mar continental
pilado
com pistilo de porcelana

OLHAR PARA O ALTO

Buk Bukowski
nas pregas
da loucura e da civilização
devido a condições meteorológicas
o aeroporto
de Montevideo is closed

.
um pouco de nada
era exatamente o que eu precisava
recuperar o sorriso do tamanho
das tuas covas
esse fundo sem fundo
da realidade do mundo
quem nunca levou
uma mochila como mala?
dentro do mesmo disfarce
incorporar
surfista e paraquedista

com as pestanas cheias
de pequenas estrelas eis que urge
no índigo *blue*
la luna piena
que se reveza
por trás
e por cima
del Teatro Solís

O TEMPO DO CONFLITO

paquiderme
à sombra da acácia
recém-abatido
posa para câmara
.
..
alguns modos de se matar
um elefante
.
1|6
pela mira de Ernest
Hemingway's .577
nitro express double
barreled
on Safari in Africa
in 1953
.
2|6
10 homens esqueléticos
arremessam lanças
arrancadas pela tromba
até que o sangue se esvaia
.
3|6
50 homens a cavalo
falando árabe
abatem a granadas
89 elefantes
33 em período lácteo,
15 filhotes
.
4|6
1 helicóptero
aparelhos de visão noturna

silenciadores da caça
furtiva
os elefantes nunca
esquecem
.
5|6
mina antitanque, mina
AT
pressão mínima
150 kg no disparo
autorizada pelo tratado de
Ottawa
utilizada no Zimbabwe,
séc. XXI
.
6|6
cianureto
em poços d'água
mortes indiretas no micro-
habitat
efeito de até quarta
geração
.
..
..
troféu
.
*black market, white
material
two thousand dollars per kg*
.
..
verificação
.

visualização de banda de
Hunter-Schreger
presença de grãos e padrões
linhas retas e
entrecruzadas
ângulos em formato V
superiores a 90°
pouca variação de
tonalidade
.
..
antropologismo
.
xadrez | selo japonês |
bola de bilhar |
tecla de piano | escultura
sacra | joia rara
.
..
toneladas de refugio
.
festa no céu *inter alia* de
hienas | abutres |
moscas | larvas | minhocas
| lesmas | vermes |
escaravelhos | pequenos
insetos | fungos |
bactérias | microrganismos

Bruna Piantino é autora dos livros de poesia Breus, Bastão e Biscuit 9/6, e do livro infantojuvenil O siri e a sombrinha. Participou como convidada nas antologias de autores de língua portuguesa O achamento de Portugal e Portuguesa. Roteirista de Meredith, Acroama e Moths. Realizadora dos vídeos 448 e Ming Jai. Os poemas abaixo foram retirados da obra Biscuit 9/6.

Artigos Ensaaios

<http://cienciaecultura.bvs.br>
cienciaecultura@sbpcnet.org.br

A seção **Artigos & Ensaaios** da revista *Ciência e Cultura* possui quatro páginas destinadas a atender demandas espontâneas da comunidade científica que não se encaixem dentro do Núcleo Temático de cada número. A seção abriga textos com uma reflexão sobre temas da atualidade científica e de interesse da sociedade como um todo, nas grandes áreas do conhecimento.

A formatação dos artigos deverá seguir as **normas** publicadas abaixo. Os textos serão avaliados e sua publicação seguirá agenda de interesse editorial da revista. Não é recomendada a submissão de artigos e ensaios de interesse exclusivo de grupos de especialistas ou que tenham sido anteriormente publicados, em veículos da comunidade científica ou mídia em geral.

NORMAS

SEÇÃO ARTIGOS & ENSAIOS Possui 4 páginas, destinadas a um texto de 17,5 mil caracteres com espaçamento (sem imagens) ou 16 mil (com até 3 imagens).

FORMATO Cada artigo terá o máximo de 3 gráficos, tabelas ou imagens, considerados fundamentais para a ilustração e melhor entendimento do texto. Esse material deve ser enviado em arquivo separado e com antecedência, para sua confecção e checagem junto ao articulista. O envio de número superior a esse deverá oferecer a opção de escolha para a edição, se houver necessidade de corte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS As citações e referências serão indexadas numericamente no texto, em ordem crescente, e aparecerão no final do artigo, sob o título **Notas e Referências**, se ambas ocorrerem; ou **Notas, ou Referências**, se apenas uma das duas ocorrer. Existe, ainda, a opção **Bibliografia consultada**, sem citações referenciadas e numeradas ao longo do texto.

RODAPÉ Notas de rodapé não são utilizadas.

CRÉDITO A assinatura do articulista virá logo abaixo do título e suas qualificações – que devem ser encaminhadas **sempre** no corpo do texto e não exceder cinco linhas – serão editadas ao final. Modelo: *José da Silva é biólogo, professor titular do Instituto de Bioquímica da Universidade de São Paulo (USP) e presidente do Centro de Pesquisa em Biologia Molecular do Instituto XYZ.*

PRAZOS Os textos serão avaliados por membros do conselho editorial da revista. A qualidade de texto, informação e pertinência dos artigos e ensaios são essenciais para a sua aprovação. Uma vez aprovados, os textos serão publicados de acordo com a relevância e urgência dos temas

abordados. Depois de aprovados, os textos passarão por um processo de revisão editorial e reenviados para checagem dos autores, que deverão devolvê-los, com devidos ajustes e/ou aprovação em, no máximo, 48 horas.

DESTAQUES Os destaques dentro do texto – como palavras ou expressões que se queira salientar, devem vir em **negrito** – citações de frases e capítulos deverão receber **aspas**; palavras estrangeiras e títulos de obras aparecerão em **italico**. Deve-se evitar o excesso de destaques por página.

REFERÊNCIAS O padrão de referências adotado segue exemplificado abaixo:

1. Berriman, M.; Haas, B.J.; LoVerde, P.T.; *et al.* "The genome of the blood fluke *Schistosoma mansoni*". *Nature*, Vol.460, no.7253, p.352-258. 2009.
2. Elias, N. *O processo civilizador- uma história de costumes*. Vol.I Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1990.
3. Tavares, J.V. "A violência como dispositivo de excesso de poder. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Vol.37, p.132. Junho de 1993.
4. Diaz, M., *op cit.* p.345-347. 1987.

ENVIO DE MATERIAL Os textos devem ser produzidos em arquivo Word. Ilustrações e gráficos devem ser enviados em arquivo separado, com os detalhes necessários para sua identificação, como: crédito, legenda, fonte etc.

SIGLAS As siglas constantes no texto devem **sempre** aparecer por extenso na primeira vez em que forem utilizadas.

CONTATO É necessário que cada articulista coloque seus dados para eventual contato (e-mail ou tel) quando alguma dúvida surgir no processo de edição.

Realização



Sociedade Brasileira para o
Progresso da Ciência

Produção Editorial



Apoio



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação

